

DOCUMENTO DOS 11 TAMBÉM É ARROCHO

VOZ da unidade

Ele tem propostas que não oferecem uma real alternativa para a crise econômico-social. Por isso é preciso, agora, avançar uma proposta alternativa e viável, para amarrar a unidade do bloco democrático e nacional.

Páginas 3 e 5

São Paulo, 13 a 19 de outubro de 1983 — Nº 174 — Cr\$ 150,00 — Diretor: (1980-1983) — Henrique Cardoso Cordeiro — Diretor responsável: João Aveline

A intervenção dos comunistas não pode ser descartada

Giocondo Dias, na palestra proferida na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, destacou a proposta dos comunistas para a saída da crise, apresentando um programa mínimo para uma solução negociada. Afirmando que a hora é oportuna para a implementação da alternativa, disse que os comunistas devem ter direito à vida legal. Íntegra da palestra nas páginas centrais.



**Ferreira Gullar e a
polêmica sobre "Vargas"**

Página 7

**"Russos
na Nicarágua"**

Página 12

**Sindicatos têm proposta para saída
democrática e nacional da crise**

Páginas 10 e 11



Diretor responsável:
João Aveline
Edição nº 174
De 13 a 19/10/83
Semanaário Nacional

Porto Alegre:
João Aveline - Av. Borges
Medeiros, 308, Edifício Fronteira - conj. 62-6º andar.

Florianópolis:
Nildo José Martins

Rio de Janeiro:
Luiz Carlos Azedo - Rua Alvaro
Alvim, 21 - S/1006 - Centro
Tel.: 262-2760.

Belo Horizonte:
E. Garcia - Rua Bahia, 1148 -
conj. 1640.

Goiania:
Av. Goiás, 400 - s/31

Brasília:
Joaquim J.S. Neto
Maceió:
Graciano dos Santos

Recife:
Paulo Cavalcanti - Rua do
Hospício - ed. Olimpia, sala 404

Natal:
Vulpiano Cavalcanti

Fortaleza:
Caboclinho Farias

Belém:
R. A. Jinkings - Rua Tamoios,
1592 - Tel.: 222-7286.

Manaus:
Xisto Filho - Beco da Indústria,
23, altos

Porto Velho:
Av. Salgado Filho, 1841 - Tel.:
221-6128.

Santos/SP:
Rua Cons. Nébias, 368-A sala
511

Ribeirão Preto:
Tel.: 625-7927

Propriedade da Editora Novos
Rumos Ltda. Pça. Dom José
Gaspar, 30 - 20º andar - CEP
01047 - Tel.: (redação) 231-
2926 - Telex (011) 32006 VOZ-
SP, impresso nas Oficinas da
Cia. Editora Joruês - Rua
Gastão da Cunha, 49 - São
Paulo, SP.

Artistas lutam contra portaria

O Sindicato dos Artistas e Técnicos do Rio de Janeiro realizará, na próxima terça-feira, às 20h30, uma assembléia dos artistas cariocas para debater a política estadual de ocupação dos espaços culturais, reivindicando a revogação da Portaria 002 da Funarij, que trata dos teatros Villa Lobos, Gláucio Gil, Arthur Azevedo e Armando da Fonseca.

Os artistas sustentam que a política estadual de ocupação de espaços não pode restringir-se apenas àqueles quatro teatros e ao Município do Rio de Janeiro, reclamando a definição de critérios para a formação da comissão governamental encarregada de definir a questão. Além de maior participação da categoria, exigem a priorização dos textos de autores nacionais, condições de trabalho iguais para quaisquer espetáculos apresentados, sejam adultos ou infantis e revisão dos prazos para apresentação de projetos e ocupação dos espaços, além de reivindicações.

Um encontro em memória de Stanislaw

Foi por iniciativa das Certinhas do Lalau, lideradas pela atriz Maria Pompeu — ela também uma certinha —, que os amigos e admiradores do cronista carioca Sérgio Porto, o inesquecível Stanislaw Ponte Preta, se reuniram na noite de segunda-feira que passou, no Circo Voador, junto aos Arcos da Lapa, na "Noite do Crioulo Doido", um encontro em memória do genial sobrinho de Tia Zulmira.

Carmem Verônica, Ilka Soares, Georgia Quental, Marlene Lobo, Rossana Ghessa, Irma Alvarez, Ana Maria Sagres, Ligia Guiné, Célia Azevedo, Rosita Rosa, Rose Rondelli, Ester Mengell e Nilsa Leoni, todas certinhas, apresentaram alguns dos

muitos amigos do jornalista falecido há quinze anos e que, traduzindo a picardia dos cariocas, fez a crônica mais bem humorada do Rio de Janeiro de sua época.

O caricaturista Lan, o pianista Ribamar, os violonistas Carlinhos Queiroz, Roberto Nascimento e Rosinha de Valença, os cantores Lúcio Alves, Milton e Tito Madi, as cantoras Doris Monteiro, Alaíde Costa e Biga, o compositor Petrucio Maia, o cômico Benvenuto Siqueira e a humorista Ema D'Ávila, dentre outros artistas, destacaram o papel de Sérgio Porto na vida artística e cultural do Rio de Janeiro. Foram muitos também os depoimentos de amigos de boêmia e trabalho, como Fausto Wolf, Richard Santos, Albino Pinheiro e João Saldanha. Todos, com humor, registraram a falta que o autor do *Febeapá* — Festival de Besteira que Assola o País — faz ao país e à cidade.

Instalada a Comissão do Índio

A instalação da Comissão do Índio, na Câmara Federal, foi saudada pelo deputado federal Randolpho Bittencourt (PMDB-AM). Através de discurso pronunciado a 4 de outubro da tribuna da Câmara, o deputado destacou que "a constituição de uma comissão técnica especificamente voltada para a problemática da causa indigenista, representa um avanço significativo na configuração do parlamento brasileiro". Na sua opinião, a posse do deputado federal Mário Juruna — cacique Xavante — na presidência da Comissão, insere-se como marco saudável nas candidatas expectativas de renovação "do Legislativo brasileiro, que cercaram às eleições de 15 de novembro". Randolpho também voltou a denunciar a imolação dos índios brasileiros "em nome de um progresso mais individual que coletivo".

Tenório apela: "Presidente, retire o 2045"

"Esta semana os jornais noticiaram mais um suicídio de um pai de família, que ao não ter como pagar o aumento da prestação de uma casa da COHAB se matou, deixando um bilhete: 'Eu me rendo, me desculpem'".

Os filhos deste pai desesperado poderão, talvez, um dia, compreender e desculpar seu gesto, mas nunca compreenderão, nunca perdoarão, aqueles cuja insensibilidade, cujos comprometimentos, cuja submissão ao FMI, querem retroceder este país a tempos piores que o da escravidão".

Este pronunciamento foi feito da tribuna da Câmara Municipal de São Paulo, pelo vereador Luiz Tenório de Lima (PMDB), no qual fez um apelo ao Presidente Figueiredo, "para que retire este decreto 2045".

Salientando a unanimidade nacional que vai se formando

contra o 2045, Tenório acrescentou: "Mesmo os representantes da classe dominante, industriais e empresários, economistas ultra-conservadores, políticos conservadores e banqueiros se manifestam contra este decreto. Porque não aceitam a condição de verdugos, a condição de capatazes do capital estrangeiro".

Finalizando seu discurso, o vereador fez "um apelo em nome do povo desta cidade, dos desempregados, dos subempregados, dos assalariados massacrados, de toda a população enfim, daqueles a quem devemos nosso mandato. Um apelo a favor da vida e da dignidade do ser humano".

Prêmio Herzog no Sindicato dos Jornalistas

Estão encerradas as inscrições para o V Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, em homenagem ao jornalista morto em 1975, vítima da repressão.

Serão concedidos 6 prêmios (uma estatueta de autoria do artista plástico Caio Mourão) para os melhores matérias nas categorias imprensa brasileira, imprensa latino-americana, televisão, rádio, fotografia e ilustração, sendo 1 (um) prêmio para cada categoria.

A entrega dos prêmios será no dia 25 de outubro, data do 8º aniversário da morte de Vladimir Herzog, na sede do Sindicato dos Jornalistas, às 20 horas.



Vereador apoia manifestação dos trabalhadores

O presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto — SP enviou à VU cópia de requerimento do vereador Leopoldo Paulino, aprovado em sessão do último dia 20. Alguns trechos:

"Desejamos manifestar o nosso apoio e solidariedade ao Dia Nacional de Protesto e Manifestações, — contra a política econômica imposta ao país, a política do arrocho salarial que vem tirar o que resta da

mesa do trabalhador, a política da carestia que golpeia milhares de pessoas do povo à margem do processo de consumo, contra o FMI, que vem saquear o país, contra o decreto 2045 que reduz o salário do trabalhador em nada menos do que 20% a cada reajuste.

Manifestamo-nos solidários com os trabalhadores brasileiros, os que hoje vêm pagando o maior ônus pela crise.

Manifestamo-nos por eleições diretas, por uma Assembléia Nacional Constituinte, por um Brasil livre, independente, democrático e soberano".

OAB-AM abre sede e reafirma luta pela democracia

Manaus (Do Correspondente) — Mais do que a inauguração na nova sede da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Amazonas, foi a realização de um verdadeiro ato em prol da democracia, com a presença maciça dos advogados amazonenses, no bairro do Aleixo, onde fica localizada a sua nova casa. A solenidade teve a presidência do advogado Carlos Fausto Gonçalves, que ao lembrar dos esforços da sua categoria para ter um espaço próprio, opinou que de agora em diante os seus companheiros terão mais autonomia e espaço para prosseguir a incansável luta pela construção da democracia.

O orador oficial do ato foi o deputado estadual Félix Valois Coelho, líder do PMDB na Assembleia Legislativa do Estado e ex-presidente da OAB. No final de seu discurso, Valois disse que os "advogados continuarão a luta por melhores condições de trabalho, pela dignidade da profissão, pelo respeito às prerrogativas profissionais e, sobretudo, pela busca de uma nação brasileira onde a igualdade seja perpétua e onde a miséria e a fome não passem de tristes lembranças de um passado que haveremos de jogar para sempre no lixo da história".

Monserat debate a paz na TV Record

A questão da paz no mundo foi o tema central do debate patrocinado pelo programa Show da Noite, de Alberto Helena Jr., levado ao ar na madrugada desta terça-feira (11), com as presenças de Rodolpho Konder e do colaborador da VU, J. Monserat Filho, que ventiloou brilhantemente o problema da luta contra a carreira armamentista dos Estados Unidos, em curso em todo o mundo, "mas que infelizmente as informações não chegam até nós".

Antes da gravação do programa, os debatedores recusaram-se entrar no estúdio (onde os aguardava Alberto Helena) com o terceiro convidado da noite, Lenildo Tabosa, em virtude de seu comprometimento com a repressão.

São Paulo vai construir 67 Centros de Saúde



Em cerimônia realizada em Moji das Cruzes, o governador Franco Montoro assinou no último dia 28, autorização para início das obras de 67 Centros de Saúde na Região Metropolitana de São Paulo. Estiveram presentes aproximadamente mil pessoas, entre as quais o prefeito e vereadores da cidade, deputados, o vice-governador Orestes Quéricia e os secretários de Obras e do Meio-Ambiente, João Oswaldo Leiva, da Saúde, João Yunés, e dos Negócios Metropolitanos, Almino Afonso.

"O nosso único, o nosso grande compromisso é com o povo, principalmente com a população mais carente de

nosso Estado. Há uma grande diferença entre aquilo que estamos fazendo em seis meses de governo e aquilo que era feito pelos governos anteriores. No governo passado, duas obras foram objeto de uma propaganda intensa. Gastaram-se bilhões, tirados da contribuição de cada um de nós, e o povo nada recebeu".

Este foi um trecho do discurso pronunciado pelo governador Franco Montoro, quando destacou ainda que "agora, a história é outra, a página mudou. Com muito menos estamos atendendo a uma necessidade fundamental, que é a saúde da população".

Do leitor:

Agradecemos a gentileza do envio de material para o desenvolvimento do projeto Centro de Cultura Alternativa, do Instituto Municipal de Arte e Cultura — Rioarte.

Com efeito, as obras recebidas enriquecem, a cada dia, o acervo do Centro, o que proporcionará

um melhor estudo e compreensão do tempo e sociedade em que vivemos.

Esperando que nosso contato se intensifique, permanecemos na expectativa de nova colaboração.

Maria Amélia Mello
Rio de Janeiro - RJ



"Prisma", a revista cubana comprometida com a paz mundial e a construção da democracia, já está recebendo assinaturas no Brasil, conforme noticiamos em VU nº 171. Para isso, o leitor deve enviar os pedidos de assinatura à EBRADIL — Empresa Brasileira de Distribuição de Livros Ltda., Rua Genebra, 139 - Bela Vista - CEP 01316 - SP, ou pelos fones 34.4653 e 37.2946. Os preços das assinaturas são os seguintes:

Une povos pela paz no mundo

1 ano - 12 números
Cr\$ 9.900,00
mais o porte
Cr\$ 2.400,00
total
Cr\$ 12.300,00

LEIA, DIVULGUE

- Anual de apoio (52 números).....Cr\$ 18.000,00
- Anual simples (52 números).....Cr\$ 8.000,00
- Semestral simples (26 números) ..Cr\$ 4.000,00
- Assinatura para o exterior (anual)...US\$ 180,00

Nome.....

Endereço.....

CEP.....

Cidade.....

Estado.....

Anexo cheque nº.....

contra o banco nº.....

Assinatura.....

Atenção: Os cheques deverão ser enviados em nome da Editora Novos Rumos Ltda.

Se cada governo opositorista aglutinar as forças democráticas, sua base social se ampliará. Página 1

VOZ da unidade

O que querem os camponeses da Alta Mogiana-SP

Dia 30 trabalhador vai protestar contra o arrocho

Em todo o país o movimento sindical se mobiliza. Página 11

Assembléia gaúcha pró legalização de todos os partidos

Alienda tem praça em SP

500 mil metalúrgicos em campanha em SP

Decreto-lei arma para o exercício ditatorial do poder

Intervenção dos EUA no Líbano ameaça a paz. Página 12

problemas



Leia, divulgue e assinhe a revista "PROBLEMAS" — uma publicação teórica e informativa, que discute os principais temas da atualidade internacional na luta pela democracia e o socialismo. Ao assinar "PROBLEMAS" você recebe grátis um número atrasado a sua escolha. A assinatura anual, equivalente a quatro números, vale Cr\$ 5 mil, e cada número atrasado (n.ºs 2, 3, 4, e 5), Cr\$ 1.100,00. Os pedidos de assinatura deverão ser enviados à Editora Novos Rumos Ltda., Pça. D. José Gaspar, 30 — 20º andar - CEP 01047 - fone 231.2926, em dinheiro ou em cheque nominal.

Os militares e a crise

A crise que nosso país atravessa tem um caráter nacional. É por isto mesmo que praticamente todos os brasileiros, as instituições e indivíduos, são compelidos a posicionar-se diante dos graves e profundos impasses colocados.

Por este motivo evidente, não podem causar estranheza os manifestos e pronunciamentos das últimas semanas, envolvendo militares. Afinal, estranho seria se as Forças Armadas mantivessem uma postura alheia às alternativas e opções existentes diante da nacionalidade.

O problema começa, porém, quando correntes políticas e personalidades — castrenses ou civis — passam a visualizar no golpismo militar a saída para a crise. Aliás, é bom que se frise, são muitas vezes os mesmos que, no passado, contribuíram para ferir as instituições democráticas, instrumentalizando as Forças Armadas e jogando-as contra o povo e a Nação.

Acontecimentos recentes tem contribuído para que os militares brasileiros avancem na compreensão de seu papel, na identificação dos valores nacionais e da forma de defendê-los. Fatos como os que cercaram a Guerra das Malvinas, as pressões externas contra a política nacional de informática, entre outros fatores, jogam neste sentido.

Não defendemos um pretenso "apoliticismo" dos brasileiros fardados, "apoliticismo" este que é invocado ou desinvocado conforme o interesse imediato das oligarquias dominantes. Pelo contrário, entendemos a importância da participação política dos militares, em defesa da democracia e da soberania nacional.

O caminho para tirar o país da crise é o aprofundamento da democracia, passa pela construção de uma alternativa política ao que aí está, que por ser necessariamente majoritária, opõe-se decididamente ao golpismo.

Equivocam-se os que pensam — mesmo que bem intencionados — em acelerar o declínio do regime através da confrontação entre as instituições civis, em particular o Congresso Nacional, e as Forças Armadas. Talvez façam, sem o saber, o que querem os adeptos do continuísmo. A ultrapassagem da crise não depende no momento, nem se beneficia, da política de "colocar os militares no banco dos réus". A própria corrupção só será debelada com o avanço da democracia, que continua sendo a questão central a ser enfrentada pelas forças políticas no equacionamento da transição.

A negociação e o "documento dos 11"

Os protestos dos segmentos majoritários da sociedade brasileira contra a política de desastre nacional consubstanciada na orientação recessiva do governo, culminando com a jornada de 30 de setembro, mais a derrota do decreto-lei 2.024 no parlamento, tiveram êxito: no dia 5, em pronunciamento ao país, o Presidente da República anunciou a disposição do Executivo central em negociar o pacote econômico embalado pelo decreto-lei 2.045.

Estava patente que não se podia enfiar goela abaixo da nação o 2.045. O que, sob a inspiração dos banqueiros internacionais, via FMI, e sob a chancela do Conselho de Segurança Nacional, fora apresentado como "inegociável" e como "indispensável", aparecia como objeto de discussão. Abriu-se, pois, um espaço de negociação.

Seis dias depois, veio a público a primeira proposta: o "documento dos 11" do PDS.

Trata-se de uma proposta articulada, que configura uma sensível inflexão no comportamento dos grupos que pretendem dar novo fôlego ao "modelo econômico" do regime de 1964: do imobilismo expresso na postura de não negociar à iniciativa de sugerir um sucedâneo, mais abrangente, ao 2.045. Porque o "documento dos 11" é, essencialmente, uma aposta política da direita: uma plataforma que, maquiando o 2.045, apresenta elementos capazes de dar-lhe algum atrativo, já que contempla reivindicações menores de alguns setores que não digeririam o 2.045 puro e simples.

A jogada é clara: requisições econômico-sociais que têm guarida na frente democrática (maior penalização dos ganhos especulativos, modificações na sistemática financeira e tributária) são diluídas numa proposta que conduz, substancialmente, à continuidade da orientação recessiva. Tenta-se dividir o largo leque de forças que se opõe à orientação recessionista, buscando reintegrar especialmente setores descolantes da burguesia e do pequeno e médio empresariado (daí a insistência na tese da "desestatização" e a sugestão da livre negociação salarial).

O eixo do "documento dos 11", porém, é que ele não ataca a substância mesma da política econômico-financeira vigente. É um programa inclusivo que deixa de pé todos os parâmetros

essenciais do "modelo" e que, naturalmente, é congruente com as novas gestões realizadas pelo governo na administração da dívida externa (que comentamos nesta página). Por isto mesmo, o "documento dos 11" não oferece uma real alternativa à crise econômico-social: constitui uma formulação diferencial da mesma política recessionista, mais palatável exatamente para adquirir alguma credibilidade e consistência política. A sua filosofia é inequívoca — mudar o adjetivo para conservar o substantivo, de forma a gestar um "pacto social" que, por caminhos institucionais, confira suportes ao que aí está.

Cabe às forças democráticas e nacionais, rapidamente, responder a esta proposta. E responder ofensivamente. Não basta assinalar a plataforma do "grupo dos 11" como inepta para encaminhar a solução da crise. Não basta demonstrar que ela não conduz à reversão da atual orientação recessionista, anti-nacional e anti-popular (e, no limite, anti-democrática). O que importa é avançar uma proposta alternativa e viável, global, para amarrar a unidade do bloco democrático e nacional, hábil para articular melhor e mais amplamente a frente democrática.

Os últimos dias provaram que as forças democráticas e nacionais podem levar o governo à negociação. Agora, urge ir adiante: cumpre explicitar um programa mínimo que ofereça um firme combate à recessão e ao desemprego, com políticas definidas em todos os campos, compatíveis entre si e fundadas numa legitimação que só a consolidação e a ampliação dos espaços democráticos podem assegurar.

Este programa mínimo já é consensual nas oposições democráticas, mas ele só será considerado na negociação em processo se a unidade institucional da frente democrática se alimentar da mobilização e da unidade de ação dos trabalhadores (neste contexto, é de recordar a relevância da preparação do Conclat, a efetivar-se em novembro).

Já não é suficiente rechaçar o continuísmo da orientação recessiva, quer na figura do 2.045, quer no seu travesti do "grupo dos 11". É urgente deslocar a discussão para a proposta que aponta para a liquidação da tutela imperialista, a retomada do desenvolvimento e a reorganização democrática da sociedade brasileira.

A dívida e as dúvidas

A grave situação de nossas contas externas anda fazendo com que "novos planos" tornem-se obsoletos antes mesmo de sua aplicação.

Nem bem saiu do forno o mal-embrulhado acordo que "garantiu" US\$ 6,5 bilhões para a rolagem da dívida, vieram à tona seus furos.

O fato é que boa parte dos bancos estrangeiros (em particular os pequenos e médios) passaram a preferir o reconhecimento da situação real — contabilizar a dívida brasileira na categoria de "incobrável" — a continuar munindo-se de dólares. Mesmo que a parcela que cabe a estas instituições corresponda a apenas 10% do total do recente "pacote" (cerca de US\$ 600 milhões), este é um claro indício de que fonte secou, ou pelo menos está secando rápida e irreversivelmente.

Agora mesmo o Presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, realiza um périplo pelos quatro cantos do mundo, na tentativa de convencer banqueiros a se incorporarem ao "pacote". Além disto, numa proposta aparentemente insólita (em se tratando de quem se trata) levantou a proposta de carência (pagar só os juros) de 5 anos e prazo de 9 para o pagamento dos US\$ 6,5 bilhões referentes ao recente acordo e dos compromissos a vencerem em 1984. Acenou também com a perspectiva da redução dos spreads, taxas de risco cobradas acima dos juros bancários e comissões.

Duas conclusões: em primeiro lugar, o governo parece começar a compreender — mesmo que tardia, limitada e vacilantemente — que é necessário retomar a iniciativa nas negociações com os credores, sob o risco de, em não o fazendo, continuar sendo "administrado pela dívida".

Mas como de costume — e esta é a segunda e mais importante conclusão — o faz de maneira dúbia, tímida e obscura, acende uma vela a Deus e outra ao diabo: ao não incluir o problema do reescalonamento global da dívida, ao veicular a ilusão de que podemos pagar a mesma com o diferencial da nossa balança comercial, ao não enfrentar de maneira soberana os credores e o FMI, não viabiliza uma alternativa real na renegociação.

Mesmo admitindo que todo o principal fosse "rolado", mantidas as condições atuais da condição de créditos ao Brasil, só o serviço da dívida faria com que esta crescesse a uma taxa de 15% a.a. E isto ao custo do aprofundamento da recessão que está levando o país à catástrofe.

Nesta situação, pensar em meros paliativos equivale simplesmente a receitar aspirinas para um paciente que se debate com o câncer.

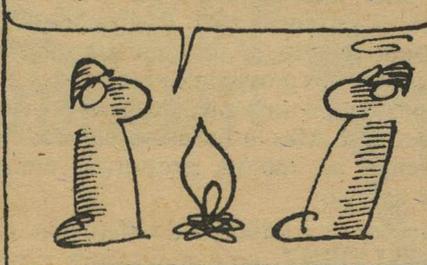
A contradição não mudou, pelo contrário, marcha para cristalizar-se cada vez mais: ou o governo busca amplo respaldo nacional, colocando a retomada do desenvolvimento voltado para os interesses nacionais como eixo central de uma estratégia de ajustamento ativo, ou então mantém-se como mero representante da terapia destrutiva do FMI e banqueiros, ou seja anti-Nação. As soluções intermediárias tem seu espaço reduzido a cada dia que passa.

AS COBRAS

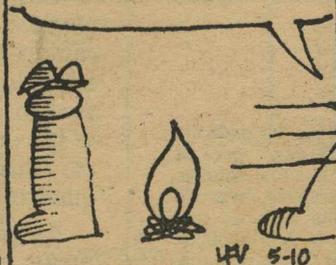
A História do Mundo - IX



POR QUE, EM VEZ DE VENDER FOGO, VOCÊ NÃO ENSEINA AOS OUTROS COMO SE FAZ?



COMUNISTA! COMUNISTA!



VERÍSSIMO

A SEMANA

A economia (1)

Foi divulgada a inflação de setembro; o Índice Geral de Preços (IGP) registrou um aumento de 12,8%. Com expurgo, "baixa" para 11,2%. O índice de Preços por Atacado (IPA) registrou 14,4% no mês, numa indicação clara da tendência altista da inflação. Nos últimos 9 e 12 meses, o IGP foi de 135,4% e 147,9%, respectivamente. "Expurgado", vai para 111,8% e 147,9%. Os interessados podem comparar estes números com as "previsões" contidas na recente "carta de intenções" ao FMI. Após 9 meses de arrocho salarial (a partir do DL 2012, de janeiro), a inflação vai aos pináculos. E ainda querem convencer o país de que o arrocho é que vai fazer baixar os preços. O que acontece é o contrário: no afã de exportar tudo, gera-se uma violenta escassez que joga por terra as teses de nossos monetaristas. Mas eles têm a "solução": a partir de outubro, vão divulgar somente o INPC expurgado. Vão "tirar o sofá da sala"...

A economia (2)

O saldo da balança comercial (exportações — importações) foi de US\$ 602 milhões em setembro. As exportações somaram US\$ 1,92 bilhão e as importações US\$ 1,32 bilhão (US\$ 722 milhões referentes às compras de petróleo). Fala-se em sucesso. Só que a atenção para estes dados: nos primeiros 9 meses do ano, enquanto as exportações cresceram apenas 7,85% em relação a igual período de 1982, as importações caíram em 22,8%. Exportar tudo, até o essencial, arrochar internamente a economia e o consumo, a fim de gerar os tais "excedentes exportáveis", promover uma verdadeira liquidação do país, eis a fórmula de Delfim para tranquilizar nossos credores...

Figueiredo e a negociação

A partir destes números, dá para entender melhor os intrincados caminhos da negociação proposta pelo Presidente da República, em seu discurso do último dia 5.

Não há quem faça o Congresso Nacional engolir o DL 2045, como "essencial" para o combate à inflação. Nem o Conselho de Segurança Nacional. Entre passar por cima do Poder Legislativo e instalar uma grave crise institucional, por um lado, ou negociar através dos partidos, por outro, o presidente acabou inclinando-se pela última alternativa, apesar de todas as pressões do "esquema Delfim". Isto implicou a perda momentânea do monopólio do poder na área econômica pela SEPLAN, a qual, aliás, centralizou os esforços pela agudização do confronto entre Executivo e Legislativo no "caso Juruna". A evolução do quadro, se positiva, pode dar um basta ao império dos Decretos-Lei e transferir parcela real de poder para a Câmara dos Deputados e o Senado.

As oposições

Bastou o governo propor a negociação em torno de algo palpável para que se evidenciassem alguns problemas não resolvidos pelas oposições. Num momento que se afigura decisivo para a retomada da iniciativa por parte dos partidos da oposição, em particular do PMDB, este adota posição absolutamente insuficiente e defensiva, ao esperar a proposta do PDS para discutir em torno dela, ao invés de sair na frente, de partir para a negociação em posição estrategicamente mais vantajosa. PDT e PT adotaram atitudes mais avançadas, o primeiro apresentando proposta concreta através do Senador Roberto Saturnino (articulada, aliás, em conjunto com o senador Carlos Chiarelli) e o segundo respondendo positivamente à proposta de negociação, exigindo, além disto, a discussão global da política econômica e que o governo abra mão do recurso aos Decretos-Lei.

O 'grupo dos 11'

A proposta apresentada pela comissão do PDS encarregada de estudar alternativas ao DL 2045 não agradou nem a gregos nem a troianos; sua marca registrada é o dedo do Senador Roberto Campos. Apesar de implicar em maior taxa de ganhos de capital e sobre a especulação, o que propõe no tocante à política salarial pouco difere do DL 2045. Mantém na essência o confisco salarial, no setor estatal e privado, sendo que, neste último, joga o ônus de qualquer ganho adicional nos salários sobre os lucros industriais, estimulando ainda mais a especulação financeira. Aliás, a "livre negociação" que propõe é realmente *sui generis*: a livre negociação tem sentido quando se refere a ganhos reais, a partir de um reajuste automático dos salários de acordo com a inflação. A "livre negociação" que está sendo proposta configura apenas o direito do trabalhador opinar sobre o volume do confisco salarial de que vai ser vítima. E olha que nem esta "livre negociação" o FMI está aceitando, temendo seu "efeito inflacionário"...

Delfim

Delfim está apostando em todas as possibilidades. Ainda não desistiu de impor suas medidas através da ciranda dos Decretos-Lei, mas sente que os tempos já não são os mesmos. Por isto, investiu também no "grupo dos 11". Nota-se... Deixou a Afonso Celso Pastore a triste (para nós) incumbência de "passar o chapéu" pelos quatro cantos do mundo, tentando convencer os já relutantes credores a enfiarem dinheiro no "pacote" de US\$ 6,5 bilhões acertado recentemente com o FMI.

Figueiredo e Tancredo

O lance complementar do Presidente da República foi dado na última terça-feira: chamou Tancredo Neves e pediu do governador de Minas Gerais o esforço para que se chegue a uma solução consensual na substituição do DL 2045. Em resposta, Tancredo falou-lhe da importância de uma emenda constitucional que restabeleça as eleições diretas para a Presidência da República. Parece que os dois gostaram do encontro. Aliás, na última semana, aguçaram-se as contradições dentro do PMDB, com a aproximação da data em que devem ser realizadas suas convenções regionais e nacional.

Moratória agora, para pagar depois

Chopin Tavares de Lima *

A crise está nas manchetes, nas feiras, nas filas de emprego. Nada acidental. Consequência do modelo político-econômico, centralizador e autoritário, imposto aos brasileiros a partir de março de 64, que levou o País à presente catástrofe.

Somos, de fato, gigante com pés de barro. E esse gigante nasceu da opção econômica feita pelo Governo Federal no início dos anos 70: captar empréstimos no exterior, valendo-se das facilidades financeiras da época.

Esses recursos não foram, entretanto, canalizados para a construção de uma base econômica sólida: fortalecimento do mercado interno e apoio à tecnologia brasileira. Entramos, isto sim, para o Livro Mundial de Records como o País da maior estrada, da maior ponte, da maior hidroelétrica. E, agora, da maior dívida externa sem que tenhamos estrutura para pagá-la. Os dados e índices são assustadores: do desemprego, que atinge 5 milhões de pessoas, à inflação, prevista para este ano, em 160%.

A situação dramática que vivemos pode, no entanto, agravar-se ainda mais se os remédios propostos pelo Governo Federal para superar a crise forem aplicados. Esse mesmo Governo Federal, cedendo a pressões externas, aceitou a proposição do Fundo Monetário Internacional que recebeu

pura e simplesmente a recessão. Talvez seja política econômica quando muito adequada para nações ricas que possuam e seguro cambiais, acesso a créditos a seguro contra o desemprego.

Perguntamos — com o Professor Celso Furtado — o que é necessário para dizer efetivamente não à recessão e retomar o crescimento? Respondemos, com ele ainda: **recuperar os instrumentos da ação da política econômica.** Para tanto, só uma saída: declaração da moratória, para que possamos aplicar nossos recursos na reconstrução do País.

A moratória significa fôlego para reerguermos a Nação, para podermos inclusive pagar a dívida depois. Dentro do contexto atual não poderíamos honrá-la. Vamos cumprir nossos compromissos — quando o País estiver recomposto. A moratória significa, também, melhoria imediata das condições de vida do povo: política salarial justa, o oposto exato do decreto 2.045.

O Brasil já recorreu, no passado, três vezes à moratória: em 1898, em 1914 e em 1931. O argumento que a moratória desmantelaria o País não convence. Insensível é persistir numa recessão que já nos levou a 5 milhões de desempregados, com risco de aumento geométrico desse número. Insensível é deixar que nossa fome crônica se transforme em fome aguda, sob pena de conseqüências irreversíveis.

Uma vez decretada a medida, ao Governo cabe celebrar acordos bilaterais com os países do Terceiro Mundo, a fim de manter sua capacidade de importação, orientar os investimentos no sentido de fortalecer o mercado interno, e promover ampla reforma tributária que favoreça de fato os municípios, base de nossa vida econômica.

"A sangria dos pagamentos da dívida internacional, a moderna derrama imposta ao Brasil, precisa ser estancada", observou com propriedade o Governador Montoro, no dia de Tiradentes, em Ouro Preto. Ainda o Governador: "Em respeito à soberania nacional, NOVO TRATAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA: exigência de prazos adequados à capacidade de recuperação do País e pagamento, sempre que possível, com nossos produtos de exportação".

Urge reavermos criticamente nossa independência. Precisamos romper com o Fundo Monetário Internacional — veículo dos que querem transformar em sucata nosso Parque Industrial e impedir nosso desenvolvimento agrícola. Declarar, de modo sereno e firme a moratória é passo decisivo que devemos dar em direção a um Brasil livre e soberano. Moratória agora: o Brasil aos brasileiros!

• *Chopin Tavares de Lima é Secretário do Interior do Governo Democrático de São Paulo.*

Nordeste & diversionismo

Márcio Accioly *

O Nordeste está se transformando, de repente, no novo instrumental catártico da burguesia nacional. Passou a ser, infelizmente, o mais recente centro da filantropia brasileira, alimentada por condenáveis manobras de hábeis mistificadores, geradores e condutores de um sentimentalismo barato. Está se evitando discutir a verdadeira problemática nordestina. Estão se desviando, intencionalmente, dos verdadeiros motivos causadores da interminável miséria da região, com uma abordagem mentirosa, magistralmente elaborada no irreal.

A busca de uma solução para o Nordeste não é uma idéia de agora, não é um privilégio da parafernália visual e sentimentalmente difusa, apresentada pelos modernos meios de comunicação. O que se está procurando neste momento, atendendo a objetivos escusos, é despertar um sentimento de compaixão, de piedade, anestesiando a opinião pública, quando o homem do Nordeste apenas necessita, nisto incluído o flagelado da seca, de justiça social e do reconhecimento dos seus legítimos direitos.

Porém, o Nordeste brasileiro tem um elemento complicador: é o sustentáculo de uma política governamental genocida, cujo único objetivo é o da manutenção do poder em mãos de uma oligarquia rural, fundamentada na mentalidade do baronato medieval. Por isso é que o Brasil inteiro foi jogado numa campanha de arrecadação de alimentos e roupas para os flagelados da seca nordestina. É uma campanha filantrópica, alimentada pelas próprias forças políticas dominantes, que estão também enxergando a possibilidade da vinda de novos e vultosos recursos financeiros para o seu contínuo controle e exercício do poder.

Existe uma fato concreto, real, deprimente e alarmante: o sertanejo está morrendo de fome, caindo como moscas, a mortalidade infantil está atingido os mesmos gravíssimos índices das grandes secas do passado, e uma imediatíssima providência se faz necessária. Mas, a Indústria da Seca floresce paralelamente, na mesma proporção em que o quadro se agrava.

As reuniões que estão sendo efetuadas mensalmente na SUDENE, com a presença dos novos governadores eleitos pelo voto direto (todos do PDS, exceção do de Minas Gerais), são marcadas

por um cunho nitidamente oposicionista. Quem as assiste assimila a impressão de que esses dirigentes estaduais estão profundamente empenhados na realização de mudanças substanciais, capazes de modificar o lamentável quadro gerador da miséria nordestina. Isto, porém, se constitui num triste e decepcionante engano!

Quem é que poderá lutar por mudanças estruturais? Esses governadores eleitos pelas oligarquias dominantes? Eles não têm condições de romper com a estrutura que lhes serve de sustentação. Buscam medidas paliativas, sem mexer no essencial. Levam os problemas, "a toque de caixa", assistindo passivamente ao avolumado de crises que os soterrarão.

Em Pernambuco, o único governador que teve a ousadia de mexer nessa "casa de marimbondos", Miguel Arraes de Alencar, foi deposto! Depois disso, a situação refluíu.

A casa agora, está começando a ruir: já não existe quase nenhuma base de sustentação. A fome que grassa no meio rural une-se à da cidade. A horda de desempregados que perambula desesperada pelas cidades, somam-se os esqueléticos migrantes do campo. As capitais nordestinas, como de resto quase todas as outras do país, estão apinhadas de pedintes e improvisados vendedores ambulantes. Todos buscam uma saída e um meio de sobrevivência. Nas longínquas cidades do Interior, os eleitores do governo estão reunidos e sendo dizimados em verdadeiros campos de concentração: as apregoadas Frentes de Emergência.

Nas garagens dos portentosos edifícios da praia de Boa Viagem, a zona sul rica e mais importante da cidade do Recife, onde se localizam maravilhosos apartamentos de insondável brilho e categoria, o sangue sertanejo adquire uma nova cor e forma: está transformado, cristalizado, em coberturas e em todas as vantagens que a vida moderna pode oferecer. Esta é uma estranha materialização, ratificação da teoria de Lavoisier: a mutabilidade de seres carentes, sofridos e paulatinamente massacrados, em objetos reluzentes, confortáveis e inanimados. O luxo e o esplendor que nossa oligarquia dominante, prazerosamente, exhibe é o clamor surdo dos deserdados e exterminados da caatinga.

* *Márcio Accioly é jornalista, correspondente da "Tribuna da Imprensa" em Pernambuco*

Os saques, as causas e a posição dos comunistas

A onda saqueadora diminuiu, mas aumentam os furtos à merenda escolar. As causas são sócio-econômicas, embora não se descartem provocações políticas. Autoridades policiais constataam: razão é a miséria. Dirigentes comunistas responsabilizam o "modelo econômico" do regime e propõem mobilização e organização.

Desde abril, quando eclodiram violentamente na capital paulista, os saques a estabelecimentos comerciais — particularmente os do circuito alimentar — deixaram de ser privilégios das zonas interioranas, onde já são endêmicos. Explodindo depois no Rio de Janeiro, pareceram tomar a cor de um fenômeno que veio para ficar na paisagem metropolitana brasileira.

Tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro, depois que foram deflagradas "operações anti-saque" (em São Paulo, elas mobilizaram 600 homens e dois helicópteros, saldando-se pela identificação de 114 saqueadores, de um total de 3.000), a curva desses atos diminuiu.

No entanto, verifica-se um acréscimo dos furtos às merendas escolares: em São Paulo, nos últimos doze meses, registraram-se 354 ocorrências, sendo 247 casos neste semestre, contra 107 em igual período no governo anterior.

Hipóteses políticas

Na medida em que ocorreram precisamente, com inusitada incidência, sob a vigência de governos democráticos da oposição, os saques tiveram explicações fundadas em raciocínios de ordem política. Surgiu a hipótese de que a sua origem estaria vinculada a grupos interessados na desestabilização do quadro político, objetivando a criação de um clima golpista. O governador Brizola enfatizou claramente esta linha de interpretação, quando o seu estado foi palco de saques em larga escala.

A hipótese não foi suficientemente comprovada. Mas se não é seguro que provocadores, de qualquer procedência, estejam na origem do fenômeno, é absolutamente certo que eles podem se aproveitar da atmosfera de pânico para conduzir ações desestabilizadoras. Não é por acaso que os adversários das soluções democráticas vejam nos saques os sintomas do apocalipse: das Minas Gerais, o ex-deputado José Bonifácio não vacila em dizer que eles "vão se alastrar, marcando o caos final".

Prévia escolherá chapa oficial para o diretório do PMDB paulista

Neste domingo (16), o PMDB paulista realizará sua prévia para a formação de uma chapa que reforce a unidade e represente todas as forças políticas que atuam no partido. O deputado Luiz Máximo, líder da bancada na Assembléia Legislativa, em entrevista a VU, considerou o método proposto pela Executiva, para a escolha do futuro Diretório Regional, na Convenção Partidária do dia 20 de novembro próximo, como extremamente democrático.

A Comissão Executiva Estadual do PMDB decidiu adotar um novo critério para a formação de uma chapa única, representativa de todas as forças políticas que atuam no partido. Ou, como prefere afirmar Luiz Máximo, uma inovação para melhor, no que se refere a antiga escolha pela cúpula. Trata-se da prévia do próximo dia 16 que apontará os 70 nomes que figurarão na chapa oficial a ser apresentada na Convenção Regional, mais 23 suplentes e os 64 delegados à Convenção Nacional e seus respectivos substitutos.

"O PMDB, nunca negamos, é uma frente política e por isso tem que praticar a democracia interna", afirma de forma incisiva o deputado, — complementando: "Dentro da chapa, estarão representadas todas as correntes de pensamento, todas as tendências, todas as doutrinas políticas e ideológicas. Portanto, o resultado dessa consulta será o retrato correto da representatividade e das manifestações de nossos militantes".

O líder da bancada do PMDB, não caracteriza como crise a disputa interna no partido e prefere considerar que a "democracia sobrevive exatamente pelo choque de correntes antagonicas para que então haja convergência em torno da vontade da maioria".

Para Luiz Máximo, a maior divergência, relaciona-se à forma utilizada pela Executiva, "que no meu entender é extremamente democrática, sem tirar o direito de ninguém,

Polícia reconhece causa: fome

Desde abril, a ação policial, mesmo constatando a presença de marginais nos saques, concluiu que, na origem, estão causas que chegaram à repressão pura e simples. O delegado-geral paulista, Guimarães Pereira, declarou à imprensa que "desemprego e fome... levam a ações desta natureza". A mesma autoridade rechaçou a idéia de que há grupos políticos ou religiosos na organização dos saques.

Guimarães Pereira disse ainda que encomendou um estudo comparativo entre desemprego e roubo de alimentos, antecipando: "Acredito que haverá duas linhas paralelas e ascendentes".

Os dados disponíveis em São Paulo corroboram a indicação do policial: a maior incidência dos furtos à merenda escolar (176 casos) se dá nas zonas Leste e Sul; a primeira, onde os efeitos do desemprego são mais óbvios, apresenta uma cifra recorde (102 casos).

É importante ressaltar que o furto que tem por causas a miséria não leva o agente à condenação. Do ponto de vista jurídico, o furto famélico (aquele praticado para satisfazer a fome) não é caracterizado como delito penal. É o que ensina Aníbal Fernandes, advogado: "Se o indivíduo provar que não tem condições de sustento, que está desempregado, ele não pode ser indiciado".

Responsável: o modelo econômico

A interpretação dos comunistas vai no sentido, sem endossar as ações desesperadas que culminam nos saques, de compreendê-los como uma consequência da crise econômico-social acarretada pelo "modelo econômico" instaurado pelo regime de 1964.

Para Salomão Malina, do Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas (CNDC), aquele modelo "foi elaborado, no plano interno, para privilegiar as classes e camadas de mais alta renda": os ricos ficaram mais ricos em uma velocidade muito maior que os pobres reduziram a sua pobreza.

Malina, reconhecendo que este processo foi ligeiramente revertido no final dos anos setenta (66,40% das famílias brasileiras recebendo até 1 salário-mínimo), insiste em que a situação atual é gravíssima: "Veja a recente pesquisa do DIEESE: o salário-mínimo, instituído em 1938 para suprir as necessidades básicas da família do trabalhador, pela primeira vez na sua história não é suficiente sequer para cobrir o custo da ração essencial mínima de uma só pessoa".

O dirigente comunista lembra ainda que a questão não se reduz ao problema salarial: o alto índice do desemprego leva a ações desesperadas fazendo com que os saques — antes privilégio de massas famintas do Nordeste — ingressem no cotidiano metropolitano. De acordo com Malina, a generalização do fenômeno é uma função da crise, e afirma, "a permanecer a atual orientação econômica recessiva, eventos desta natureza são mais que esperáveis". Malina observa, ainda, que a ausência de uma perspectiva sócio-política para as massas, sinal de desagregação social, é fator importante na gênese e desenvolvimento dos saques.

Organizar para evitar o desespero

De acordo com outro dirigente comunista, também do CNDC, Régis Frati, cabe às forças democráticas enfrentar positivamente a insatisfação das massas.

"Ações desesperadas não favorecem a democracia e não constroem alternativas para a crise. Somente investindo na pedagogia política e no trabalho de organização das populações, o justificado descontentamento das massas pode ser canalizado para intervenções conscientes que contribuam para alterar o status quo".

Entende Régis Frati que, sem a mobilização e a organização das massas — processo do qual devem participar todos os componentes da frente democrática, com especial responsabilidade daqueles que ocupam posições no aparelho de Estado —, a conversão em ato do descontentamento popular pode gerar dinâmicas sociais incontroláveis, passíveis de capitalização por forças obscurantistas.

dando oportunidade a todos aqueles que realmente possuam representatividade, através dos delegados, de subscrever-se e concorrer as urnas, que demonstrarão qual a chapa que as bases desejam apresentar à Convenção".

Legalidade para o PCB

Aproveitando o ensejo da entrevista, o deputado Luiz Máximo, teceu considerações a respeito da moção aprovada pela Assembléia Legislativa reivindicando a legalidade para o Partido Comunista Brasileiro.

Luiz Máximo afirma, enfaticamente, que é plenamente favorável à legalização do PCB: "Não há democracia, que seja pluralista, aberta e participativa, a nível social, econômico e político, sem liberdade de organização partidária, que assegure o direito a todas as correntes de pensamento, a todas as correntes ideológicas de terem um instrumento válido como o partido político para a conquista do poder". E complementa:

"Cabe ao povo decidir a respeito dos destinos desse País e escolher qual a ideologia, filosofia ou doutrina que deve imperar, com estrita observância da vontade da maioria, através das eleições diretas, precedida de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana".

O significado do "documento dos 11"

Luís Villa

A leitura atenta do "documento dos 11" do PDS deixa claro que ele não é uma simples proposta conjuntural: é um programa econômico. Mais: um programa que, mantendo as linhas centrais da orientação capitaneada pelo ministro Delfim, procura engendrar em torno de si uma aprovação política que tem faltado às decisões do Palácio do Planalto.

Já não há dúvidas de que tanto o conteúdo quanto a forma da atual administração recessiva da crise brasileira chocam-se abertamente com as conquistas democráticas e com a presente correlação de forças. O "documento dos 11" é, justamente, a primeira alternativa articulada de alterar a forma dessa administração: em lugar da imposição autocrática, o que se busca é reunir algum consenso que legitime o seu conteúdo. É evidente que tal alteração acarreta, necessariamente, modificações neste conteúdo, e elas são perceptíveis na programática dos 11 — contudo, não chegam a afetar o miolo da orientação recessivista.

A essência do "documento dos 11" não deve ser localizada, assim, na sua plataforma econômica. Reside, antes, na metodologia com que pretende alcançar resultados semelhantes aos objetivos de Delfim. Trata-se de uma estratégia alternativa que investe na política institucional. O seu significado está, portanto, no fato de revelar que as forças interessadas na manutenção das linhas fundamentais do "modelo econômico" trabalham levando em conta que as soluções puramente arbitrárias tornam-se progressivamente problemáticas.

Há grande probabilidade de que a proposta dos 11 não venha a constituir imediatamente o sucedâneo do 2.045 e do que ele implica. Por uma parte, dados os seus compromissos com o FMI, o governo tem prazos muito estritos para definir a questão salarial (e, por isto mesmo, já se fala na substituição do 2.045 por um novo "pacotão", via decreto-lei). Por outra, o seu encaminhamento, dentro do próprio PDS, enfrenta dificuldades, como se viu na reunião da sua bancada, no dia 11.

Mas isto não é o que importa. O que conta é que a estratégia configurada traz consigo um potencial de viabilidade política que as forças democráticas mais consequentes não podem desprezar: ela contém elementos capazes de sensibilizar os setores mais débeis da frente democrática, cooptando e dividindo, no rumo de um entendimento pelo alto, possibilitando um pacto de elites.

É verdade que a plataforma econômica do "documento dos 11", exatamente porque não se contrapõe ao núcleo da orientação governamental, é inépta para encaminhar a solução da crise no sentido de atender aos interesses da massa do povo brasileiro. No entanto, se a direita mostra a sua capacidade de uma iniciativa política tão significativa, é igualmente verdadeiro que os democratas não podem se restringir à denúncia dos seus limites econômicos.

Cabe aos democratas compreender, rapidamente, que a estratégia referida, de que o "documento dos 11" é somente uma peça, revela algo essencial: o grande capital não quer mais ser apenas dominante — quer, também ser dirigente.

Dias: os objetivos dos comunistas.

GIOCONDO DIAS OS OBJETIVOS DOS COMUNISTAS

Artigos, entrevistas e um depoimento político

VR

A Editora Novos Rumos acaba de publicar Os Objetivos dos Comunistas, livro que reúne artigos, entrevistas e um depoimento político de Giocondo Dias.

Trata-se de leitura indispensável a todos os comunistas e democratas: em linguagem limpa e direta, Giocondo Dias tematiza problemas da atualidade nacional, as questões da democracia, do socialismo e da organização dos comunistas e, ainda, resgata criticamente a insurreição de novembro de 1935, em Natal (RN).

O volume (164 páginas, Cr\$ 1.800,00), que já está à venda nas livrarias, será objeto de lançamento em várias capitais brasileiras.

Inicia-se a negociação do 2045

Negociar mobilizando

“Diante desse quadro (grandes dificuldades econômicas — NR), e de dar consequência prática a esse processo de análise, determinei o reexame das medidas adotadas em julho passado”.

O pronunciamento do Presidente João Figueiredo no último dia 5, abrindo o processo de negociação em torno da política salarial — e, em certa medida, ainda não explicitamente, da orientação econômica do país — desanuviou e deu novas tintas ao sombrio quadro que se prenunciava na semana anterior, as ameaças pairando sobre o Congresso Nacional, o “caso Juru-na” utilizado como pretexto de crise política e chantagem para aprovação do 2045.

A partir da fala do Presidente iniciou-se um amplo processo de articulações que culminaram, quando fechávamos esta edição, com a divulgação do documento do “Grupo dos 11” do PDS, um conjunto de propostas nas áreas de política salarial, déficit público e política tributária, além das questões de taxa de juros e subsídios governamentais (ver box).

O quadro é nebuloso, início de negociação e prazo curto, pois entre 17 e 21 de outubro, serão votados tanto o decreto-Lei 2045 como o 2036, o que torna complicado o cronograma imaginado pelo governo, que se iniciou com a designação do senador José Sarnei, presidente do PDS como condutor do processo de negociações, passa pela aprovação das sugestões do Grupo dos 11 pelo PDS, para então abrir-se a discussão com os partidos oposicionistas (até o momento não se falou na participação dos sindicatos nos debates).

O presidente Figueiredo abriu, com seu discurso do dia 5, o processo de negociação da política salarial. Por enquanto, porém, ele continua restrito ao PDS e o decreto-Lei 2045 não foi retirado do Congresso Nacional. Os parlamentares e sindicalistas continuam mobilizados para sua votação — e também do 2036 — entre os dias 17 e 21 deste mês.

A complexidade aumenta, pois a desunião dentro do PDS é cada vez maior, e o aprofundamento da crise parece aumentar proporcionalmente o grau de perplexidade nas diversas instâncias da sociedade. Enquanto esse cronograma é estabelecido, são patentes as articulações de Delfim Neto para amarrar o “seu pacote”, é clara a confluência do ministro do planejamento com as propostas do “Grupo dos 11”. Delfim não é ingênuo. Admitiu um recuo tático mas tenta manter as rédeas na mão. Entrevistado no dia 5 por um diário carioca no mesmo dia do pronunciamento do Presidente Figueiredo, foi claro: “Acho que se admite a substituição não do 2045, mas uma coisa um pouco mais ampla. O que o partido está propondo é alguma coisa a mais, ampliar as medidas na área tributária e algumas coisas na área trabalhista. A sugestão básica do Partido é a formulação de uma política na direção da livre negociação”.

Não ficou sem resposta. José Sarnei, cinco dias depois, “comprou o pau”, afirmando que “nós não vamos aceitar imposições” (referindo-se aos rumores da edição de um novo decreto-lei) e “o ministro Delfim e outros ministros ficarão obrigados a aceitar a opinião do partido”.

O movimento sindical

Mas não é só com o super-ministro que

Sarnei tem problemas. No dia da divulgação do documento, Carlos Átila, o portavoza da Presidência, declarou que “o governo espera que a proposta de mudança da política econômica preparada pelo ‘Grupo dos 11’ seja aceita pelos partidos de oposição antes que o decreto 2045 entre em votação”.

O desacerto é grande. Enquanto o cronograma oficial prevê que as discussões devem ser mantidas ainda no âmbito do PDS, o líder do governo na Câmara, Nelson Marchesan, admitiu há uma semana que “conversei com os líderes da oposição”. E as lideranças do Grupo Participação, os deputados Amaral Neto e Teodorido Ferraço já se pronunciaram contra as propostas contidas no documento dos 11.

Nas oposições, e entre as lideranças sindicais, ambas ainda não convidadas formalmente para entrar na dança, a postura é de expectativa e prudência, demarcando, porém, os limites iniciais da negociação.

Para Ulisses Guimarães, presidente do PMDB, que considerou “positiva” a iniciativa de Figueiredo, “o partido não negociará propostas que impliquem sacrifício dos assalariados”.

Joaquim dos Santos Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, falando à reportagem da VU salientou que a perspectiva dos sindicatos é “negociar sem desmobilizar. Afinal, o Congresso Nacional rejeitou o 2024, é indiscutível que o movimento sindical não analisará qualquer proposta pior que essa”. Para o presidente do Sindicato dos Petroleiros de Santos e Cubatão, Pedro Sampaio, a proposta de livre negociação, como vem sendo apresentada por fontes oficiais e oficiosas “é uma ilusão, e nenhum sindicalista pode iludir-se com ‘livre negociação’ num momento em que não há liberdade sindical, num momento em que qualquer greve é tratada com tropas de choque, cassações e prisões. É o mesmo que acreditar em Papai Noel”. O presidente da Unidade Sindical da Baixada Santista e do Sindicato dos Empregados na Administração Portuária, Benedito Furtado, também pronunciou-se sobre o processo: “a disposição do Presidente da República ao diálogo com as oposições, a fim de alterar o 2045, é um sinal de que o poder de pressão da massa trabalhadora está surtindo seus efeitos”. Assinalou, porém, que “a livre negociação só interessa à classe trabalhadora quando o regime é de liberdades democráticas. De nada adianta negociarmos reajustes salariais, sem um índice de referência, se não temos as mínimas liberdades para o encaminhamento das campanhas”.

A negociação apenas começa, o desenrolar nos próximos dias e semanas deve esclarecer um quadro ainda confuso, delimitando mais as propostas de cada um dos atores envolvidos na cena política nacional.

Do parto da montanha nasceu um rato



Anibal Fernandes

Anibal Fernandes, advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e de Santos, dos Químicos de São Paulo, e da Federação dos Trabalhadores na Indústria Urbana do Estado de São Paulo, conhecedor profundo da legislação trabalhista, falou à VU sobre a proposta do Grupo dos 11.

Durante toda a semana circularam rumores, declarações em “off”, de que propostas de radicais mudanças na legislação trabalhista estavam por vir. “Mas do parto da montanha nasceu um rato”, afirmou o advogado, “não passou de um leve aceno sobre o aperfeiçoamento da Lei de Greve. Concretamente, no tocante à liberdade sindical, nada trouxe de concreto”. Para Anibal, “a liberdade sindical relaciona-se diretamente com a estabilidade no emprego. No direito português,

por exemplo, não há dispensa sem justa causa, e nas dispensas por motivo disciplinar ou econômico, o patrão deve submeter sua disposição ao comitê de delegados sindicais, antes de ir à Justiça do Trabalho. Nesse quadro, em que o direito à estabilidade é maior, os sindicatos portugueses têm liberdade de ação, e conseguem assinar contratos coletivos que asseguram o funcionamento dentro das empresas, uma espécie de escritório sindical”. Essa ligação direta entre liberdade sindical-estabilidade no emprego leva o advogado paulista a concluir que “uma proposta de ‘liberalização’ dos sindicatos brasileiros não pode ser isolada da superação do Fundo de Garantia e da reintrodução da estabilidade. Dentro da fábrica brasileira ainda é como uma fazenda, ‘atrás da porteira eu mando e acabou”.

A proposta da comissão pedesista traz duas novidades; a implantação gradativa de livre negociação e o depósito, em cadernetas de poupança ou através da aquisição de ações da empresa, por parte dos trabalhadores, de parcela do reajuste negociado. Anibal fala sobre as duas: “A livre negociação consiste em estabelecer critérios de reajuste e aumento entre as partes, sem interferências do Estado. Ela pressupõe sindicatos livres e autônomos, não passíveis de sofrer intervenção a cada instante. Pressupõe uma Lei de Greve que assegure esse direito. Não é o caso nosso, pois na lei a greve é tratada mais como um crime do que como um direito, e os sindicatos continuam totalmente dependentes do Estado. Quanto à segunda proposta — continua

—, sem um sistema que permita aos trabalhadores participar na co-gestão das empresas, é um verdadeiro estelionato. Agora, se previsto esse sistema, de efetiva co-gestão, pode ser viável”.

Quanto aos trabalhadores das estatais, os mais visados pelo conjunto de sugestões, Anibal Fernandes pondera que “esses trabalhadores têm direitos que não representam privilégios, mas constituem a melhor aplicação, levada a efeito no país, do direito do trabalho e das normas da OIT. O absurdo é que os demais trabalhadores não tenham esses direitos. O governo e o patronato, ao investirem contra esses trabalhadores, pretendem manter congelada a legislação trabalhista como um todo. Veja o ridículo, o trágico dessa situação. Por exemplo, as gratificações recebidas pelos funcionários do Banco do Brasil, foram criadas no começo da República Velha. Para cancelar essas vantagens, será preciso rasgar mais uma vez a Constituição. E essa proposta dos parlamentares pedesistas, de estabelecer uma distinção entre os trabalhadores das estatais e os demais, é completamente inconstitucional. Além da perfídia que isso envolve, temos que ver que o conceito de estatal é amplíssimo, e envolve em muitos casos empresas regidas pelo direito privado. Certas empresas do Estado não são tecnicamente públicas, porque não foram criadas por lei, mas assumidas pelo Estado, como é o caso da Eletropaulo. Não faz sentido jurídico distinguir os salários dos trabalhadores. Atrevo-me a dizer que nenhum jurista deste país vai aceitar uma discriminação desse tipo”, conclui.

As propostas dos onze

O Grupo dos 11 é uma comissão constituída pelo PDS para analisar as diversas propostas de modificações na política salarial e na política econômica oficial surgidas nos últimos tempos, uma tentativa de aumentar o poder de influência do partido do governo — mas não no governo, como dizem alguns de seus líderes.

Além disso uma tentativa de “costurar” a unidade interna dos pedesistas, abalada por diversas dissidências. Despontam em seu interior dois ex-ministros, Pratiní de Moraes e Roberto Campos, este o cavaleiro andante dos interesses do grande capital multinacional. Além deles, Magalhães Pinto, Rondon Pacheco, Marco Maciel, Victor Faccioni, Luiz Fayet, Jaime Câmara, Luiz Vianna Filho, Marcondes Gadelha e Murilo Badaró.

As principais propostas divulgadas em longo documento de 20 laudas, são as seguintes:

● Corte acentuado nas despesas do setor público, introduzindo nas empresas estatais “padrões de gestão e controle que respondam a requisitos de eficiência e lucratividade, incluindo uma política tarifária e de preços públicos capazes de atender àqueles requisitos”.

Quando ao reajuste salarial dos trabalhadores das empresas estatais:

● “Limitar o aumento da folha de pagamentos da administração direta e indireta, no exercício de 1984, e, 80% do valor acumulado do INPC até a data do reajuste”.

Quanto à política salarial e trabalhista:

● Institucionalizar um sistema de negociações coletivas de modo a alcançar, gradualmente, a livre negociação salarial;

● A partir de outubro de 1983, e por um período de transição com prazo limitado, distinguir, nos reajustes, “uma parcela percentual de reajuste automático e uma parcela negociada” entre patrões e trabalhadores, sujeita ao requisito de que o excesso da folha de pagamentos sobre o percentual de 80% do INPC não seja repassado aos consumidores sobre forma de aumento de preços;

● A parcela negociada pode, mediante acordo, “ser paga parcialmente em cadernetas de poupança ou ações das empresas, definindo-se no contrato o ritmo de liberação das ações para venda no mercado e o prazo de resgate das cadernetas”;

● A cada ano, ao longo do período de transição, a parcela negociada deve aumentar e a parcela automática diminuir;

● Permitir que o objeto de negociação envolva, além dos salários, as condições de trabalho e benefícios ao trabalhador e sua família;

● Aperfeiçoar a Lei de Greve “a fim de assegurar plena e democrática participação dos trabalhadores nas negociações e decisões relativas a conflitos trabalhistas, desenvolvendo-se, outrossim, sistemas de mediação e arbitragem, com vistas a liberalizar a ação sindical e reduzir a intervenção governamental no mercado de trabalho”.

A proposta contém uma sugestão de “política de emprego para o Brasil”, que resumidamente, apresenta os seguintes itens: medidas de caráter fiscal para beneficiar as micro e pequenas empresas; obras públicas a nível municipal; manutenção dos programas de frente de trabalho do Nordeste; ampliação da participação dos gastos do Estado, na construção de escolas e infraestrutura social.

CONTRA-ATAQUE

João da Ega

Subsídios

As elevações do preço do trigo (de junho para cá, aumentos de 140%) foram a pretexto de "cortar subsídios".

É bom que se saiba: calcularam-se os subsídios para o trigo, no princípio do ano, em 300 bilhões de cruzeiros — menos do que o governo jogou na Delfin e na Coroa-Brastel.

Parece melhor acabar com as negociatas do que cortar subsídios.

Política salarial

Exemplozinho da política salarial que o governo considera adequada para "defender os interesses dos trabalhadores": em São Paulo, no último semestre, o custo de vida subiu 72,8%; o último reajuste salarial ficou em 46,5%.

Mais uma do gorducho

E já que falamos em política salarial: a imprensa noticia que Delfim, que ainda suportamos no Planejamento, espera ver os salários fixados por livre negociação, de forma total, em 1987.

As previsões do Delfim, como se sabe, não são para levar a sério. Mas o curioso é que ele doutrine: com a livre negociação, "o Brasil ficará em pé de igualdade com as legislações trabalhistas dos países desenvolvidos".

O gorducho só não diz que, nos "países desenvolvidos", a livre negociação é garantida por sindicatos autônomos do Estado, pela liberdade de organização política da classe operária, pelo direito de greve, etc. E que, por isto mesmo, ministros com seu passado e seu presente têm pouquíssimas chances de encontrar emprego.

Quem é quem

No dia 8 de setembro, um avião Cessna-404 bombardeou Manágua e foi logo abatido pela defesa sandinista.

Agora, o *New York Times* esclarece: o Cessna pertencia a empresas da CIA.

Bebê ideológico

Entrevistado pela *Isto é* (12/10/83), o pediatra Rinaldo de Lamare, autor de conhecido manual para cuidar de bebês, admitiu que fazia publicidade de produtos das multinacionais em troca de "compensações" (sic). Explicou: "As companhias eram todas muito gentis. Quando nossas filhas eram pequenas, davam bonecas muito bonitas...".

Não há dúvidas: o pediatra é um bebê ideológico.

Dignidade

O musical *Vargas*, de Dias Gomes e Ferreira Gullar, sob a direção de Flávio Rangel, estreou no dia 3, patrocinado pela *Funarj*, organismo do governo estadual fluminense.

Caciques do PDT local, com o Brizola à frente, quiseram tomar satisfações com os autores. Zé Gomes Talarico berrou: "Nós financiamos a peça e vocês se esquecem de colocar o Jango". Gullar foi implacável: "Não fazemos peças de encomenda".

Gullar continua o mesmo: digno. Ele, Dias e Flávio Rangel.

Semana para o imperialismo

Stephen Charles Kanitz, professor da USP, informa (*Exame*, 5/10/83): a cada semana, o Brasil desembolsa acima de 200 milhões de dólares de juros a mais do que deveria — num mês, o equivalente à metade das nossas exportações mensais.

Deve ser a semana do imperialismo.

Estatais

O governo quer sufocar as estatais, seguindo a receita do FMI. Além dos cortes nos investimentos, estão aí os decretos-lei arrochantes nos salários.

Mas não são os salários que comprometem as estatais: é o garrote imperialista do capital internacional. Em 1984, enquanto o custo de pessoal será de 6 trilhões de cruzeiros, os gastos com a "rolagem" da dívida excederão os 10,2 trilhões.

Ai, a "Voz"

A nossa *Voz*, na edição passada, deu um balanço das mobilizações do *Dia Nacional de Protesto* e destacou: "Em Olinda, a prefeitura e entidades reuniram mais de um milhão de trabalhadores."

Registre-se: pelo censo de 1980, a população total residente em Olinda era de 281.858 pessoas.

Beijinhos, revisão.

13/10/83

08/01/84

A polêmica sobre "Vargas"

A estréia da peça *Vargas*, de Ferreira Gullar e Dias Gomes (com música de Edu Lobo e Chico Buarque), sob a direção de Flávio Rangel, foi recebida com aplauso unânime da crítica. Mas logo se constituiu em objeto de polêmica: o governador Leonel Brizola, ao fim da primeira apresentação, dirigiu-se aos autores, reclamando — "Cadê o Jango"? A peça não corresponde à verdade histórica". De imediato, autores e diretor replicaram, em defesa da estrutura dramática da obra. E ouviram do governador a seguinte informação: "Democracia é assim, e eu vou guerrear vocês". Os dois textos que a *VU* apresenta, com exclusividade, referem-se a esta polêmica que, no fundo, tem caráter político.

"Vargas" ou fúria do imperialismo

Ferreira Gullar

"Vargas" é uma nova versão da peça "Dr. Getúlio, Sua Vida e Sua Glória", escrita por Dias Gomes e por mim, e montada em 1968 pelo Grupo Opinião. Hoje, na montagem dirigida por Flávio Rangel, a peça tomou outra impostação, mais condizente com a época. Essa impostação nova exigiu uma série de modificações no texto, com a fusão de personagens, maior relevo dado ao "autor do enredo", mais dança e mais música. "Vargas", tornou-se assim um musical, um musical brasileiro, conforme a crítica tem afirmado.

A peça focaliza o último governo de Getúlio Vargas, de 1951 a 1954, isto é, desde sua posse como presidente eleito até o suicídio. Mas não é uma peça histórica, nem tem a forma tradicional da narrativa teatral. A história de Vargas é narrada como um enredo de escola de samba, o que permite a fusão do histórico com o mítico, da realidade e da mágica poesia dos desfiles de escola de samba. É uma proposta de dramaturgia brasileira fundada na criação popular. Acredito que esta é uma peça realmente popular: por sua temática, pela maneira como os problemas são colocados e pela forma de narrativa que utiliza.

Mas não é uma peça ingênua. O problema central abordado é o da luta entre o governo Vargas e os interesses econômicos estrangeiros que pretendem manter o país submetido a seu domínio. A tentativa de limitar a remessa de lucros, a criação da Petrobrás, entre outras, foram medidas que provocaram a fúria do imperialismo, que, aliado às forças reacionárias internas, promoveram a derrubada do Presidente. A intenção dos autores, ao

facilizar o último governo de Getúlio Vargas, não foi fazer a exaltação dele, mas versar um momento exemplar da história brasileira e latino-americana: sempre que um governo neste nosso continente decide adotar medidas de defesa do interesse nacional, logo as forças internas e externas, contrárias ao desenvolvimento político e econômico autônomo, iniciam o processo de derrubada do atrevido... Na peça "Vargas", nós fazemos, inclusive, com que o personagem Lacerda dê a fórmula do golpe, fórmula essa que vem sendo aplicada ao longo das décadas no Brasil, Argentina, no Uruguai, no Chile, etc. A queda de Allende, como o atual cerco militar à Nicarágua, são outros exemplos dessa

fábula política latino-americana que a peça conta. Mas "Vargas" não é um espetáculo de discussões ideológicas e sim um espetáculo vivo, movimentado, engraçado às vezes e dramático no final. Por isso mesmo, o público o recebe com simpatia e entusiasmo.

Menos o Governador Brizola, que afirmou ser a peça infiel à realidade histórica porque nela não aparece o ex-Presidente João Goulart. A razão disso é que Jango, que foi ministro de Getúlio até 1952, mantivera-se desde aí numa atitude discreta para não aumentar a fúria dos militares contra o governo. A história de Jango começa efetivamente depois do suicídio de Getúlio, quando ele se torna seu herdeiro político.



Charge de Chico Caruso publicada no JORNAL DO BRASIL em 15/04/79

Cuidado com a miopia política

J. Monserrat Filho

Está em cartaz no Teatro João Caetano, no Rio, desde 3 de outubro, a peça "Vargas", de Dias Gomes e Ferreira Gullar. Logo na estréia, o Governador Leonel Brizola foi aos camarins reclamar a presença do ex-Presidente João Goulart na peça. Para Brizola, "o Jango tinha que estar na peça recebendo a carta" (deixada por Getúlio ao suicidar-se), pois "ele estava na última reunião do gabinete". O Governador pergunta "com quem ficou a bandeira de Vargas?" E acha que, na peça, esta bandeira "foi entregue à dona Alzira Vargas, que é o conservadorismo". Respondendo, Flávio Rangel, o diretor da peça, afirma que "a bandeira de Vargas ficou com o povo". E isto é simbolizado pelo fato de que, quando as cortinas do palco se fecham, Paulo Gracindo, que faz o papel de Getúlio, lê sua cartastamento diretamente para a platéia. É a entrega da carta para o povo, que se repete a cada espetáculo.

Como salientou Zuenir Ventura em *Isto É*, nesta peça Getúlio é o herói, Alzirinha (filha e secretária particular de Vargas) é a heroína e Carlos Lacerda é o vilão da história. Por que Alzirinha é a heroína? Porque ela defende o ponto de vista de que Getúlio deve resistir ao golpe, deve lutar contra

os que pretendem derrubá-lo do governo. Alzira Vargas é representada por Isabel Ribeiro, no papel da sambista Marlene, "talvez a personagem mais fascinante da peça", para Zuenir Ventura. Brizola parece não perceber este aspecto da visão dos autores da peça. Sua preocupação, tudo indica, concentra-se no temor de que a peça termine favorecendo, não o PDT, mas o PDS, ao qual hoje Alzirinha está vinculada, por ser esposa de Amaral Peixoto e sogra de Moreira Franco. Daí a referência de Brizola à "entrega da bandeira de Vargas ao conservadorismo". Brizola, pelo visto, vê a forma sem ver o conteúdo. Ou toma a forma pelo conteúdo. O conteúdo é a idéia da resistência da nação diante do golpe em marcha contra legítimos interesses nacionais, executado pelos grupos econômicos internacionais. A resistência da nação naquele momento capital da nossa história passou pela firme e emocionante posição de Alzira Vargas, propondo a luta como resposta aos golpistas. Claro que o papel de Alzirinha, como pessoa, foi importante — a história passa pelas pessoas —, mas foi importante sobretudo por interpretar os anseios mais profundos e

consequentes do povo brasileiro, num momento em que ele estava sendo, mais uma vez, vilipendiado. A intenção dos autores, como explica Gullar, foi não exaltar pessoas, mas "um momento exemplar da história brasileira e latino-americana".

Quem hoje empunha a bandeira daquele momento exemplar de 1954? Eis a questão mais séria e grave que "Vargas" sugere. Qualquer tentativa de manipulação política estreita e egoísta de um episódio de tamanha amplitude histórica não vai ajudar as forças que, no grande palco do presente, enfrentam os herdeiros dos golpistas de 1954, agora ainda mais poderosos e truculentos — Reagan, FMI, banqueiros internacionais, etc.

A primeira semana já comprovou que "Vargas" é um enorme êxito, de público e crítica. A peça poderá ficar em cartaz até o ano que vem, facilmente. Mas sendo a peça patrocinada pela *Funarj* e dada a reação de Brizola, o elenco teme que, findo o contrato, a 31 de dezembro, o espetáculo seja cancelado. Se isto ocorrer, não será apenas uma grande injustiça, mas também e principalmente um ato de miopia política indigna de quem se apresenta como "governo popular e democrático".

Voz da Unidade

ebabinU sb sov

A proposta dos comunistas

Íntegra da palestra proferida por Giocondo Dias, durante o IV Ciclo de Debates sobre Problemas Brasileiros, na noite do último dia 4 na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul:

Uma palavra inicial me cabe de agradecimento ao Legislativo gaúcho, Casa de tão arraigadas tradições políticas e tão relevantes préstimos às causas do povo, pelo convite a mim dirigido, para participar deste ciclo de debates voltado para a temática da crise atual e suas alternativas.

Agradecendo o amável convite, compreendo que, menos que a minha pessoa, ele se direcionou à corrente de idéias e de ação de que sou porta-voz. De fato, o convite que aceitei, honrado, sei-o revestido de um claro conteúdo político: antes que ouvir um modesto revolucionário, aos nobres legisladores interessa conhecer e debater as propostas dos comunistas brasileiros, daqueles que se alinham na vertente inaugurada em 1922 e que se consolidou na trajetória histórica do Partido Comunista Brasileiro.

Nem poderia ser diferente: no concerto político brasileiro, a intervenção dos comunistas, hoje como ontem, já não pode ser descartada. Ainda que sem existência jurídico-legal, mercê da legislação de arbítrio que tem vigência contra a expressa vontade da nação, os comunistas são protagonistas ativos da cena brasileira.

Interpretando, pois, o convite a mim dirigido como a abertura institucional, por parte da Assembléia Legislativa gaúcha, de um diálogo franco com a corrente de pensamento e ação que represento, e que tem fundas raízes na gloriosa história política do Rio Grande do Sul, agradeço-o e farei o possível para sintetizar, da forma a mais breve possível, o nosso diagnóstico da realidade brasileira atual e avançar algumas de nossas propostas.

Desastre nacional

Nobres deputados, senhoras e senhores, meus companheiros:

É supérfluo alinhar aqui os índices sócio-econômicos que configuram o quadro da dramática crise brasileira. São notórios e públicos os números do endividamento externo e interno, as taxas da ociosidade industrial, os níveis alcançados pelo desemprego e pelo subemprego, o alarmante diagrama de concordatas e falências.

São dados conhecidos e não há por que repetilos. No entanto, é preciso ressaltar um ponto: em termos quantitativos, ao cabo de três anos de orientação econômica recessiva, o Brasil experimenta já o limiar da depressão — a política do desastre nacional que está sendo conduzida, com invulgar pertinácia, pelo Governo Federal, empurrou o País para a mais profunda crise de toda a sua história.

É evidente que a nossa crise não se explica apenas segundo mecanismos endógenos. Efetivamente, a crise brasileira está engrenada à onda longa recessiva em que o sistema capitalista mundial ingressou há uma década. Entendemos, porém, que não são as variáveis exógenas que modulam a natureza essencial da crise que nos fere tão terrivelmente — estas, a nosso juízo, resultam da particularidade do ordenamento sócio-político determinado pelo regime emergente em 1964, e a que teremos oportunidade de nos referir adiante.

O que nos importa assinalar, com a máxima ênfase, é que a crise econômica trouxe como corolário uma crise social cuja magnitude talvez seja inédita em nossa história. Na forma de uma marginalização social drástica, graças a um rápido processo de pauperização das massas trabalhadoras, estamos presenciando uma inaudita violência contra o povo. O aviltamento do já degradado padrão de vida da massa dos brasileiros é algo que assombra aos cientistas sociais mais acadêmicos. Concomitantemente, o conjunto de expectativas sociais entra em colapso: a insatisfação generalizada, à falta de condutos para a sua conversão em intervenção política organizada, degenera numa anomia preocupante, que abre passo à irrupção de movimentos desesperados.

Fracasso do regime

Nobres deputados, senhoras e senhores, meus companheiros:

Na sua realidade, a crise reduziu a frangalhos a mistificação embutida no projeto militar-tecnocrata do "Brasil Grande". A retórica milagreira dos tempos ominosos do fascismo foi rendida pelo estrondoso fracasso de um regime que, de pires na mão, pedincha humildemente diante dos poderosos do capital financeiro internacional, sem recuar sequer em face dos patentes riscos de alienação da soberania nacional. E a este fracasso sobrepõe-se um governo que, dia a dia, perde o seu já parco patrimônio de credibilidade. E que, na sua insensibilidade aos verdadeiros interesses nacionais, alarga o fosso que o divorcia da Nação e marcha abertamente para a criação de impasses institucionais que ameaçam o esgarçado quadro político brasileiro.

Entendemos que o equacionamento da crise econômico-social exige uma breve digressão sobre o ordenamento político que responde pelos seus desdobramentos atuais. Trata-se de uma rápida menção ao Estado brasileiro contemporâneo.

Na sua gênese, os eventos de 1964, está a velha, centenária mesmo, matriz do comportamento das franjas dirigentes das classes dominantes: o esforço sistemático para excluir da cena política as grandes massas populares. Deflagrado em consonância com a contra-revolução em escala municipal patrocinada pelo imperialismo, particularmente o norte-americano, o golpe de 1964 deu livre curso àquela matriz, atualizando-a na forma do anticomunismo raivoso, repondo-a com inequívocos conteúdos antidemocráticos e antioperários.

Conformando-se entre 1964 e 1968, o regime emergente do golpe de abril realizou a aliança orgânica do componente burguês que integrou o latifúndio com o imperialismo. Basicamente, este regime funciona como instância de articulação da dominação imperialista com o favorecimento de grupos monopolistas nativos. Daí a sua dupla característica: ele é antinacional e, para sê-lo, deve ser antidemocrático.

Resistência democrática

O seu bloco social de apoio, contudo, passou a sofrer uma incontornável erosão a partir do momento em que o esgotamento do curto período de auge econômico se fez sentir. E à medida em que se inflexionou o padrão de crescimento operante, aproximadamente, entre 1969 e 1973, os deslocamentos de força tornaram-se óbvios. O primeiro sintoma irrompeu nas eleições de 1974 e tomou contornos nítidos em 1978.

Eis o que enfiou a resistência democrática, então materializada institucionalmente no extinto Movimento Democrático Brasileiro. Respalhada com as crescentes manifestações de agências da sociedade civil, a resistência democrática ganhou nova dinâmica com a reinserção da classe operária no cenário político, especialmente a partir das greves de 1977 e 1978. Abriu-se aí a fase do declínio histórico do regime de 1964.

Sensível à correlação de forças emergente, o regime elaborou uma estratégia de sobrevivência, que deu os primeiros passos no governo Geisel, sob o rótulo da **distensão lenta e gradual** e que, designada **abertura** no nascedouro do governo Figueiredo, combinou-se com um posicionamento positivo no âmbito internacional. Tratava-se de uma operação para assimilar no plano político as requisições da resistência democrática, conservando a ditadura do Executivo central para garantir o cerne do regime — sua política econômica, centralizadora e concentradora, favorecedora do monopólio e adequada aos desígnios imperialistas.

É justamente esta orientação econômica, que colide frontalmente com a abertura política real conquistada pelas forças democráticas, que conduziu o País, no ciclo da crise, ao atoleiro em que nos encontramos. De fato, a sua proposta — de cariz monetarista — para a crise é cristalina: administrá-la descarregando o seu ônus principal sobre os trabalhadores e os assalariados em geral. Dadas, porém, a complexidade da estrutura social brasileira e o componente de favorecimento ao grande capital e ao imperialismo, ela penaliza

Giocondo Dias no Rio Grande do Sul Solução no Rio Grande do Sul para a crise

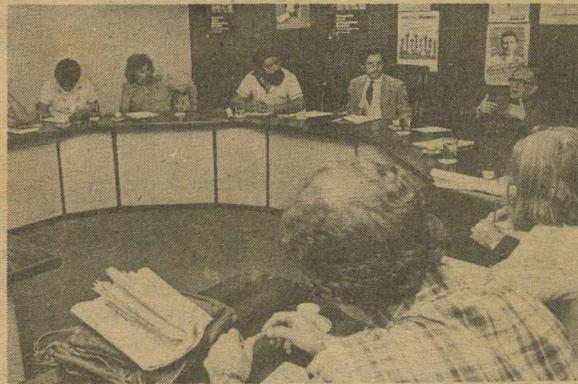
Porto Alegre (da Sucursal) — Durante as 72 horas em que o líder Comunistas (CNDC), esteve em Porto Alegre, cumpriu extenso programa com o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Antenor Ferraz da Ordem dos Advogados, foi recebido pela Mesa da Câmara Municipal participou de um jantar em sua homenagem, promovido por amigos, entrega do Projeto de Manifesto — programa e estatutos do PCB.

A vinda de Giocondo Dias a Porto Alegre se deveu à iniciativa da Comissão de Problemas Brasileiros, integrada pelos deputados Algir Lorenzon (PMDB), Vereador e apoio do Clube de Repórteres Políticos, presidido pelo jornalista Mário Marona.

Foram três dias de efetiva contribuição à democracia, um passo a seus diferentes níveis ficou conhecendo, pela ótica dos comunistas, o atual, "alternativa que convém aos trabalhadores e à Nação, única capaz de tecer o tecido social e abre o passo para o aventureirismo", conforme disse em seu discurso durante os Debates sobre Problemas Brasileiros, no plenário da Assembléia Legislativa.

Acompanhado de Júlio Teixeira, que representou os comunistas em nossa edição anterior, esteve no Palácio Piratini, onde se avistou com os problemas da atualidade, em particular aqueles que enfatizam a necessidade de reformas financeiras em que se encontram Estados e Municípios brasileiros. Teixeira ouviram do governador gaúcho a palavra em favor da liberdade de imprensa e de expressão, inclusive aos comunistas.

A tônica de todos os pronunciamentos de Giocondo Dias na capital gaúcha foi a solução negociada para a crise. Assim aconteceu durante o encontro com o deputado Antunes; igualmente, quando da visita à seção gaúcha da OAB, cujo encontro se realizou na Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, unidade dos trabalhadores, a luta incessante contra as leis de arrochos e salários e contra a aventura que tantos danos causou, no passado, e



Nas fotos acima, Giocondo Dias em reunião com o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Antenor Ferraz, e com o governador Paulo Hartung, no Palácio Piratini, em Porto Alegre, no dia 4 de maio, com o jornalista Mário Marona, presidente do Clube de Repórteres Políticos, e o deputado Antunes, na Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, no plenário.

Frases da coletiva

O jornalista Mário Marona, presidente do Clube de Repórteres Políticos, pinçou e divulgou no seu jornal, o *Correio do Povo*, o mais antigo e tradicional órgão da imprensa gaúcha, as seguintes frases de Giocondo Dias, proferidas entre as respostas que deu durante a entrevista coletiva realizada no plenário da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul:

"Nós não procuraremos o presidente Figueiredo, por que somos um partido proscrito e ilegal. Mas se ele nos chamar iremos ao Palácio do Planalto, porque conversar é um dever da cidadania".

"Com a moratória, o Brasil deixaria de pagar aos seus credores, em cinco anos, 60 bilhões de dólares, dinheiro suficiente para aplicar na construção civil, no saneamento básico, na reforma agrária e em benefício à pequena e média empresas".

"Temos que combinar a luta pela democracia com a luta contra o imperialismo. É preciso haver democracia neste País, para que o povo possa sentir-se seguro".

"Sou inimigo de marcar prazos. Já marquei a data da revolução Brasileira e ela não saiu".

"Enquanto houver vida na terra, existirão comunistas".

"A nossa vaidade é tão grande que, às vezes, assumimos a culpa por erros que não tínhamos força para cometer".

"Antes, achávamos que tudo que fazíamos era certo. Hoje, somos mais modestos diante da História".

Esta o Mário Marona não anotou, mas a equipe da Sucursal da VU em Porto Alegre registrou:

"Os revolucionários vêm nas reformas um meio. Os reformistas, um fim".

o Grande do Sul:

negociada brasileira

comunista Giocondo Dias, do Coletivo Nacional de Dirigentes gaúchos: foi recebido pelo governador Jair Soares, conferenciou com o deputado Antenor Ferrari (PMDB), recebeu dirigentes sindicais, visitou a seção gaúcha do Partido Comunista Brasileiro no Rio Grande do Sul, concedeu entrevista coletiva aos jornalistas e aos companheiros do Rio Grande do Sul. Em todas as visitas fez

comissão que promoveu o IV Ciclo de Debates sobre Problemas Brasileiros, com o deputado Vercidino Albarello (PDS) e Élio Corbellini (PDT), e que contou com o deputado Mário Marona.

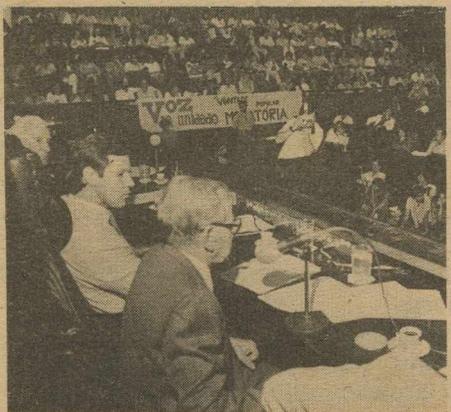
mais em direção à legalização do PCB. A sociedade gaúcha nos deu um diagnóstico e a proposta de uma solução negociada para a crise da política de evitar a regressão, a instabilidade e o caos que rompe o Rio Grande do Sul durante a palestra que proferiu no IV Ciclo de Debates da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, na noite do último dia 4.

Rio Grande do Sul, Giocondo Dias, conforme já noticiamos em outras ocasiões, foi recebido pelo governador Jair Soares e com o qual conversou sobre a possibilidade de uma reforma tributária capaz de aliviar as dificuldades da sociedade gaúcha. No terreno da organização partidária, Giocondo Dias e Júlio de Lacerda, com o direito à legalidade que deve

o Rio Grande do Sul se orientou no sentido da necessidade de buscar uma solução negociada com os vereadores Waldir Fraga, Lauro Hagemann e Valneri de Aguiar, recebeu uma manifestação de Giocondo Dias durante a reunião dos deputados do Rio Grande do Sul. Com os dirigentes sindicais, cuja reunião ocorreu na Assembleia Legislativa, Giocondo colocou a posição dos comunistas, pela legalização do partido, pela política salarial que ameaça a classe operária e todos os que vivem de



ma, Giocondo Dias recebeu o deputado Antenor Ferrari e o deputado Jair Lorenzon; com o governador Jair Soares e Júlio de Lacerda no Palácio Pirantini; em reunião com dirigentes sindicais de Direitos Humanos e com o deputado Ivo Sartori, e com o governador Soares, durante a palestra.



Legalidade para o PCB

A Assembleia Legislativa gaúcha deverá examinar ainda este ano uma moção em favor da legalidade do Partido Comunista Brasileiro. A iniciativa fará parte da conclusão dos trabalhos do IV Ciclo de Estudos sobre Problemas Brasileiros, que reuniu líderes nacionais dos partidos legais e ilegais, no plenário da Assembleia Legislativa, do dia 26 de setembro a 5 de outubro.

A informação foi transmitida pelo organizador do ciclo, deputado Algir Lorenzon (PMDB), durante a audiência que Giocondo Dias e os líderes comunistas locais tiveram com o presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, deputado Antenor Ferrari (PMDB).

Giocondo Dias trocou impressões com o deputado Antenor Ferrari sobre a conjuntura política e econômica do País e entregou ao parlamentar uma cópia do projeto de Programa, Estatutos e o Manifesto que os comunistas estão discutindo antes de ingressar no Superior Tribunal Eleitoral com o pedido de registro.

O deputado Algir Lorenzon, que, juntamente com os deputados Élio Corbellini (PDT) e Vercidino Albarello (PDS) organizou o IV Ciclo de Estudos sobre Problemas Brasileiros, disse que o objetivo da comissão era colocar a público todas as propostas dos partidos para a superação da crise que o País vive. Nesse sentido, salientou, foram convidados os dirigentes dos partidos considerados ilegais. Além dos comunistas, participaram do ciclo o PC do B e o MR-8.

fortemente os pequenos e médios empresários e, até, grandes capitalistas. Em verdade, ela só beneficia à oligarquia financeira e ao imperialismo.

Nobres deputados, senhoras e senhores, meus companheiros:

Esta terapia leva a resultados conhecidos e inteiramente previsíveis, que já vêm à tona agora: ao fim do ciclo recessivo, "resolve" a crise pela pauperização das massas, pela ruína de setores antes proprietários, pela concentração e pela centralização do capital. Em nossa conjuntura particular, seu saldo é irrecusável: agravamento da dependência ao imperialismo, sucatação do parque industrial, acentuação da marginalização pela generalização da miséria. Sem qualquer dúvida, é uma política de desastre nacional.

É a esta "solução" que se opõe a massa da Nação, dos trabalhadores a um largo espectro empresarial, passando pela pequena burguesia e pelas novas camadas médias. Este conjunto, engrossado a cada dia pelas forças que se descolam da base do poder central, constitui um diferenciado bloco democrático e nacional que se tem expressado politicamente na frente democrática, vitoriosa também em 1982.

Trata-se de um arco de forças heterogêneas, vinculadas por uma dialética de unidade e luta, e que se solda na necessidade de derrotar a atual orientação econômico-financeira do governo. No plano institucional, tais forças se manifestam pelos partidos de oposição democrática e, inclusive, por segmentos do PDS.

Nobres deputados, senhoras e senhores, meus companheiros:

Na nossa análise, como se constata, é a realidade da crise que centraliza o processo político brasileiro e seus desdobramentos. A ela se subordina, naturalmente, a questão sucessória. As dificuldades governamentais para encaminhar a sucessão nos estreitos circuitos palacianos e pedessistas advêm exatamente dos descolamentos que se verificam em suas próprias hostes pelo agravamento da crise, agravamento que se potencia pela obstinação em manter a atual orientação econômico-financeira.

Entretanto, se é a crise econômica que está no centro da vida brasileira, entendemos que o seu equacionamento transita por opções políticas. É pela via da política que passa a superação da crise.

Alternativas

Neste momento, três são as alternativas políticas que se desenham no horizonte próximo, já que não pode perdurar por muito tempo a colisão entre as generalizadas aspirações à democracia e à política que chamei de desastre nacional.

A primeira é a que percorre as sendas tortuosas do golpismo, das soluções à revelia da participação cívica, mesmo a mais restrita. Nós, comunistas, recusamos decididamente este caminho, qualquer que seja a retórica que o revista, reacionária ou pretensamente progressista. Não há golpe que favoreça o povo ou a democracia. Hoje, como ontem, o golpismo sempre se volta contra os trabalhadores.

A segunda alternativa é a do pacto de elites, do acordo e da conciliação pelo alto (e que, muito bem, pode combinar-se com a alternativa anterior). É de registrar que, na frente democrática, há setores que se inclinam por esta saída, tão conforme às raízes elitistas da política profissional brasileira. Não é o que interessa à massa do povo, sempre convertida, neste jogo excludente, à condição de expectador.

A alternativa que convém aos trabalhadores e à Nação é a que se configura numa solução negociada, única capaz de evitar a regressão, a instabilidade e o caos que rompe o tecido social e abre o passo ao aventureirismo. Solução negociada por todos os interlocutores e parceiros da vida política e social brasileira, à base de um programa mínimo que já é consensual entre as várias forças da frente democrática:

— equacionamento da dívida externa segundo os interesses nacionais, com as implicações daí decorrentes (rompimento com a tutela imperialista — direta ou mediatizada pelo FMI —, moratória, etc.);

— penalização dos monopólios imperialistas;

— política de investimentos geradora de emprego massivo, favorecimento da pequena e média empresa;

— política salarial que dinamize o mercado interno;

— reformas financeira, tributária e agrária.

Não é preciso acrescentar que a implementação desta política global (e a crise brasileira é refratária a soluções no varejo) supõe um governo legitimado e assentado na vontade nacional. Ou seja: um governo democrático. A contrapartida política desta solução negociada, portanto, é o avanço no rumo da democracia: fim dos instrumentos de exceção, como a Lei de Segurança Nacional; liberdade de organização político-partidária; liberdade e autonomia sindicais; eleições diretas a todos os níveis; convocação de uma Assembleia Constituinte, livre e soberana.

Sobre esta plataforma da frente democrática, a solução negociada que propomos unificará o bloco democrático e nacional e contemplará as forças sociais majoritárias do País. Trata-se de processo complexo e sinuoso, mas no qual — devemos e temos que dizê-lo claramente — a necessária presença do componente trabalhador se afirmará apenas na escala em que a classe operária se constituir em sujeito político autônomo, no curso das suas lutas organizadas.

Nobres deputados, senhoras e senhores, meus companheiros:

A negociação, à base da pressão das forças sociais, situa a solução na mudança do que aí está. Em poucas palavras, retomando a fórmula que tive ocasião de usar em outra oportunidade: lutar para negociar, negociar para mudar.

É nesta alternativa que os comunistas brasileiros, assumindo a função de catalisadores da frente democrática, têm jogado todo o peso da sua influência e ação.

País viável

Consideramos, ao contrário das Cassandras de plantão e dos catastrofistas de sempre, que o Brasil é um país viável e que, pela larga estrada da democracia, é possível transitar para uma solução positiva e progressista para a crise.

Julgamos mais: que a hora é oportuna para a implementação desta alternativa. No plano institucional, desde 15 de março o perfil do País se alterou: não só os dez governos democráticos estaduais, mas até governantes do PDS, sem contar os milhares de prefeitos e legisladores de todo o País, que pagam o preço da absurda centralização política do Palácio do Planalto, ansiam por mudanças.

A confluência desta aspiração — que reflete, no plano institucional, o ânimo da população brasileira — com as demandas postas pelos movimentos de massas, em especial o operário e sindical, criam um quadro propício para que o bloco democrático e nacional obrigue o regime a negociar, consolidando as condições que permitem a sua substituição por outro, democrático e representativo do País real.

Nobres deputados, senhoras e senhores, meus companheiros:

A proposta dos comunistas, devo declará-lo, não é um expediente tático apenas para aglutinar e coesionar a frente democrática, da qual somos parte integrante e inextirpável. Expressando os interesses globais e históricos da classe operária, os comunistas entendem que é no contexto da convivência democrática que o proletariado ganhará a hegemonia política do arco das forças antimonopolistas que sustentará a transição socialista no rumo da sociedade sem classes por que lutamos. O encaminhamento deste projeto humanista e libertário, que não exclui colisões determinadas pela reação dos privilegiados e dos inimigos do progresso social, entendemo-lo numa ótica pluralista e de massas, com a participação cívica de todos os brasileiros patriotas e honestos.

E da mesma forma que hipotecamos este trânsito ao futuro à vigência da democracia política entre nós, também hipotecamos a possibilidade da transição à democracia ao direito à existência legal do Partido Comunista Brasileiro.

A vergonha cívica que é a exclusão dos comunistas, enquanto partido político, não pode mais ser perpetuada. Jamais haverá democracia, no Brasil como em qualquer outra parte, sem os comunistas e, menos ainda, contra os comunistas. Muito obrigado.

(Intertítulos da Redação)



Sindicatos, federações e confederações de todo o país, membros da Comissão organizadora do Conclat, reuniram-se no último dia 4 na sede da Contag, em Brasília. Trinta e sete representantes de entidades — 5 confederações, 5 federações nacionais e 8 estaduais e 19 sindicatos — discutiram durante todo o dia o trabalho de preparação organizativa e política do encontro dos dias 4, 5 e 6 na Praia Grande.

Segundo a comissão organizadora, mais de mil entidades já se inscreveram, e espera-se o mesmo número de inscrições até a abertura do Congresso. Na ocasião foi aprovada a primeira tese para o Conclat, "Mudar a política econômica, defender os interesses nacionais, lutar pela democracia e por melhores condições de vida para os trabalhadores", que publicamos na íntegra:

União & Luta é o nome da chapa I dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, encabeçada por Jorge Carvalho da Silva, operário da Companhia Metropolitana de Aços, que lidera um movimento unitário de renovação e dinamização do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, com apoio das principais correntes político-sindicalistas que atuam na categoria.

A chapa **União & Luta**, lançada sexta-feira da semana passada na sede do Sindicato, é integrada pelos metalúrgicos que conduziram as negociações durante a campanha salarial deste ano e representa uma grande renovação para a direção do sindicato, pois de seus 17 integrantes somente um deles exerceu um mandato efetivo no Sindicato.

No terceiro escrutínio das eleições no **Sindicato dos Comerciantes de Campos (RJ)** foi eleita a chapa de renovação encabeçada por Ronaldo Nascimento e Paulo Souza, derrotando a chapa da antiga diretoria, que há 17 anos administrava o sindicato atrelando-o aos interesses locais do PDS.

Mais de 10 milhões de **trabalhadores argentinos em greve geral** pararam o país no último dia 4. A paralisação, convocada "em repúdio unânime aos que cumpriram o objetivo apátrida de destruir o aparato produtivo e congelar os salários", foi acatada em todas as províncias, depois de uma série de negociações entre as duas centrais sindicais e o governo do general Bignone.

De 20 a 23 de outubro estará se realizando em Ipatinga (MG), o **Congresso dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Brasil**. O temário do encontro é constituído dos seguintes itens: 1. Política Econômica, política social e a realidade brasileira; 2. Previdência social, caixas beneficentes, pecúlio ou similares; 3. Assistência médica-hospitalar e a problemática da terceira idade; 4. As entidades sindicais de trabalhadores e as associações e departamentos de trabalhadores aposentados e pensionistas; 5. Proposições e mensagens.

Em São Paulo, no último dia 7, foram eleitos 160 delegados que representarão o estado no Congresso. No dia 13, às 9 horas, no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, estará se realizando um seminário preparatório e, no dia 19, às 15 horas, sairá a caravana paulista, da sede do Sindicato dos Têxteis.

Seguindo os exemplos de Pernambuco e Rio Grande do Sul, a Terceira e Quarta Juntas de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho, em Belém, julgaram inconstitucionais os decretos-leis 2012, 2024 e 2045, em sentenças de interesse do **Sindicato dos Rodoviários do Pará**. Os juízes ponderaram que os decretos 2012 e 2024 não tratam de

materia de finanças públicas, nem o 2045 sobre Segurança Nacional. Os três decretos tratam exclusivamente de matéria trabalhista, e por essa razão foi recusada a arguição de incompetência defendida pelos advogados patronais, ganhando a causa os trabalhadores, que tiveram seus salários reajustados em 100% do INPC.

José Ferreira da Silva, o **Frei Chico**, reintegrou-se, na última semana, ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano. Afastado da entidade e impedido de filiar-se por um golpe do atual presidente, João Lins, Frei Chico há mais de seis meses lutava pelo seu direito à sindicalização. A Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo considerou totalmente descabida e sem validade sua expulsão.

Os **trabalhadores na indústria têxtil de São Paulo** estão em campanha salarial. O maior sindicato — o da capital — com uma base de mais de 60 mil Trabalhadores, está encaminhando a campanha em conjunto com mais 16 entidades, num total de 150 mil têxteis. A Federação vem coordenando a campanha de outros 16 sindicatos do estado, mas que compreendem "somente 10% da categoria", segundo Queiróz, presidente do Sindicato dos Têxteis de São Paulo.

As principais reivindicações dos têxteis são: reajuste com base em 100% do INPC, estabilidade por um ano, transporte gratuito para o local de trabalho, e data base em 1.º de novembro. "Atualmente ela é no dia 26, pois perdemos a data base em 67", continua Queiróz. A pauta da categoria foi "unificada num seminário que contou com a participação de representantes das 17 entidades. No dia 2, reuniu-se a assembléia do sindicato da capital, os outros sindicatos estão realizando as suas, e no dia 15 vamos fazer um balanço dessa primeira fase da campanha", conclui Queiróz. No próximo dia 17 os sindicatos estarão entregando a pauta de reivindicação aos patrões.

Cinco minutos pela paz. Este o nome do protesto promovido no último dia 5 pelos **trabalhadores da Alemanha Ocidental**. Milhões interromperam seu trabalho das 11:55 até meio-dia, em protesto contra a instalação dos euromísseis, prevista para dezembro por Reagan e aliados.

Convocado pela Confederação de Sindicatos Alemães (DGB), o protesto paralisou regiões inteiras do país. Os sindicatos patronais condenaram a manifestação dos trabalhadores, alegando que a greve foi "ilegal". O governo de Helmut Kohl, democrata-cristão, considerou-a "uma tentativa unilateral de influenciar a opinião pública". Em tempo: Kohl é favorável aos mísseis.

Os **trabalhadores brasileiros** enfrentam no ano em curso as consequências da mais grave crise econômica da história do País.

O saldo do chamado "milagre brasileiro" não poderia ser mais dramático: o custo de vida atinge o seu recorde histórico; milhões de trabalhadores sem emprego ou subempregados, funcionando o parque industrial com o mesmo número de operários de dez anos atrás; altas taxas de juros alimentando a especulação financeira, inviabilizando a tomada de empréstimos bancários e levando a um aumento inédito do número de falências e concordatas de pequenas e médias empresas, justamente as que, em seu conjunto, absorvem mais mão-de-obra; salário mínimo correspondendo a menos de um terço das necessidades básicas do trabalhador e sua família; atividades produtivas quase paradas e total submissão da política econômica aos ditames do FMI e dos banqueiros internacionais para administração da fabulosa dívida externa de quase US\$ 100 bilhões, irresponsavelmente contraída.

Ao insistir em afirmar os princípios do "modelo" de desenvolvimento implantado à força a partir de 1964, o Governo Federal só tem conseguido agravar a crise. O atrelamento aos interesses do capital estrangeiro, a manutenção do latifúndio, dos privilégios das multinacionais e dos bancos e a crescente concentração da renda nacional em mãos de uma minoria ínfima da população impedem que a economia brasileira seja reposta no caminho da expansão da produção e do emprego, com pleno aproveitamento das outras potencialidades nacionais e melhoria efetiva das condições de vida dos trabalhadores.

As medidas mais recentes, consubstanciadas no "pacote" das estatais, no expurgo do INPC e no novo arrocho salarial — autoritariamente impostas pelo Governo — redundarão em mais recessão, mais desemprego e a perda ainda maior da soberania nacional. Confirma-se a denúncia formulada pelo movimento sindical na memorável 1.ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), em Agosto de 1981, de que o Governo antidemocrático e antinacional, para não contrariar os interesses dos monopólios nacionais e estrangeiros, levaria às últimas consequências sua política de lançamento do ônus principal da crise sobre os ombros daqueles que vivem dos seus salários — os trabalhadores.

Os drásticos cortes nos investimentos públicos aprofundam a crise e põem em risco cada vez maior a soberania nacional, dadas as responsabilidades do Estado por mais de um terço da produção interna e a

indisfarçada cobiça do capital estrangeiro por diversos setores estratégicos. O enfraquecimento das empresas estatais repercute sobre o conjunto da economia fazendo com que inúmeras empresas privadas, dependentes direta ou indiretamente da atividade produtiva do Estado, enfrentem sérias dificuldades e despeçam em massa seus empregados.

A campanha do Governo, do FMI e de setores do grande empresariado, apontando as empresas estatais como ineficientes e responsáveis pelo aumento do déficit público, visa denegrir este valioso patrimônio construído com sacrifícios e lutas.

Parte integrante da campanha de desmobilização destas empresas, visando sua desnacionalização, o decreto 2.036 atinge duramente os trabalhadores das estatais. Em nome do combate a supostos privilégios — sem referência às incalculáveis regalias dos banqueiros, das multinacionais e dos latifundiários — a suspensão das promoções, o congelamento de benefícios, a completa subordinação da política de remuneração ao CNPS e o esvaziamento do papel dos sindicatos no setor e, em especial, perspectiva de demissões e rotatividade — já que os novos empregados admitidos não terão nenhum dos benefícios atuais — constituem afronta e ameaça aos justos direitos adquiridos através de lutas históricas.

A deteriorização das condições de vida dos servidores públicos é ainda mais marcante. A eles não são concedidos nem mesmo os parcos direitos ainda mantidos para os trabalhadores do setor privado e das estatais. Há anos com reajustes salariais muito abaixo do aumento do custo de vida, com correção de seus vencimentos este ano prevista para a metade da inflação, sem 13.º salário e sem direito à sindicalização, esses trabalhadores sofrem aviltamento do seu poder aquisitivo sem paralelo com o de outras categorias. Talvez apenas os aposentados e pensionistas, com a flagrante manipulação do cálculo de seus rendimentos, enfrentam situação semelhante.

No campo, onde as leis e os direitos raramente são respeitados, os trabalhadores rurais e camponeses continuam respondendo pelo percentual maior da população em situação de miséria absoluta. Salários abaixo do mínimo regional para a grande maioria dos trabalhadores, a concentração cada vez maior da propriedade de terra, a migração para os centros urbanos e a sobrevivência sem condições dignas, e redução da área disponível para cada família de pequenos proprietários e posseiros — sob violenta e ilegal investida de grileiros e grandes empresas — formam



de programa para o movimento sindical

o quadro nada bucólico da vida rural brasileira.

1

Política salarial transformada em instrumento de arrocho

Para o conjunto dos trabalhadores submetidos à política salarial, o Governo Federal impôs sem consulta ao conjunto da sociedade e à revelia do Poder Legislativo os Decretos-Leis 2.012, 2.024 e 2.045 sob pressão do FMI e aplausos do grande capital. Apesar das informações do movimento sindical, de especialistas, de muitos empresários e até de ministros de Estado, de que os reajustes salariais não constituem fator de pressão inflacionária, a política salarial foi transformada em política aberta de arrocho.

O fim dos 10% sobre o INPC para as remunerações até três salários mínimos constitui inaceitável subtração de um benefício para a maioria dos trabalhadores carentes. A possibilidade de "livre" negociação em inúmeras empresas e a restrição aos aumentos por produtividade medidas tão arbitrárias que exigiram para a sua decretação respaldo do autoritário Conselho de Segurança Nacional corresponderão, nos próximos dois anos, a maior perda do poder aquisitivo jamais sofrida pela classe trabalhadora brasileira. Em acréscimo, o INPC passou a ser adulterado pelos chamados expurgos que aviltam ainda mais os salários dos trabalhadores.

Os preços das mercadorias continuarão a ser reajustados livremente agravando a concentração da renda em benefício dos que detêm o grande capital. Longe de controlar efetivamente a inflação e o déficit público, o Governo conseguirá, com estas medidas, o rápido agravamento da recessão e do desemprego, dado o retraimento do consumo e, conseqüentemente, da produção provocado pelo brutal arrocho dos salários.

Na vã tentativa de disfarçar o impacto do novo arrocho salarial foi alterado o "pacote" do BNH, com aumento da prestação restrito a 80% do INPC. Ocorre que a diferença entre esse reajuste e a correção monetária real será coberta, aceita a semestralidade, pela dilatação do prazo de pagamento ou quitação do saldo daqui há dois anos ou no final do contrato, piorando ainda mais a situação dos mutuários — agora com os salários ainda mais archoados — e transformando o sonho da casa própria num verdadeiro pesadelo. Acrescentamos, também, as restrições cada vez mais drásticas ao atendimento de saúde e educação do povo brasileiro.

Diante deste quadro de mazelas provocado pela política recessiva governamental, os trabalhadores brasileiros, reunidos no Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, reafirmam as principais resoluções da 1ª CONCLAT. Sua atualidade demonstra a capacidade de o movimento sindical identificar as origens da crise econômica-social e as saídas possíveis, de acordo com seus interesses, e unir-se em torno de um programa de lutas.

Contudo, o alarmante agravamento da crise — com o aumento do desemprego, da tensão social e do risco de perda de espaços democráticos conquistados — e a consciência cada vez maior de que a alteração da atual política econômica não é uma reivindicação exclusiva dos trabalhadores, exigem que o movimento sindical apresente com a máxima urgência os pontos básicos de uma proposta alternativa à recessão, capazes de serem assumidos por um amplo conjunto de forças políticas e sociais descontentes com a atual orientação

econômica financeira.

Formular propostas alternativas visando a mudanças na orientação econômica do País é a forma mais conseqüente de defesa, hoje, dos interesses dos trabalhadores e de abertura de novas e mais favoráveis perspectivas para as lutas econômicas e para a conquista da democracia no Brasil.

2

Pontos básicos de um programa do movimento sindical

Abordados no quadro de um plano global, a ser debatido pelo conjunto da sociedade, estes são os pontos básicos propostos pelo movimento sindical brasileiro:

— **Reativação imediata dos investimentos e gastos públicos:** fim da política recessiva com a retomada do crescimento econômico através de investimentos públicos voltados para o atendimento das necessidades da maioria da população, em áreas não dependentes de importações e geradoras de emprego, como habitação popular, saneamento, transporte, saúde, educação e produção de alimentos.

— **Reforma financeira** — com a desdolarização da economia, redução das taxas de juros e combate à especulação financeira para a extinção do verdadeiro foco de inflação e fonte de desemprego.

— **Política Agrária** — 1. exigimos do Governo a imediata decisão política de implantação de uma reforma agrária ampla, massiva, e com participação dos trabalhadores rurais, a começar pela aplicação do Estatuto da Terra, visando promover a melhor distribuição da terra e modificações estruturais no regime de sua posse, uso e propriedade, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade.

2. Extensão aos trabalhadores do campo de todos os benefícios previdenciários e trabalhistas do trabalhador urbano.

3. Expansão do crédito ao pequeno produtor.

4. Criação de infra-estrutura e mecanismos adequados para transporte e distribuição dos produtos agrícolas, de modo a garantir preços mais baixos para o consumidor e remuneração mais justa para os pequenos e médios produtores.

5. Isenção de impostos e fim da repressão ao comércio ambulante do pequeno produtor agrícola.

3

Tributar o capital, aliviar a carga dos que vivem de salários

— **Reforma Tributária** — com incidência maior de impostos sobre ganhos de capital, em especial sobre os ganhos das aplicações financeiras, as altas rendas, heranças e valorização da terra, alívio de carga de impostos individuais e sobre o salário. Isenção de ICM aos agricultores cuja área não ultrapasse 50 hectares, além da não incidência tributária sobre a herança de pequenos proprietários compreendidos até 50 ha.

Fim da centralização dos recursos advindos da tributação pelo Governo Federal, causa do asfíxiamento financeiro dos Estados e Municípios brasileiros.

— **Expansão de Crédito** — com prioridade para pequenas e médias empresas nacionais, inclusive para pequenos produtores rurais, a juros compatíveis com o desenvolvimento da atividade produtiva e conseqüente expansão do emprego, sem exigências de reciprocidade, menos burocracia e maiores prazos de carência, com o fim de especulação financeira.

— **Dívida Externa** — renegociação da dívida externa, incluindo a moratória subordinada aos interesses nacionais,

estabelecendo-se condições e prazos para pagamento que permitam o fim da recessão econômica. A defesa da soberania nacional exige o rompimento do acordo com o FMI.

— **Fim da política de arrocho salarial:**

• Reajustes semestrais na base de 110% do INPC para quem ganha de 1 a 3 salários mínimos e de 100% para todas as outras faixas salariais, extensivo aos aposentados e pensionistas.

• Revogação dos decretos-leis 2.036, 2.037 e 2.045.

• Fim do expurgo do INPC.

• Salário mínimo real e unificado nacionalmente de forma a garantir o sustento do trabalhador e de todos seus dependentes.

• Congelamento dos preços de gêneros de primeira necessidade e serviços públicos.

• Participação dos trabalhadores, juntamente com o Governo e os empresários na fiscalização do cálculo do INPC.

• Extensão aos funcionários públicos dos reajustes salariais semestrais automáticos e do 13º salário.

4

Assembléia Nacional Constituinte, coroamento do processo democrático

— **Combate ao desemprego, a rotatividade e suas conseqüências:**

• Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem prejuízo do salário, respeitando-se o direito das diversas categorias que através de lutas conseguiram jornadas menores.

• Estabilidade no emprego, desde a admissão.

• Implantação do seguro-desemprego, gerido com recursos públicos e privados, taxando-se sobretudo os lucros do capital financeiro e das multinacionais.

— **Tecnologia e Automação**

• Pelo desenvolvimento de uma tecnologia nacional nos diversos níveis, voltada

para o aproveitamento das nossas matérias primas e a satisfação das necessidades da população e de atualização do conhecimento científico e que seja compatível com a defesa do meio ambiente.

• Defesa da política de reserva de mercado na área da informática.

• Que a modernização e a automação não sejam fontes geradoras de desemprego e que se oriente no sentido de substituir as atividades insalubres e perigosas e para a redução da jornada de trabalho, sem prejuízo salarial.

— **Política Energética** — desenvolver o sistema energético do País baseado na hidrelétrica e na biomassa.

— **A questão democrática**

A fim de levar a cabo estas mudanças no atual modelo econômico, propomos à sociedade brasileira a deflagração de uma ampla campanha pelas ELEIÇÕES DIRETAS PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA, que ganhe a pujança da memorável campanha pela Anistia e que abra caminhos para as seguintes medidas políticas de democratização do País:

• Revogação de toda a legislação de exceção (Lei de Segurança Nacional, Lei de Greve, Lei dos Estrangeiros, Lei de Imprensa, etc).

• Direito de greve para todos os trabalhadores.

• Liberdade e autonomia sindicais.

• Liberdade de organização partidária.

• Política externa independente, baseada nos princípios de uma nova ordem econômica internacional e que assegure uma distribuição mais justa da riqueza mundial. Apoio às lutas de libertação nacional, pela paz mundial, contra a corrida armamentista e a guerra. Relações diplomáticas e comerciais com todos os países, respeitando a soberania e a autodeterminação dos povos.

• Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana.

CONCLAT 83

1 - OS PROBLEMAS NACIONAIS E AS ALTERNATIVAS DOS TRABALHADORES

Política econômica

(salário, emprego e custo de vida)

Dívida interna e externa e soberania nacional

Política agrária

Previdência e direitos sociais (educação, saúde e habitação)

Liberdades democráticas

2 - UNIDADE E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Estrutura sindical

Liberdade e autonomia sindicais

Direito de greve

Comissões de empresa e delegados sindicais

Intersindicais Estaduais e Nacional

Relações internacionais

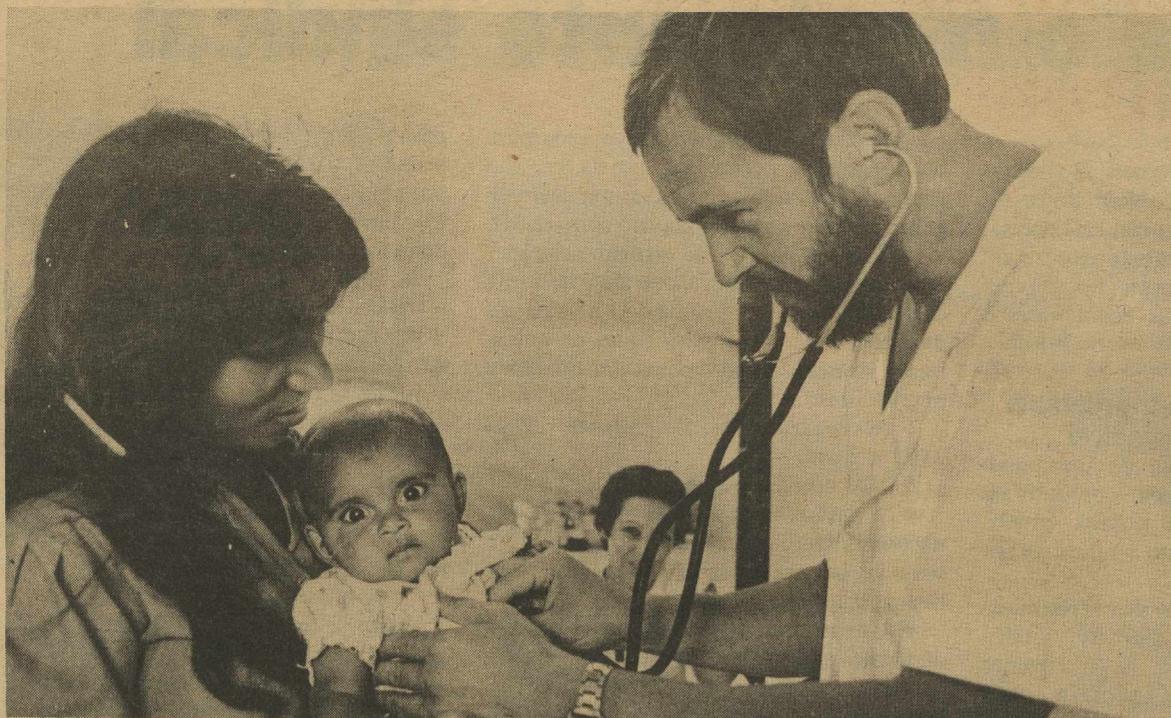
3 - PLANO DE LUTAS SINDICAIS

Todos ao Conclat Unitário!

PRAIA GRANDE
4, 5 e 6 de NOVEMBRO

COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCLAT 83

Secretaria Geral: Rua Pará, 66 - Capital - São Paulo - CEP 01243 - fone 257-5255



Profissionais soviéticos auxiliam a Nicarágua.

A Guerra Informativa contra a Nicarágua

"Televisão mostra russos na Nicarágua" — foi a manchete de seis colunas, no alto da página 7, de "O Estado de S. Paulo", na última sexta-feira. No sábado, devo confessar, vi russos no Museu de Arte Moderna do Rio, inclusive o embaixador deles, na abertura da Semana do Cinema Soviético, promovido com o apoio da Embafilme. Mas isto não deu manchete.

O jornal paulista, que, como se sabe, torce patrioticamente por Reagan na América Central, dramatizou ao máximo a notícia sobre os "russos na Nicarágua". Porém, não publicou fotos a respeito. Pois "Voz da Unidade" não só confirma como documenta o fato. As fotos estão aqui, todos podem ver. São da TASS, a agência oficial da URSS, e foram distribuídas internacionalmente. Ou seja, os russos reconhecem de público que estão na Nicarágua. Por que, então, a manchete de seis colunas?

E o que estão fazendo os "russos" na Nicarágua? "Trata-se de uma unidade médica, integrada por cerca de 50 médicos e enfermeiras, encarregados de tratar de soldados nicaragüenses feridos em combate contra os guerrilheiros anti-sandinistas. Os russos também atendem a população rural." — a informação é do próprio "O Estado". Acrescenta-se que há "russos" também na Universidade Autônoma Nacional, em Manágua, ensinando o idioma deles e ajudando na formação de quadros técnicos, de que o país muito se ressentia. Por que, então, a manchete de seis colunas?

As fotos foram feitas por Georgui Nadiezhdin, enviado especial da TASS, que as distribuiu pelo mundo com o seguinte texto:

"Nicarágua se defende e constrói

A soberania do povo não é objeto de discussão: defende-se com as armas nas mãos — estas palavras de Augusto Cesar Sandino, herói nacional da Nicarágua, pronunciadas há 56 anos, são atuais também hoje para os nicaragüenses.

Em 19 de julho de 1979, como resultado da heróica luta do povo

nicaragüense, sob a direção da Frente Sandinista de Libertação Nacional, foi derrubado o regime de Somoza. A revolução acabou de vez e para sempre com a falta de direitos e com o terror que, durante muitas décadas, foram um fenômeno comum e corrente na vida da Nicarágua.

Nos quatro anos transcorridos desde então, passaram às mãos do povo os bancos e muitas empresas industriais. Uma das consignas principais da revolução é "Terra para quem trabalha nela". Dezenas de milhares de camponeses pobres ingressaram em cooperativas ou receberam parcelas individuais. As medidas adotadas pela Junta de Governo de Reconstrução Nacional ampliam e fortalecem o setor estatal, tanto na indústria como na agricultura.

No país, foram criadas as bases do sistema de ensino e assistência médica gratuitos. Construíram-se dezenas de novos hospitais, cerca de 2.700 escolas e outras instituições de ensino.

Mas os êxitos da revolução nicaragüense não deixam tranquilos os seus inimigos, que não querem se conformar diante do fato de que o povo da Nicarágua se tornou o dono de seu destino.

Para defender este direito à construção de uma nova vida, os

nicaragüenses têm que travar uma dura luta armada. Na defesa da revolução, levantou-se todo o povo nicaragüense. O lema hoje é "unidade e coesão".

Agentes da CIA em ação

Por que, então, a manchete de seis colunas? Para fazer um falso alarme em torno de um fato normal. A Nicarágua tem direito de manter relações de cooperação com quem quiser e aceitar ajuda seja de quem for. É um direito soberano. Os EUA e seus aliados é que estão interessados em apresentar como "anormal" a colaboração prestada à Nicarágua por soviéticos e cubanos. E isto para dar cobertura à escalada agressiva realizada pelos americanos visando destruir a revolução sandinista, que tantos êxitos tem obtido apesar de tudo. A manchete escandalosa que procura super dimensionar a presença "russa" na Nicarágua busca desviar a atenção do público dos crimes de agressão que os EUA cometem contra este país.

A televisão a que se refere "O Estado" é a francesa, que levou ao ar um documentário de uma hora de duração sobre a situação da América Central. Segundo o jornal paulista, o documentário mostrou, inclusive, "as atividades



Aulas de russo na Universidade Autônoma Nacional.

da Marinha norte-americana no Golfo de Fonseca, destinadas a impedir o tráfico de armas por via marítima da Nicarágua para a guerrilha salvadorenha". Não mostrou mais nada sobre a presença militar dos EUA na região? Se mostrou, "O Estado" omitiu.

Acontece que Cláudio Abramo, correspondente da "Folha de S. Paulo" em Paris, também viu o documentário da televisão francesa. E deu detalhes bem mais amplos e esclarecedores. A matéria de Cláudio saiu no dia seguinte ao de "O Estado", isto é, no sábado. E lá está escrito, entre outras, o seguinte:

"O documentário mostra agentes da CIA treinando hondurenhos a matar nicaragüenses, somozistas adestrados a montar emboscadas contra nicaragüenses. É o retrato do aviltamento a que um país pode conduzir um povo, invocando perigos cuja natureza verdadeira as vítimas ignoram."

Diz mais Cláudio Abramo:

"O documentário mostra também um acampamento de soviéticos na Nicarágua, professores cubanos. Os russos mostrados são na maioria médicos e enfermeiras. Mas há outros, em postos de maior importância. A maioria dos cubanos é composta de professores, mas há também técnicos militares. Os sandinistas, diz o locutor do documentário, não precisam de adestramento cubano, pois fizeram o seu na sua guerrilha vitoriosa, que custou 50 mil mortos."

Por que "O Estado" não mencionou esta declaração? Porque ela desmente as alegações dos que estão promovendo uma guerra não-declarada contra o governo sandinista e todo o povo nicaragüense.

"Barracuda predatória"

Segundo Cláudio Abramo, o documentário francês mostrou

também que "ao largo das águas nicaragüenses, nada, qual barracuda predatória, a marinha americana, nas manobras mais longas da história militar do mundo. E depois aparece um argentino, ex-agente da CIA, que mostra no mapa como teria sido a invasão da Nicarágua, há três meses, partida da Guatemala, Honduras e Salvador ... Os EUA desistiram dela porque os somozistas não foram capazes de lançar uma ofensiva convincente e a Guatemala não estava preparada."

"O Estado" nem mencionou a parte sobre Honduras do documentário da TV francesa. Cláudio Abramo reproduziu todo o diálogo gravado pelo documentário num "comício do Partido Nacionalista Hondurenho, de extrema-direita, financiado pelos EUA":

— Vocês querem o comunismo?

— (Coro:) Nãããããããããã!

— O que vocês querem ser?

— (Coro:) Liíííííííííí!

Os americanos estão aqui para nos defender. Vocês aprovam?

— (Coro:) Siíííííííííí!

— Vocês gostam que os americanos estejam aqui?

— (Coro:) Siíííííííííí!

Este diálogo, explica Cláudio, "se trava, sem que os interlocutores enrubeçam, entre uma piranha hondurenha, ataviada com o uniforme da burguesia colaboracionista da América Latina, e um grupo de camponeses, homens e mulheres, arrancados momentaneamente de sua centenária miséria para a ocasião". Cláudio acrescenta: "quem manda ali são os EUA, que ocuparam o país para desestabilizar a Nicarágua, mentindo que esta queria invadir Honduras".

Aliás, "O Estado" também mentiu ao afirmar que a Marinha americana está no Golfo de Fonseca para impedir o tráfico de armas na Nicarágua para a guerrilha salvadorenha. Ele aqui deformou não só os fatos em si, como a informação da TV francesa, objeto da notícia.

Este tráfico nunca foi comprovado. E pelo jeito nunca o será, pois jamais houve tanta técnica de reconhecimento e espionagem sobre a Nicarágua, como hoje. O crise de agressão americana não tem o mais leve pretexto que possa longinquamente justificá-lo. A manipulação contida na correspondência de "O Estado" é apenas um exemplo desta absoluta impotência.

(JMF)

No Uruguai, 80 mil clamam pela liberdade

"No tempo em que estivemos no Uruguai não presenciamos nenhuma manifestação isolada. O que nos impressionou foi a unidade demonstrada pelas forças políticas e sociais que atuam no país". Essa afirmação foi feita por Marcela Stockler, representante do DCE da Universidade de São Paulo, que recentemente regressou do Uruguai, onde participou da Semana dos Estudantes, organizada pela Associação Social e Cultural dos Estudantes do Ensino Público — ASCEEP.

Marcela integrou uma delegação brasileira, ao lado de representantes do Diretório Acadêmico do Instituto de Tecnologia do Rio de Janeiro, da Juventude do PMDB e da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Porto Alegre, além do deputado estadual Benedito Cintra, do PMDB de São Paulo.

No primeiro dia do Seminário (iniciado no dia 25 de setembro), a ASCEEP promoveu uma passeata, reunindo cerca de oitenta mil manifestantes, que percorreram as ruas de

Montevideu, gritando slogans anti-governamentais, exigindo liberdade, fim da intervenção na Universidade, autonomia e co-gestão universitária, anistia e emprego, culminando num ato político-cultural em pleno centro da capital uruguaia.

Essa manifestação, segundo Marcela, foi uma reedição das manifestações que vêm sacudindo o país e demonstrando a posição unânime do povo uruguaio contra o governo. "Esse processo teve seu ponto de destaque no dia 1º de maio, quando ocorreu uma mobilização de 200 mil pessoas em torno de bandeiras de trabalho e liberdade, e prosseguiu com a Jornada de Protesto do dia 25 de agosto, organizada por sindicatos, pelos partidos políticos Colorado e Nacional e pela Frente Ampla, estudantes e demais entidades representativas".

Marcela acentua o isolamento do Governo uruguaio que, diante do fracasso do plebiscito através do qual o regime procurou incorporar na Constituição uma série de medidas visando a institucionalização da

ditadura; contudo, foi derrotado por 80% dos votos. Em consequência, o governo proibiu as atividades políticas no país.

Diante desse quadro, desencadeou-se a luta das forças populares, manifestada por uma paralisação geral de dez minutos nas fábricas, uma semana antes da passeata promovida pela ASCEEP;

Com relação à Semana dos Estudantes, Marcela destaca que o objetivo foi discutir os principais problemas do Movimento Estudantil e suas reivindicações — ensino democrático, contra a intervenção governamental e pela participação da comunidade universitária nas eleições para reitores.

"A passeata foi um grito pela libertação de todos os setores políticos e sociais, representados pela Plenária Intersindical, partidos políticos, estudantes e entidades representativas. Ficou claro que essa manifestação reflete a compreensão que a questão da Universidade está muito ligada à redemocratização", completa Marcela.

Andropov: só a união de todos impedirá a catástrofe nuclear

“Trata-se de uma política belicista que representa grave ameaça à paz” e “sua essência reside na tentativa de assegurar aos EUA a posição dominante no mundo, desprezando os interesses dos demais Estados e povos”, disse Iuri Andropov, Secretário-Geral do PC soviético, respondendo ao discurso de Reagan na ONU. Esta meta, acrescentou, tem motivado o crescimento sem precedentes do potencial bélico dos EUA, a realização de programas colossais de fabricação de todos os tipos de armas: nucleares, químicas e convencionais. “Agora, os EUA pretendem levar a frenética corrida armamentista até o espaço cósmico.”

Usando vários pretextos artificiais, os EUA ampliam sua presença militar a milhares de quilômetros do seu território. Criam bases para a intervenção armada direta nos assuntos internos dos outros países e o emprego de armas americanas contra qualquer país que rejeite as imposições de Washington. Em consequência, agravou-se ainda mais a tensão em todas as regiões do mundo: Europa, Ásia, África, Oriente Médio, América Central. Nestes planos perigosos, eles envolvem os países da OTAN e tentam ressuscitar o militarismo japonês. Querem que as pessoas esqueçam as lições do passado.

“Os povos julgam os governos por suas ações concretas. Por isso, o discurso bombástico do Presidente dos EUA, pontificando na ONU sobre a luta pela paz, autodeterminação e soberania dos povos, não pode convencer ninguém. Se alguém tinha ilusões de uma melhora na política da atual administração americana, elas foram desfeitas inteiramente por fatos recentes. Para alcançar seus objetivos hegemônicos, Washington vai tão longe, que se torna duvidoso se terá um mínimo de bom-senso para não transpor o limite, diante do qual qualquer ser pensante se detém.”

Provocação cínica

“A cínica provocação organizada pelos serviços secretos dos EUA com a invasão do avião sul-coreano é exemplo flagrante de extremo aventureirismo político. Está sobejamente comprovada a responsabilidade de seus organizadores, apesar dos inúmeros subterfúgios e falsas versões a que têm recorrido. O governo soviético lamentou a morte de pessoas inocentes como resultado desta ação criminosa sem paralelo. Essas vítimas pesam gravemente na consciência dos que se arrogam o direito de ignorar a soberania dos países e a inviolabilidade de suas fronteiras; dos que conceberam e realizaram tal provocação e logo no dia seguinte apressaram-se a aprovar no Congresso verbas militares colossais e agora esfregam as mãos de contentes. Enfim, o “humanismo” dos que tentam atribuir a outros a responsabilidade pela morte de pessoas inocentes, passageiras do avião, acaba por se traduzir em novas montanhas de armas de extermínio em massa: dos mísseis MX aos artefatos com gases neuro-tóxicos. Para justificar sua política perigosa e desumana, estes políticos, capitaneados pelo próprio presidente dos EUA, acumulam calúnias sobre a URSS e o socialismo como sistema social. É um espetáculo francamente deprimente ver os dirigentes de um país como os EUA, empenhados em denegrir o povo soviético, recorrerem quase que só a grosserias, entremetendo-as com sermões farisaicos sobre moral e humanismo. O mundo conhece bem o valor desta moral. No Vietnã, Washington pregou a moral como napalm e substâncias tóxicas. No Líbano, ensina-a com tiros de canhões navais. Em El Salvador, propaga-a com o genocídio. E esta lista de crimes poderia ser muito aumentada.”

Absurdo inadmissível

Andropov lembrou que Washington não respeita nem a moral nem as regras elementares de tratamento dos representantes governamentais, dos países e da própria ONU. “Logicamente, impõe-se perguntar se uma organização internacional encarregada de zelar pela paz e segurança pode ter sede num país que se entrega a um desenfreado frenesi belicista e afronta o prestígio desta organização.”

“A transferência de contradições ideológicas para o campo das relações entre Estados nunca favoreceu quem assim tentou construir sua política externa. Hoje, na era nuclear, isto é absurdo e inadmissível. Converter a luta ideológica em confronto militar custaria caro demais à humanidade. Tudo leva a crer, porém, que a cegueira anticomunista torna impossível uma reflexão séria sobre este problema. Agitando-se o espantanto da “ameaça soviética”, chegou-se à declaração de uma “cruzada” contra o socialismo como sistema social. Inculca-se nas mentes a idéia de que o socialismo não deve existir no mundo, mas não acrescentam que é o

mundo à imagem de Washington. Uma coisa, no entanto, é desejar, outra é poder. Ninguém pode inverter o curso da história. A URSS e os demais países socialistas continuarão desenvolvendo-se, segundo suas leis — as leis do sistema social avançado. Em 65 anos de existência, a URSS passou por inúmeras provações, as mais duras. Quem atentou contra a integridade de nosso país, sua independência, nosso sistema, está no lixo da história. É tempo de todos os que ainda duvidam disto de compreenderem: nós sabemos defender a segurança de nosso país e de nossos amigos e aliados, em qualquer circunstância. Os cidadãos soviéticos podem estar certos: a capacidade defensiva de nosso país é tal, que não aconselhamos ninguém a pô-la em prova.”

“Não pretendemos pôr à prova seja quem for. Rejeitamos esta idéia. Não separamos e menos ainda opomos o bem-estar do nosso povo e a segurança da URSS ao bem-estar e a segurança dos outros povos e países. Na era nuclear, é inadmissível olhar o mundo pela ótica dos interesses egoístas. Os estadistas só têm uma opção: tudo fazer no sentido de prevenir a catástrofe nuclear. Qualquer outra opção é miope, quando não suicida. Os dirigentes soviéticos não têm dúvida quando à linha a seguir nos assuntos internacionais e na greve situação atual. Nossa linha, como sempre, está orientada para a manutenção e consolidação da paz, o alívio das tensões, a contenção da corrida armamentista, a ampliação e o aprofundamento da cooperação entre os Estados. É esta a vontade

invariável do PC da URSS, de todo o povo soviético. São estas, estamos convencidos, as aspirações de todos os povos.”

Bom-senso e responsabilidade

“Os ataques insidiosos contra a URSS causam natural indignação entre nós, claro, mas temos nervos de aço e nossa política não é feita de emoções. Tem por base o bom-senso, o realismo e a profunda responsabilidade pelos destinos do mundo. Partimos de que a humanidade não está condenada à extinção, e de que se deve e se pode acabar com a corrida armamentista. A humanidade merece melhor sorte do que viver num mundo dilacerado por conflitos e sufocado pelo peso de armas mortíferas.”

“Apresentando propostas de grande alcance para a limitação e redução das armas nucleares, tanto as estratégicas como as de médio alcance na Europa, nós nos preocupamos não apenas com a segurança da URSS e dos Estados da comunidade socialista, mas também com a segurança de todos os outros países. Quanto à política dos EUA, sua crescente militarização reflete-se, também, na má vontade de manter negociações mais ou menos sérias e de chegar a um acordo para conter a corrida armamentista.”

“Prolongam-se há dois anos as negociações URSS-EUA sobre o problema mais agudo — a redução das armas nucleares na Europa. A posição soviética é a de buscar soluções reciprocamente aceitáveis, numa base honesta e justa,



Iuri Andropov denuncia o militarismo norte-americano.

soluções que não lesem os legítimos interesses das partes. No entanto, ao fim destes dois anos torna-se claro que nossos parceiros de negociações em Genebra estão ali para não alcançar entendimento algum. Seu objetivo é outro. É protelar as negociações para, a seguir, proceder à instalação na Europa Ocidental dos mísseis balísticos “Pershing-2” e os mísseis de cruzeiros de longo alcance. E, aliás, eles não escondem isto. Encobrem-se apenas com a verborrêia sobre certa flexibilidade dos EUA nas negociações de Genebra. Novo surto desta “flexibilidade” acaba de se materializar. E desta vez tornou-se evidente a fraude premeditada. Deixando de lado os detalhes, o chamado novo passo na posição americana alardeada como “excelente” reduz-se, na sua essência, à proposta de discutir, tal como antes, o número de mísseis soviéticos de alcance médio a serem retirados e o número de novos mísseis americanos a serem instalados na Europa, aumentando o potencial nuclear que a OTAN já dispõe.”

Simple reféns dos EUA

“Numa palavra: sugerem-nos manter negociações sobre como ajudar a OTAN a romper em seu benefício o equilíbrio existente na zona europeia quanto aos meios nucleares de alcance médio. E, sem um piscar de olhos, apresentam este passo como algo novo. Da torre de comando em Washington, a instalação na Europa destes mísseis nucleares americanos apresenta-se como operação extremamente simples e vantajosa ao máximo, para os EUA. Mas vantajosa à custa da Europa. Os aliados europeus dos EUA são encarados como simples reféns. É uma política franca, mas cínica. (...) Estarão pensando nisto aqueles políticos europeus que ajudam a realização dos ambiciosos planos militaristas da administração dos EUA, menosprezando os interesses de seus povos e os interesses da paz?”

Não há equívocos: “Se contra a vontade da maioria da população dos países da Europa Ocidental, os mísseis nucleares americanos foram ali instalados, este será um passo radical e hostil à causa da paz, empreendido pelos dirigentes dos EUA e de outros países da OTAN, estes em convivência com aqueles.”

“Não vemos o desejo da parte americana de se empenhar seriamente na solução do problema da limitação e redução das armas estratégicas. Atualmente, Washington está ocupada em outra coisa: as linhas de produção passam a produzir novos sistemas e também os mencionados tipos de armas. Estão para serem fabricados em série os tipos destas armas que poderão mudar radicalmente todos os conceitos sobre estabilidade e sobre a própria possibilidade de limitação eficaz e redução dos armamentos nucleares.”

“A boa vontade da URSS, seu desejo de alcançar entendimento, não deve ser interpretado por ninguém como sinal de fraqueza. A URSS saberá dar a devida resposta a todas as tentativas de romper o equilíbrio estratégico-militar e suas palavras não divergirão dos atos. Mas somos inimigos, como princípio, da fabricação e acumulação de armas de extermínio em massa. Não é a nossa via, pois não pode conduzir a solução de nenhum dos problemas que a humanidade enfrenta: o desenvolvimento econômico dos países, a preservação do meio ambiente, a simples criação das condições elementares para a vida das pessoas, sua alimentação, saúde e instrução. A liberação dos recursos materiais desperdiçados insensatamente na corrida armamentista e a revelação das inesgotáveis capacidades criadoras do homem — eis o que pode unir as pessoas e deve determinar a política dos países no fim do século 20 e limiar do século 21. Para tanto, é preciso deter as forças do militarismo e impedir, mediante esforços conjuntos, que o mundo deslize para o abismo. Todos os povos e cada habitante do nosso planeta devem tomar consciência do perigo que nos ameaça. Tomar consciência para unir seus esforços na luta por sua própria existência.”





Jesus e Santo: metalúrgicos

Um perfil daquilo que foi o movimento operário brasileiro nos últimos anos, executado de modo objetivo e o mais claro possível. É assim que o cineasta paulista Cláudio Kahns define sua realização **Jesus e Santo: metalúrgicos**, co-direção do carioca Antonio Paulo Ferraz, produção Tatu Filmes, premiada (melhor documentário de longa-metragem) na recente Jornada Baiana de Curta-Metragem, celebrada em Salvador. O filme foi mostrado semana passada no MIS — Museu da Imagem e Som, em São Paulo.

Se Cláudio Kahns e Antonio Paulo

conseguiram alcançar seu objetivo de sistematizar a evolução das lutas operárias em São Paulo, como afirma o primeiro, é uma questão em aberto — a rigor, vale a observação de que a visão dos realizadores neste filme não extrapole o marco da chamada **Oposição Sindical** paulista, uma corrente do movimento sindical de marcada conotação partidária.

Para realizar **Jesus e Santo: metalúrgicos**, foi desenvolvido um trabalho antropológico sobre os dois operários assassinados, de acordo com Kahns. Os realizadores começaram a documentar tudo que se passava em São Paulo

relacionado com a categoria de trabalhadores metalúrgicos. "As coisas iam acontecendo e a gente ia filmando. No final, tínhamos o décuplo do material que mostramos no filme", observa Kahns, explicando mais: a montagem, que consumiu 11 meses de trabalho de moviola, determinou a concepção do filme.

Situado entre os anos 1978-83, **Jesus e Santo: metalúrgicos**, documenta, além da morte dos dois operários — o eixo central da realização —, cenas de fábrica; a passeata que marcou o enterro de Santo Dias e que foi acompanhada por Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo; seu julgamento; depoimentos de operários companheiros das vítimas; greves, assembleias e os últimos saques ocorridos em São Paulo; entrevista com o advogado-assassino de Jesus; um depoimento do ex-secretário de Segurança Pública do governo Maluf (que, a propósito, aparece na tela tocando sorridentemente piano, enquanto a repressão corria operários na porta das fábricas), Gonzaga Júnior, justificando a repressão da ROTA: "Nossa ação é mais violenta e menos perigosa; dispersa, mas não mata".

Seguem-se cenas do enterro do operário assassinado pela polícia.

O filme de Kahns e Antonio Paulo é narrado pelos próprios operários — elimina-se, portanto, o narrador tradicional. Kahns: "O filme é o mais aberto, no sentido das pessoas verem e interpretarem o que vêm. Há contradições. Não se trata de um documentário tradicional. Oferecemos o máximo de informações, com um mínimo de interpretações. O operário fala em off ou em cima das imagens".

Kahns considera que a realização não é ambígua, mas poderá tornar-se problemática em determinadas áreas do movimento sindical. "O Joaquinzinho certamente não vai gostar do filme", adverte.

Jesus e Santo: metalúrgicos acaba de ser selecionado para participar do Festival de Oberhausen, na Alemanha Federal e está sendo distribuído pela CDI-Cinema Distribuição Independente (Rua 13 de Maio, 489, Tel. 288-4694, Bela Vista, SP). A intenção é projetá-lo em sindicatos, associações de bairros, igrejas e outros locais da periferia, dentro do universo do "circuito alternativo", um importante espaço que os cineastas brasileiros estão criando para veicular suas obras.

A realização destaca-se não apenas pelas boas soluções encontradas por Kahns e Antonio Paulo no aproveitamento do farto material de que dispunham. Ela denota, ainda, um elemento relevante que tem caracterizado a produção de muitos cineastas paulistas: sua preocupação com temas populares, mais particularmente relacionados às lutas operárias e ao movimento sindical, fato que dá ao trabalho de Kahns e Antonio Paulo uma dimensão histórica. (RM).

Expulso do Chile pela ditadura

Dean Reed, um cidadão do mundo

Dean Reed conseguiu uma proeza recentemente no Chile: fez com que fosse cantado em público **Vencemos**, o hino da Unidade Popular que chegou ao governo através de eleições e foi violentamente derrubada pelo sangrento golpe de estado comandado pelo ditador Augusto Pinochet. Há 10 anos, a canção não era ouvida ali — pelo menos em público.

A ousadia de Reed, contudo, custou-lhe caro: foi expulso do Chile pelas autoridades auto-constituídas em 1973. Aos 45 anos de idade, o artista tem viajado por vários países. Fez 5 filmes, gravou 10 LPs, um por ano, e casou-se com a atriz alemã Renate Blume, Prêmio Lênin de Cultura. "Somos a única família no mundo que reúne dois prêmios Lênin", costuma dizer, lembrando o seu, entregue pelo Kommsmol.

Atualmente, Dean Reed faz dois meses de apresentação por ano, geralmente em solidariedade aos povos, com composições próprias. Trabalha ainda num filme sobre a questão do índio nos Estados Unidos. O artista sempre conservou sólidos vínculos com o país de Violeta Parra. Ali esteve pela primeira vez em 1961, época em que era um popular cantor de rock. Foi hóspede de Salvador Allende em 1970 e lavou a bandeira de seu país em frente à embaixada norte-americana. Voltou a Santiago em 1971, a convite da CUT — Central Única de Trabalhadores e em 1973, antes do golpe. Não se conteve com as recentes manifestações do povo chileno contra o fascismo e retornou ao Chile. Foi bem sucedido, do ponto de vista dos que lutam pela sua libertação; mas, não agradou os tiranos. Acabou sendo expulso do país. Antes disso, porém, concedeu a seguinte entrevista à jornalista chilena Pamela Jiles, de **Analisis**:

Pamela Jiles: Como você encontrou o Chile, ao voltar?

Dean Reed: Tenho a impressão que cheguei num momento histórico, muito diferente de dois meses atrás. Neste momento, o governo é mais

fraco do que antes e o povo mais forte... Mas o povo tem que continuar, não perder o momento, avançar o processo que agora caminha. O governo do general Pinochet está isolado em todos os países do mundo, não conta com amigos e sabe que é muito débil. Nestes poucos dias aqui, vejo a coisa mais importante: a unidade de todas as forças progressistas, todos trabalhando juntos para as mudanças. Estou seguro de que nenhum partido sozinho pode mudar as coisas no Chile, é preciso trabalhar juntos, e todos os setores estão dispostos a fazê-lo.

PJ: Como foi sua tentativa anterior de entrar no país?

DR: Isso é uma mentira... O dia em que cheguei, saiu essa mentira, mas nunca antes, nos últimos 10 anos, tentei voltar ao Chile, nunca me expulsaram do aeroporto por ser **persona non grata**. Acho que há setores que querem dizer com esta mentira: "Vejam, antes éramos duros, mas agora somos muito democratas, não temos mais uma ditadura... Antes Dean Reed não pôde entrar e agora está aqui".

PJ: O que significa o Chile para você?

DR: Morei em muitos países e por tempo mais longo do que no Chile, mas há algo que não se pode explicar. Pode ser que Chile tenha sido o primeiro amor, o primeiro país estrangeiro que me abraçou. Mas também creio que o povo chileno é especial: por exemplo, nenhum outro povo tem o sentido do humor que o faz sorrir em momentos muito difíceis, isso ajuda a sobreviver. Sabemos a história do povo chileno: o processo de Allende foi único no mundo; foi a primeira vez que forças socialistas-marxistas unidas chegaram ao governo para tentar transformar pacificamente a sociedade. Quer dizer, o povo chileno é algo único no mundo.

PJ: Que processo levou um cantor de rock de sucesso para as idéias de esquerda?

DR: Já nos anos 60 eu era pacifista, havia recusado ser soldado do exército norte-americano, havia dito que um artista não pode sentar-se comodamente na sua casa criando coisas inspiradas em outras pessoas, que o artista deve estar preparado para também ir à rua e arriscar sua vida, sua liberdade, sua felicidade, para trabalhar na luta do povo. Depois, morei vários anos na América Latina, e acho que um ser humano que não é cego vê as injustiças do Terceiro Mundo. Aqui tudo é mais claro: de um lado os privilegiados, de outro a classe operária, as pessoas com sua fome e seu medo... Então, começava a me perguntar: se a maioria é contra a ditadura num país, porque não pode fazer alguma coisa... (eu era muito ingênuo naquele tempo). E a resposta era que o governo de minha pátria, os Estados Unidos, apoiou militar, econômica e politicamente a todas as ditaduras do mundo. Esta foi uma verdade muito chocante para mim: meu governo era o inimigo central dos povos que buscavam um mundo melhor.

Depois do pacifismo e da América do Sul, veio a terceira etapa: fui convidado para ir à União Soviética. Tinha grande medo da palavra "marxista", mas hoje sou marxista, sou socialista. E sou também alguém que acredita que cada país, que cada povo tem o direito de buscar seu

caminho na história, sua forma de socialismo. Creio que todos os povos têm direito de se defender da agressão do governo: se um camponês de qualquer país pega uma arma e tenta se defender, e dizem que é um terrorista, eu digo que não, digo que é o governo, que lançou-o nesta situação, o terrorista.

PJ: Aqui há muitos mitos sobre os países socialistas. Como é a vida num deles?

DR: Vou contar uma coisa pessoal que pode servir para ilustrar isso: tinha um pai tão reacionário como só ele. Há sete meses atrás, meu pai de 80 anos suicidou-se. Mandou-me uma carta dizendo as razões: ele morava nos Estados Unidos, tinha uma perna ortopédica e precisava renová-la, isso custa uns mil dólares. Precisava de novos dentes, e isso custa uns mil dólares. Tinha diabetes e o tratamento é também muito caro... Quando apertou o gatilho, não sabia que, se morasse num país socialista, não precisaria se suicidar... Há muitos tipos de liberdade; creio que no socialismo, as liberdades básicas estão solucionadas: temos a liberdade de poder ficar doente e receber atendimento gratuito, temos a liberdade de viver sem medo do futuro, a de ser criativos, ainda que o produto de seu trabalho não seja "vendedor", não temos o problema da criminalidade ou o desemprego.

É verdade que muitos não têm a liberdade de viajar ao mundo capitalista, onde o rublo não tem o mesmo valor do dólar... Creio que perguntando-se à maioria deste mundo, que são os que não comem e passam frio, se preferem uma viagem a Paris ou um pedaço de pão e um trabalho... se estenderá muito bem este negócio das prioridades.

No momento vivo com minha mulher na República Democrática Alemã (RDA). Quisera voltar à minha pátria, porque sou norte-americano, essa é minha cultura, minha mentalidade e minha história. Mas não posso voltar sem dignidade, sem poder ser criativo e produtivo, não posso voltar a fazer anúncios comerciais para Coca-Cola... me recuso a fazer isso de minha vida.

PJ: Quando voltará ao Chile?

DR: É uma pergunta difícil de responder... Espero voltar com minha mulher, que é cidadã da RDA... Será talvez quando este país volte a ter embaixada aqui, quando o Chile tenha relações diplomáticas com todos os países socialistas e todos os países do mundo. Muitos me atacaram, dizendo que não tenho pátria. Isso é só meio verdade: tenho centenas de pátrias e por isso sou um homem mais feliz. Sinto-me orgulhoso de ser também um filho deste povo chileno, de quem tanto aprendi. Esperarei o regresso.



Testamento de Glauber emocional Volonté

Os percalços por que passa o cinema italiano na atualidade, o testamento de Glauber Rocha, documentado num VT de 3 horas, a exemplar luta de resistência cultural da Cinemateca de Montevidéu, a questão da anistia, o universo carcerário e o Partido Comunista Italiano — estes são alguns temas abordados pelo ator Gian Maria Volonté, nesta entrevista exclusiva à VU. Ele circulou por São Paulo semana passada, como convidado à Mostra de Cinema Italiano — que marcou ainda o restabelecimento do status de cidades irmãs entre São Paulo e Milão. Natural de Torino, onde nasceu em 1933, Volonté sempre escolheu os papéis que interpreta com muita precisão, dando-lhes uma conotação muito precisa de referência social.

Creio que o cinema — não só o cinema italiano — passa por um momento de transformação, por motivos diversos: distribuição, concorrência ao pequeno realizador (que é muito grande), o custo da entrada (que é muito alto) e a crise econômica de caráter geral. Ultimamente, os trabalhadores culturais do setor estão envolvidos por uma certa demanda de consenso e, finalmente, problemas de auto-censura”, começou dizendo Gian Maria Volonté, ao falar sobre as tendências do cinema em seu país, hoje.

Volonté passa a maior parte de seu tempo em Paris. Por isso, admite ter visto muito pouco ultimamente de cinema italiano. “Vi filmes com aspectos belos, interessantes, mas disponho de poucos elementos para avaliações específicas no momento”, assevera. Considera de boa qualidade algumas produções da televisão estatal (**Pai Patrão; A Noite de São Lourenço; A Árvore do Tamancos**, entre outros), fazendo uma ressalva: “Quantitativamente, é pouca coisa em relação àquilo que é, na verdade, uma exigência do jovem, de fazer uma obra-prima e tê-la como parâmetro de medida e de imagem”.

Para ilustrar o momento de crise por que passa o cinema italiano — principalmente no tocante à distribuição de determinados filmes —, o ator cita o filme **L'Etat de Chose**, premiado com o Leão de Ouro em Veneza e só lançado agora, depois de passado mais de um ano de sua premiação (o Leão de Ouro é o máximo reconhecimento que se dá na Itália a uma realização cinematográfica). Não há na Itália um circuito paralelo, as salas de projeção são grandes, de alto custo de manutenção e não importam curtas temporadas. “Em Paris, **L'Etat de Chose** continua passando em pequenas salas. Na Itália, não há espaço para este tipo de filme. Muita coisa boa, interessante, vai de festival para festival. Creio que um projeto de pequenas salas ajudaria muito. Mas, isso não há, com exceção de uma em Turim e outra em Roma, mas que são fenômenos muito recentes”, observa.

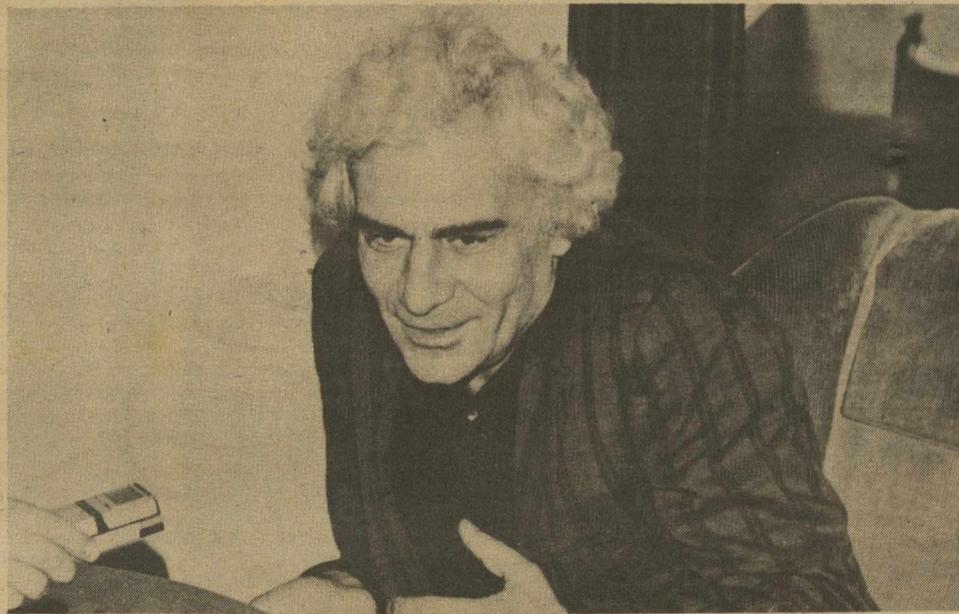
Glauber, Bodansky, Batista

Gian Maria Volonté não consegue dissimular uma profunda emoção ao falar de Glauber Rocha, tamanho o impacto que lhe causou um VT de três horas de duração tendo o cineasta brasileiro como protagonista. Trata-se do testamento de Glauber Rocha, rodado em Portugal, quatro semanas antes de sua morte, cuja cópia encontra-se em Paris.

“Glauber fala durante três horas. Nunca vi uma pessoa transmitir tanto diante de um meio de comunicação. Foi realmente seu testamento. Glauber Rocha era de uma simpatia e de um interesse cultural excepcionais. Gostaria de dizer isso porque me marcou muito, me tocou muito. Faz um ano que vi o vídeo, mas continuo pensando nisso. São três horas de monólogo, num quarto de pensão em Portugal. O vídeo está no “Simone de Beauvoir”, vale a pena ser visto. Fez-me revisitar todo um período de história, muito da qual ligada à experiência do cinema latino-americano dos anos 70, à esta tentativa de alguns cineastas de refutar o modelo cinematográfico europeu e norte-americano, para procurar nas suas próprias raízes históricas e culturais sua identidade e linguagem próprias. Creio que este ainda seja o ponto de referência a uma direção para a qual não só o cinema, mas também a cultura latino-americana se orientam”.

Sintetizar ou definir o testamento de Glauber? Impossível, até porque não se trata-se de uma tentativa de Glauber de exposição orgânica e racional. Volonté:

“É muito fragmentada, muito extemporânea, passa de uma referência a outra continuamente. Um fogo de artifício. Se eu te citasse duas ou três coisas, estaria errando... É preciso vê-lo e amá-lo, pois há o sorriso de Glauber, sua ironia, seu olhar malicioso. Além disso, fala daquele francês com um forte sotaque brasileiro. Mas é extraordinário. Glauber é uma coisa que emociona”.



Astrojildo e Mário

Na semana passada, a intelectualidade brasileira comprometida com a cultura nacional e popular recordou dois nomes ilustres: Astrojildo Pereira e Mário de Andrade — se vivos, completariam, Astrojildo, 93 anos (no dia 8) e Mário, 90 anos (no dia 9).

Poucos estudiosos da cultura brasileira pesquisaram a relação da obra intelectual e cívica de Astrojildo e Mário, seguramente porque os caminhos do fundador do PCB e do criador de **Macunaíma** não se tenham cruzado em vida. Investigações recentes, porém, demonstram que os dois construíram alternativas de política cultural com núcleos simétricos e homólogos (a este respeito, deve-se consultar o livro de Martin César Feijó, **O Que é Política Cultural**,

coleção Primeiros Passos, a sair brevemente pela Editora Brasiliense).

No Rio e em S. Paulo, vários eventos assinalaram o aniversário de Mário. Quanto a Astrojildo, estão programadas manifestações nas duas capitais para o mês de novembro (o intelectual comunista faleceu a 20/11/1965).

Os responsáveis por estas manifestações pedem a todos os que possuam materiais relacionados à vida e à obra de Astrojildo (fotos, correspondência, cartazes, etc.) que os enviem ou entrem em contato com os organizadores, no seguinte endereço:

Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro — Gabinete do Vereador Sérgio Cabral (sala 902) — Praça Marechal Floriano - Rio de Janeiro/RJ.

Das realizações do cinema brasileiro, Volonté fala de duas, que viu recentemente: **Iracema**, de Jorge Bodansky, com quem discutiu no Rio a concretização de um projeto de rodagem, e **O Homem que Virou Suco**, de João Batista de Andrade, “um filme revelador, que denuncia com incrível violência a condição social, mas que destaca sobretudo, a imagem de uma metrópole monstruosa, vivida e representada como um grande ergástulo” — destaca o ator italiano.

A resistência Uruguia

Volonté veio a São Paulo procedente do Uruguai, onde durante 5 dias foi hóspede da Cinemateca de Montevidéu, um dos centros culturais democráticos que conseguiram sobreviver à fúria da ditadura. Ele afirma:

“Gostaria de recordar aqui o calor, o significado íntimo e profundo que teve para mim estar em Montevidéu, em contato com o que considero um referencial da cultura democrática, que é esta Cinemateca. Isso teve um significado importante para mim e desejo que isso possa significar outros encontros entre trabalhadores culturais italianos e uruguaios. Espero que a Itália possa sentir e apreciar a expressão da canção popular uruguia, reforçando isso que se abre agora no Uruguai, ou seja, o caminho da cultura popular e democrática de libertação”.

No Uruguai, Volonté conversou com atores e cantores independentes, “mas sobretudo com o público democrático

uruguia”. Neste momento em que o vizinho país praticamente cortou sua comunicação com o exterior, ele considera o encontro da maior importância e comprometeu-se com seus hóspedes a divulgar fora do país a experiência de resistência cultural ali em curso.

Universo carcerário e PCI

Um artista engajado politicamente? “Isso não é tão claro. A minha adesão à política — vamos chamá-la assim — está relacionada com a paz e com a Iniciativa Pela Anistia”, afirma, referindo-se a um grupo que atua em Paris pela anistia na Itália (onde atualmente há 4.500 presos políticos). Mas na questão da anistia, não há choque com relação ao PCI? “Não. Nós não somos um grupo político. Somos um grupo com um discurso pela anistia, um grupo pequeno, autônomo”, observa.



Volonté, a luta pela anistia

Ele vislumbra esta questão na situação política de seu país, afirmando:

“A situação política italiana nos últimos anos caracterizou-se, primeiramente, pelo compromisso histórico e, logo, pela unidade nacional. Neste momento houve um grande fechamento, que de certa forma deixa atrás um período marcado por uma cultura muito uniforme, uma cultura que alguém definiu como cultura de falsificação. Explodiu nos últimos tempos o problema do terrorismo, dos presos políticos, dos exilados. Naturalmente, quando me pedem para expressar minha opinião sobre a política italiana, faço referências a um clima cultural, refiro-me àqueles momentos da vida política italiana que dão a sensação de que um clima, um ambiente cultural mude, torne-se alguma coisa diferente daquilo que era antes”.

A sociedade italiana como um todo está suficientemente madura para assumir esta bandeira da anistia? A questão é polêmica. Gian Maria Volonté, que não abre mão de sua posição, pondera:

“Eu não quero fazer uma previsão, mas acredito que se essa reflexão, essa maturidade política, como você diz, esse senso comum não existe hoje, pode crescer, aumentar. É uma questão de tempo. Há problemas urgentes, inclusive já discutidos no Parlamento, como prisão preventiva, prisão especial, leis especiais, o Artigo 90... Isso como ponto médio. A batalha um pouco mais longa é a da anistia e depois dessa, aquela que creio ser a ambição de todos: um projeto de civilização em que o homem possa num futuro provavelmente não muito próximo, chegar à extinção do cárcere, que é um lugar de segregação. Assim como no transcurso de sua história o homem extinguiu os lazaretos e as inquisições, provavelmente abolirá também o cárcere. No PCI finalmente abriu-se uma discussão sobre o problema, sobre como encaminhar a questão dos presos políticos, sobre o universo carcerário italiano. Estes são temas complexos que têm raízes profundas na cultura italiana. Mas, o fato é que esse debate foi aberto, o que, a meu ver, é um sinal positivo para o futuro”.

Finalmente, Gian Maria Volonté retoma a questão de seu relacionamento com o PCI:

“O problema é que não quero falar de divergências. Tenho raízes comunistas muito fortes. Tenho uma tradição pessoal de prática, de frequência, de experiência cultural de vida no movimento operário. Em 1977, preferi distanciar-me do PCI porque tinha curiosidade de me aproximar de outros movimentos sociais e experiências emergentes; por isso, identifiquei-me hoje com este grupo Iniciativa Pela Anistia.

Reinaldo Mestrinel

Xiconhoca e o 2024 em Moçambique

Francisco Hardy



Quem, na confrontação, defende os interesses do capitalismo e do imperialismo, identifica-se com a figura de Xiconhoca. Como tal, eles estão sujeitos a uma vigilância revolucionária, são detectados, combatidos e neutralizados.

O Xiconhoca, o inimigo interno, é conhecido por seu comportamento, pela sua maneira de viver. Mesmo quando veste as roupagens de revolucionário e se apresenta como militante ativo e dedicado, se as suas ações forem bem analisadas, revelará sua verdadeira natureza de agente do imperialismo e da reação internacional, de inimigo das massas trabalhadoras.

“Lá, como cá, existem também os que confundem erário público com horário público. A diferença fundamental é que nossos kazukuteiros, nossos xiconhocas, ficam a repimpar-se entra governo, sai governo. Raramente um rato, em Pindorama, abandona o barco que faz água, porque só sai mesmo quando ameaçado e recebe o STOP, dão-lhe um FAST FORWARD no traseiro e o EJECT final indo felizes para casa. Tal e qual aconteceu dia destes com o

Langoni e o Heitor de Aquino, aquele “do peito” do milionário Ludwig, o do Projeto Jari.

Foi para que cada “general” Custer moçambicano tivesse seu dia de Little Bighorn que o povão de lá, jocosamente, criou o decreto 2024 (nada a ver com o nosso, projetado para crucificar o trabalhador). O 2024 da República Popular e marxista-leninista de Moçambique funciona, grosso modo, de forma bem sumária: o “tuga” ficante, ou qualquer outro cidadão xiconhoca, apanhado com a de mamar na botija, é “convidado” a sair do país, levando escassos 20 quilos de bagagem, em 24 horas! É o 2024 lá deles, e como funciona! Vinte quilos, vinte e quatro horas...

Por aqui, enquanto isto, D. Paulo Evaristo Arns pede perdão pelo roubo dos decretos 2024/2045, e lá de Brasília comenta o Carlos Porta-voz Atilado: “É uma posição apaixonada dele...” O Porta-voz, trata-se de uma posição apaixonada ou um roubo apaixonante?

Pois é, como as coisas estão caminhando, sem um 2024 moçambicano prá cima deles, em breve quem não for corrupto, corruptor ou canalha, vai acabar deitado num divã — haja vagas nos consultórios dos psiquiatras!

Kazukuta (do ovimbundo) é a palavra que o angolano de hoje usa com bastante frequência, seja para designar a desordem e a destruição-herança dos “tugas” saintes, a falta de espírito revolucionário e de disciplina socialista dos homens agora libertos, ou qualquer tipo de sabotagem que impeça ou dificulte a normalidade em Angola. Seria a brasileiríssima bagunça, e o kazukuteiro o retrato do anti-social.

Xico Feio foi em Moçambique um dos mais cruéis agentes da PIDE, a polícia política de Portugal, conhecido de todo o povo pelos atos assassinos que praticou. Nhoca, em todas as línguas da República Popular de Moçambique, significa cobra, cobra traiçoeira. E surgiu Xiconhoca, personagem frequentemente representada nos jornais ou em cartazes afixados por toda parte.

A figura de Xiconhoca simboliza o inimigo interno, aqueles moçambicanos que pelas suas idéias, pelo seu comportamento, pela sua atuação, servem objetivamente os interesses dos inimigos imperialistas e comprometem o desenvolvimento do processo revolucionário em Moçambique.

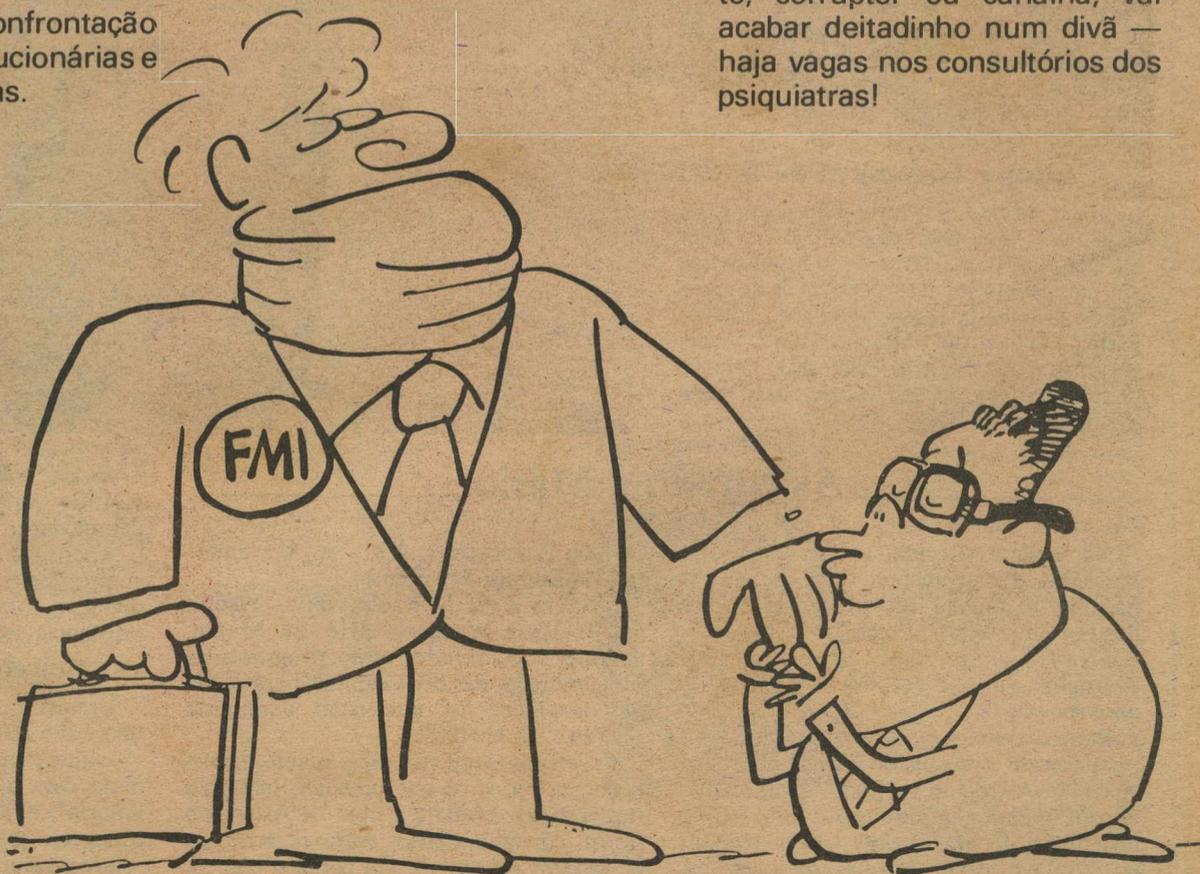
O Xiconhoca é o traidor que guia as tropas racistas vindas da África do Sul, atacando o território moçambicano. É o agitador e boateiro que semeia a confusão no seio das massas, o açambarcador e especulador que contribui conscientemente para a falta de produtos necessários ao Povo, visando um lucro fácil. Xiconhoca é o burocrata confundindo a vida do trabalha-

dor, o operário preguiçoso boicotando a produção, o oportunista enxergando somente suas ambições e recorre a todos os meios para satisfazer-se. É o racista, o tribalista, o regionalista.

É errado pensar que o inimigo de Moçambique só ataca o país pelo exterior, que o imperialismo apenas tenta bloquear o avanço socialista através das agressões militares.

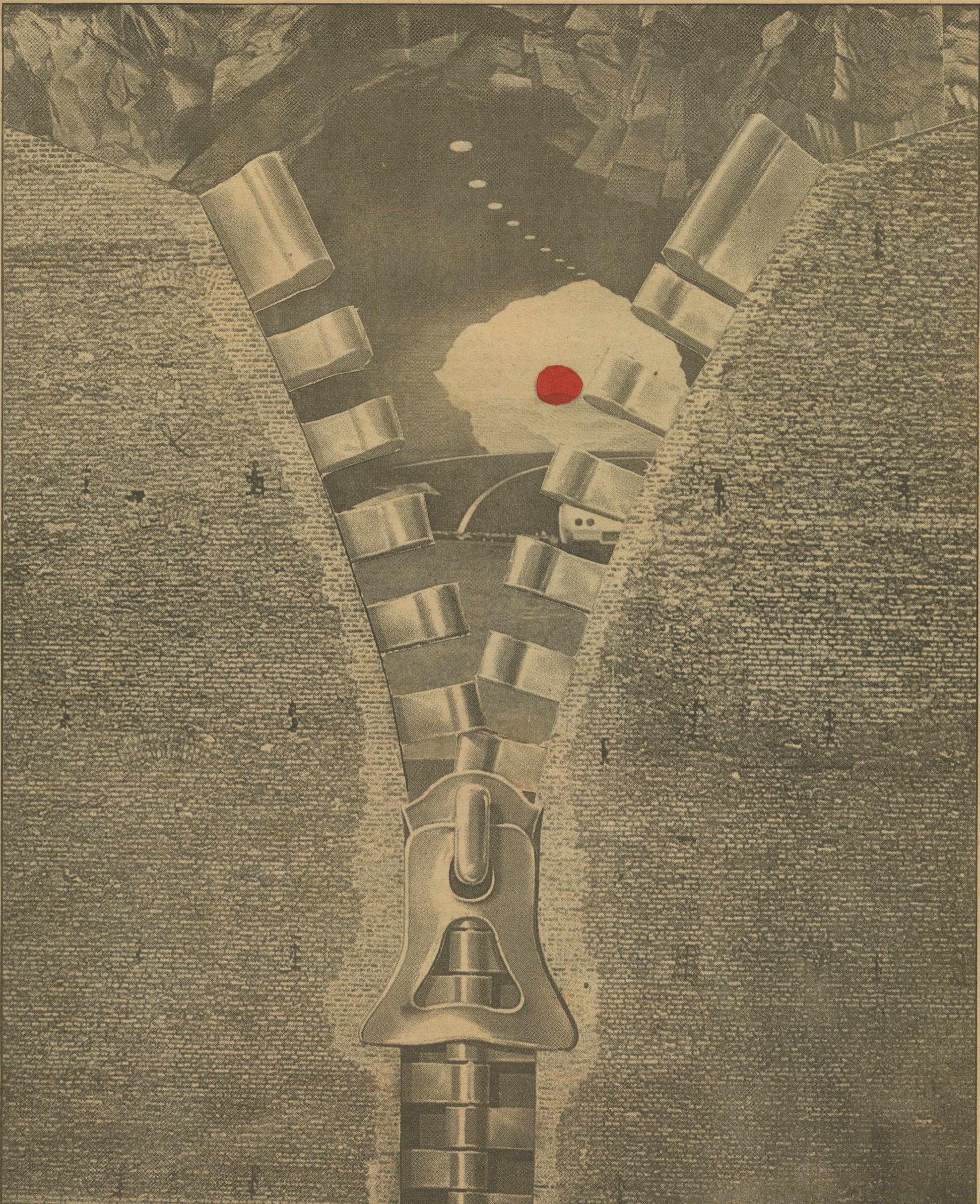
Em Moçambique as classes trabalhadoras tomaram o Poder, sob a direção do Partido Frelimo, iniciando o processo de construção de uma nova Sociedade.

Na República Popular de Moçambique a fronteira da luta de classes passa por todo canto, nas fábricas, nas escolas, nas aldeias, nas casas, em toda parte se verifica a confrontação entre as forças revolucionárias e as forças reacionárias.



efamiko

Este suplemento é parte integrante da Voz da Unidade nº 174, não podendo ser vendido separadamente.



JUVENTUDE

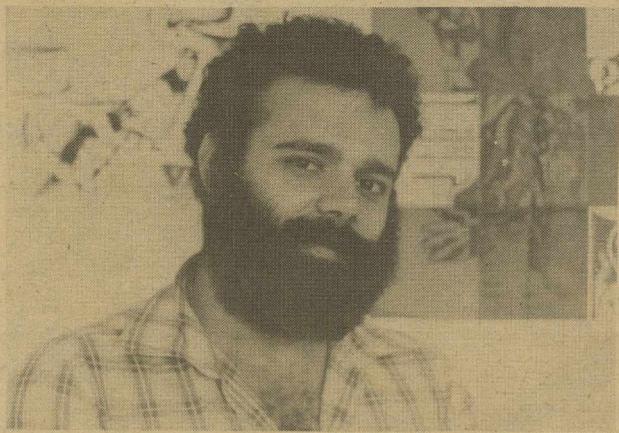
Suplemento especial

VOZ

da unidade

Movimento universitário,

mais um
ano
de
crise



Orlando: "a universidade deve ser um centro produtor de ciência, tecnologia e cultura"

As divergências políticas que vinham se acumulando no interior da diretoria da UNE ganharam expressão pública após uma entrevista à imprensa diária, dada pelos diretores Orlando e "Baiano". O suplemento juvenil da VU entrevista para falar sobre a situação da UNE, e das entidades universitárias em geral, o secretário-geral da União Nacional, Orlando Thomé. (*)

Orlando, mais um ano de reuniões esvaziadas, de resoluções que ninguém encaminha, de distanciamento dos estudantes. Qual o seu balanço?

O — Eu acho que o problema não é uma coisa específica desta diretoria, ela faz parte de toda uma situação do M.E., a UNE na verdade reflete e se reflete, ou seja, é ao mesmo tempo consequência e causa dos problemas do movimento, de uma grande incapacidade das lideranças e entidades em se adaptarem ao novo espaço aberto na sociedade com a intervenção democrática. Criou-se um vácuo entre o processo político em curso no país e a orientação das entidades. Agora, essa diretoria em particular só fez aprofundar os erros passados, contribuindo para partidizar o movimento, dividi-lo na ótica das tendências organizadas, da não incorporação do movimento que existe nas escolas. Nesse sentido, nós não poderíamos deixar de apresentar uma auto-crítica pública. Por isso fomos à imprensa, não para "rachar" organicamente a UNE, mas para explicitar para o conjunto dos estudantes e toda a sociedade. Não só essa auto-crítica, como os rumos que acreditamos serem corretos para superação de nossos erros.

E a situação nacional. A gente tá assistindo uma intensa movimentação na sociedade, empresários, partidos, trabalhadores colocando as suas saídas para a crise. No entanto a UNE mantém-se completamente afastada, inexistente no cenário nacional.

O — Antes eu gostaria de retomar uma coisa que eu disse e não sei se ficou muito clara. Veja bem como o problema é complexo. Existe tanto a questão da estrutura da UNE, que mais parece a de um partido político que tenta centralizar as bases, como o do profundo esquerdismo que domina as concepções das correntes organizadas, as chamadas tendências estudantis, que buscam insistentemente aparelhar as entidades. Daí você chega numa escola de Xiririca Da Serra e vê um cara fazer o mesmo discurso que você ouviu na reunião da diretoria da UNE, ou seja, o que o move não é a realidade concreta

de cada um, mas sim o fato de pertencerem ao mesmo grupo político. Como reação a isso surgem uma série de diretorias, de lideranças locais que se afastam não só das entidades gerais, como também da política, acabando invariavelmente por desenvolver seu trabalho e suas lutas de forma bastante corporativa e assistencialista. Daí essa necessidade da comunidade universitária, dos estudantes, vincularem o processo de superação da crise do ensino superior, à mudança global da política econômica do país. Então, é sair da discussão que estamos enfiados, de procurar quem é reformista ou revolucionário e trazer o que está sendo preocupação na escola, e a partir daí apresentarmos nossa alternativa. Isso tudo com a clareza que a Universidade deve ser um centro produtor de ciência, tecnologia e cultura.

Você coloca um problema sério, que é do relacionamento entre as entidades gerais e as de base, eu diria da própria estrutura em que por exemplo se assenta a UNE. Isso no movimento sindical deu o pau que nós todos acompanhamos...

O — É verdade. A coisa é toda concatenada. Primeiro, a idéia de que as lideranças podem substituir a ação da massa estudantil, depois a estrutura que é criada, onde as entidades de base perdem sua autonomia em função das diretrizes que são tiradas de "cima", em encontros esvaziados. Eu gostaria de dar um exemplo de algo que é considerado normal no movimento. Quem determina a forma da escolha do delegado para um Congresso não é a entidade de base, mas sim a própria UNE. Então, não se leva em conta realidades distintas, estágios diferentes de organização. O princípio de uma entidade federativa foi abandonado, daí a UNE passa a querer filiar os estudantes individualmente, e não as entidades, o que é um completo absurdo. Aí acontecem fatos, como por exemplo, a UNE estabelece determinados quóruns necessários para participação das escolas e quase ninguém consegue atingir.

Dá pra notar a vontade da renovação, mas agora eu pergunto o seguinte. Será que é possível mudar já? Existem propostas concretas?

O — Pra mim é preciso em primeiro lugar o trabalho permanente e politizado nas entidades de base, que incorpore a massa estudantil na diversidade de seus interesses: no trabalho cultural, esportivo a discussão da formação profissional, etc. O outro, a nível mais imediato, que são esses Congressos. Sem a ilusão de que eles, por si só, vão alterar radicalmente o quadro atual, nós devemos buscar com que se tornem um início de mudanças. Para isso é preciso colocar em seu centro não o que divide as forças políticas, se apóia este ou aquele partido, este ou aquela CUT, mas sim, a discussão acerca da universidade. E isto tem que começar pela pauta do Congresso.

Prá finalizar, então dá pra ter esperança que os próximos Congressos, não ficarão discutindo as picuinhas de sempre...

O — Eu acho que dá pra inverter esse processo de esvaziamento dos palcos do movimento. Pra isso temos que acabar com algumas coisas que vigoraram até agora. Como eu já tinha dito, a pauta não ser determinada pelo que interessa às tendências. Outra coisa é o sujeito que chega no Congresso e tira a camisa da entidade pra vestir a da sua força. Daí vem as bancadas, ou "torcidas", que se organizam não por região, mas sim por tendência política. Hoje a maioria da diretoria da UNE entende isso. E entende também que é preciso priorizarmos a discussão, seja nos grupos, debates ou plenária, em torno das questões da Universidade. E é por isso que eu, para finalizar essa entrevista, conclamo todos os estudantes, principalmente aqueles afastados da vida da UNE, para, através de suas entidades de base, retomarem a UNE para si.

(*) OBS.: O secretário-geral da UNE, Orlando Thomé concedeu esta entrevista ao suplemento da Juventude no último dia 6, portanto, antes da realização do Congresso da UEE-SP.

A história de uma vitória de Pirro

"A presença da juventude marca com sua mística, seu colorido, seu otimismo e sua vontade de agir o movimento pela paz, de tal maneira, que é impossível imaginar uma iniciativa pela paz sem a presença ativa da juventude e dos estudantes.

A luta pela paz não está desvinculada da luta pela democracia e pela justiça social".

Com estas palavras o representante da União Internacional dos Estudantes (UIE) saudava a realização do V Congresso da UEE-SP.

A Abertura do Congresso, realizada na sexta-feira, dia 7, no Sindicato dos Condutores de São Paulo, contou com a presença da UIE, da Federação dos Estudantes Uruguaios (FEU), partidos políticos, de Miguel Rupp, representando o movimento sindical e de "algumas personalidades".

Logo que terminou a abertura cerca de 100 delegados permaneceram no plenário. Reunião dos delegados do PT, dirigida, nada mais nada menos, do que por Devanir Ribeiro, presidente do partido no estado.

O próprio Devanir explicou o porque da reunião, "o Partido dos Trabalhadores, pretende evitar que companheiros do mesmo partido briguem entre si. Esta iniciativa, que parte de São Paulo, deve ser um exemplo seguido nacionalmente".

O grau de sectarismo presente na reunião pode ser constatado, quando no momento de um delegado pronunciou-se contra a manutenção no programa da CUT como a única representante dos trabalhadores, foi aparteado e chamado de "ponta de lança da viração nesta reunião".

PRIMEIRO DIA DE CONGRESSO

Logo pela manhã a confusão já estava instalada. A diretoria da UEE, adotando a mesma auto-crítica da diretoria da UNE, preferiu respeitar a autonomia das entidades de base, não indicando, ou num bom português, não intervindo na maneira da tirada dos delegados.

Para resolver definitivamente a questão dos critérios foi convocado um Conselho de Entidades. Sábia decisão. Pelo menos a gestão conseguiu realizar um CEE com quorum.

O CEE decidiu o seguinte critério: 30% em urna e 20% em assembleia. Mas parece que, na prática, o critério que valia mesmo era "De quem é este delegado".

Tanto assim, que o PT, majoritário no Congresso, na plenária inicial, conseguiu impugnar uma escola que tinha atingido 27% do quorum, faltando apenas 12 votos, ao mesmo tempo em que aprovava o processo de outra escola que não conseguiu atingir sequer os 10%.

A situação degringolava a passos largos, uma delegação da Fundação de São Caetano ameaçou se retirar do plenário. No meio dessa zona surge o PT com a solução mágica, isso às 9:45 da noite, simplesmente abolindo a discussão do credenciamento.

Na votação do regimento, mais uma prova de que a discussão com a participação do conjunto dos delegados não interessava. Não existiriam, segundo a proposta aprovada, nenhum grupo de

discussão, o Congresso seria uma só plenária. Não interessava ao PT uma discussão mais aprofundada na medida em que isto talvez destruísse a sua unidade.

O primeiro dia acabou. Não aconteceu sequer uma discussão política. Universidade... plano de trabalho... nada. Tudo ficaria para o dia seguinte.

SEGUNDO DIA DE CONGRESSO

Obviamente a primeira "discussão" seria de conjuntura. Afinal, como saber num "congresso" como este, quem são os revolucionários e os reformistas?

De qualquer maneira, esta "discussão" apontou claramente para a formação do quadro político do Congresso, delineado a formação de três blocos.

O primeiro, do PT, apoio à CUT, greve geral no dia 25, tudo isso balizado pela já famosa aliança operário-estudantil.

O segundo, de viração e caminhando, que dizia não existir nenhuma possibilidade de vitórias concretas no M.E. enquanto a ditadura não cair, o que já está acontecendo. Logo, mecanicamente, a tarefa dos estudantes é derrubar a ditadura, e construir um governo democrático, popular e patriótico. E é claro, o apoio a greve geral.

E o terceiro, capitaneado entre outros pelos DCEs da USP, PUCcamp e UNIMEP, que colocava no centro da discussão de um congresso estudantil a questão da universidade. Valorizar a universidade, transformá-la num centro de produção de ciência, tecnologia e

cultura. Além disso, adotava as reivindicações dos mais amplos setores sociais, o fim da política recessiva, eleições diretas para presidente e convocação de uma Constituinte.

Celso Ribeiro, presidente do DCE da USP, frizava em seu discurso "A UEE não é um partido político que tem o cerne da sua discussão na tática e estratégia. A UEE, enquanto entidade de massa dos estudantes, deve tirar uma política de ação que tenha como seu centro a Universidade e a crise. Estaremos, enquanto estudantes, ajudando os demais setores oposicionistas, na medida em que estivermos no nosso cotidiano lutando por uma universidade valorizada, que atenda os interesses da maioria da população".

A conformação destes polos permeou todas as discussões do Congresso, com a vitória formal do bloco petista, já que é inegável que a estrutura deste M.E. tende ao esgotamento, pelo seu partidário e seu crescente isolamento social.

Foi aprovada a realização de eleições diretas para diretoria em abril do próximo ano e a formação de uma diretoria provisória. O Pres. do DCE da PUCcamp defendeu que esta diretoria provisória fosse tirada através das bancadas regionais. A proposta foi rejeitada pelo PT, que desta vez esqueceu-se de escutar as bases. Preferiu o PT optar pelo conchavo entre as suas diversas correntes. Foram apresentadas duas chapas: venceu a petista. A diretoria foi saudada por parte do plenário, que se absteve da votação, com "pluct plact Zoom, não vejo em lugar algum", ou ainda "Até que enfim, surgiu a diretoria que gosta de mim".



“Uma política organizadora, mobilizadora e de massas para a juventude não se estruturará sem que se privilegiem as discussões daqueles direitos e temas centrais que preocupam os jovens: as mudanças do seu relacionamento com os adultos e o Estado, a democracia, a paz, o socialismo, a cultura, a ecologia, a sexualidade, as drogas”. **Uma alternativa democrática para a sociedade brasileira, Brasil, 1982.**

Até chegar aí, o caminho percorrido pelos comunistas brasileiros, 60 anos, hoje 61, foi longo, sinuoso.

E chegamos ao suplemento juvenil da VU. Uma idéia acarinhada por um bom tempo, um espaço próprio para o vôo da juventude, um mergulho no passado, uma atitude no presente, projetar-se decididamente ao futuro.

A barra não está fácil. Viver num planeta que pode explodir, Pershings, Cruises, bombas de neutrões, Reagan, o velho cow boy sentado num cavalo atômico, a tentativa de nos roubarem o direito a pensar o futuro. Nosso futuro.

Morar num país. Crise, crise, crise. Milhões fora da escola, ou estudando numa instituição degradada, apodrecendo, saindo em fornadas do secundário, da universidade, para “seja lá o que Deus quiser”. Preparam-nos — com exceção de uns poucos — para o desemprego, o sub-emprego, ou revelação de suprema inutilidade, trabalhar em tudo, menos naquilo para que nos preparamos anos e anos.

Somos bombardeados, dia-a-dia, consumir, individualizar (e foda-se o mundo), moralizar, parasitar. Pasteurizar nossa contestação. Produzir em série, ocidental e cristão. Repressão na escola, no emprego, em casa, o cerco à política, à sensualidade, à criatividade, à inteligência, à cultura. A memória não existe, ou finge que não existe. Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil. E ponto.

UEE/SP

Nossa opinião

O Congresso da UEE de São Paulo que acaba de se realizar, apesar de revelar a articulação inédita dos chamados independentes petistas, demonstrou que as diversas correntes trotskistas continuam dando a tônica da intervenção do PT no interior do movimento estudantil. Da reunião do diretório do PT, na manhã que antecedia o Congresso, a eleição de um membro do próprio diretório estadual como coordenador da diretoria da UEE, as visões estreitas e sectárias destes grupos, deram tom do encontro estudantil.

Construir uma oposição as diretorias “burocráticas e stalinistas” da UEE/SP e UNE, eis o único objetivo perseguido há mais de 2 anos, pelo “bloco de oposição”, hoje “bloco petista”. No afã da “conquista do poder”, da possibilidade de afinal, realizar parte de seu ideal, essa pretensa alternativa de direção, desnudou-se, revelando e ampliando os erros e vícios que tanto diziam combater.

Utilizando sua maioria no Congresso para impedir a discussão política, golpear, manobrar, esmagar a minoria, não foi capaz de construir sua unidade na diversidade, na explicitação das diferentes concepções que existiam em seu interior. A unidade alcançada não passava daquela, que os opunham aos “pelegos”, que não aceitavam a CUT de São Bernardo.

O Congresso evidenciou também o declínio da corrente ainda hoje hegemônica no ME nacional, autodenominada Viração. Com um baixo nível de elaboração política, revelado em todos os momentos do encontro, restou-lhes mais uma vez, o exercício da “arte da auto-emulação. Ao lançar uma chapa num processo tão ou mais espúrio que o da vitoriosa, Viração perdeu a oportunidade de iniciar, também sua auto-crítica, de anos de gestões que afastaram a UEE e a UNE dos estudantes.

Finalmente esse Congresso revelou o nascimento de um campo político de renovação do ME. Fundado na experiência de luta que os estudantes de uma série de escolas realizaram este ano e na auto-crítica pública que vem desenvolvendo os diretores de alguma UEEs e da própria UNE, esse “bloco” tende a se constituir numa alternativa pela base aos erros do ME.

Para isso em muito contribuiu a atitude coerente que demonstraram ao longo do Congresso. Na defesa da autonomia das entidades de base, na busca do espaço de discussão e superação dos problemas que enfrenta o ensino superior no país, na defesa intransigente de um processo amplo e democrático para a composição da diretoria da entidade, afirmou-se uma nova postura de atuação. Este Congresso, talvez o mais partidarizado da história da UEE, por mais paradoxal que aparente ser, apontou o futuro.

Num mundo assim, num país desse jeito — não é à toa — o ceticismo come solto. Não é à toa.

Vamos revolver esse mundo. Escarafunchar. Nesse planeta, nesse Brasil, o velho está morrendo, nossa batalha, fazer nascer o novo. Acreditamos no futuro, para edificá-lo vamos sacar muito direitinho como foi esse tal de passado, pensar — agir agora, já.

Falar de tudo. Teatro, cinema, sexo, política, família, drogas, televisão, ecologia, paz, literatura. Milhões de jovens produzem pelo mundo afora, entrar em contato, retratar, contar como foi, como está sendo. Milhares de coisas produzem-se para os jovens, de manhã, de tarde, de noite. Decifrá-las, saboreá-las, entendê-las.

Somos decididamente internacionalistas. Nicarágua, Cuba, El Salvador, América Latina, Moçambique, Europa, John Lennon, União Soviética, em cada canto há um pedaço de nós. Vamos buscá-lo.

O projeto explode, dá a partida. Falar com, de uma juventude policlassista, optando pela ótica de uma das classes. Opção feita.

Em nossas fraquezas e debilidades — sim, elas estão aí, à mostra, não as enconderemos numa caixinha de jóias para entrevê-las entre quatro paredes —, no seu reconhecimento encontramos o potencial, força necessária para superá-las. Não há imunidade contra erros. O ponta pé inicial é dado, sabendo disso.

Bom, o trajeto é longo. Longo e sinuoso. Queremos percorrê-lo coletivamente. Uma trajetória desenha-se, delinea-se. Projeto, constante mudança, projetamo-nos ao futuro. O socialismo, edificação coletiva.

Sobre o nome do jornal....

Suplemento da juventude? Obviamente isto não é nome de jornal, talvez alcunha, falta de nome, apelido... De qualquer maneira não é um nome.

Por isso está lançado o concurso para o nome deste jornal. O vencedor ganhará como prêmio a publicação mensal de sua sugestão na primeira página deste suplemento. As sugestões podem ser enviadas à redação, praça Dom José Gaspar, 30, 20º andar, São Paulo, CEP 01047.

Sobre as cartas dos leitores...

A partir do próximo número estará funcionando uma seção de cartas, que não tem a intenção de simplesmente acumular os elogios a esta edição. Muito ao contrário, a seção de cartas deverá funcionar com o sentido de ser um espaço de discussão entre os leitores e a redação deste suplemento juvenil, sobre as questões colocadas para a juventude. Enfim, é um espaço aberto para a participação de todos na construção deste projeto, de um jornal da juventude.

José Montenegro de Lima



Itapioca — interior do Ceará —, 27 de outubro de 1942. Filho de Chico Vermelho, líder camponês.

Montenegro, moreno magro, um metro e noventa e seis de altura. Ingressou no Partido Comunista Brasileiro no final da década de 50.

1962. Mudou-se para o Rio de Janeiro. Logo depois, foi eleito dirigente da União Nacional dos Estudantes Técnicos Industriais — UNETI.

1º de abril de 1964. A luz se apaga, Magro vai para a clandestinidade.

Encarregado pelo Comitê Central do PCB de organizar o setor juvenil, mesmo clandestino conseguiu desincumbir-se de sua tarefa. Conseguiu um círculo amplo de ativistas-amigos, que lembram, hoje, carinhosamente de seu jeito. "Era um eterno apaixonado, apesar de vida clandestina tinha paixões incandescentes. Era festeiro, e ao mesmo tempo muito responsável. Carnavalesco, estivesse em qualquer lugar, dava um jeito de ir a Salvador. Participava das lavagens, corria atrás do trio elétrico com todo o seu tamanho, sambando e cantando desafinadamente". São Salvador, hospedagem garantida na casa de Dona Marocas, uma avó adotiva. Personagem histórica, misto de comunista e católica. De manhã, assistia à missa pela televisão. No resto do dia, discutia a linha do PCB.

Magro acreditava em todas as formas de organização da juventude. Política — foi um dos iniciadores do setor jovem do MDB. Cultura — esteve presente na fundação de dezenas de cineclubes, grupos de teatro e de música. Esporte — estimulou o trabalho dos jovens comunistas nos times de futebol de várzea.

Organização do XXº Congresso da UNE. A Coordenação Nacional Universitária do PCB, sob responsabilidade do Magro, propôs sua realização no Conjunto Residencial da USP. O governador da época, Abreu Sodré, em choque com o governo federal, concordava com iniciativa. Proposta não aceita, Congresso realizado clandestinamente em Ibiúna, outubro de 1968. Todos presos, iniciou-se o ciclo de dura repressão ao movimento estudantil.

Na área internacional, Montenegro coordenou o relacionamento da juventude comunista brasileira com as organizações juvenis mundiais. Participando da IXª Assembléia da Federação Mundial da Juventude Democrática, no final de 74, foi entrevistado pela revista "Juventude Del Mundo". Na introdução, escreveu o jornalista: "Seu permanente sorriso mostra um otimismo jovial, e ao mesmo tempo responsável que, de modo algum, pode ser ofuscado pela difícil situação que vive seu povo. Este aspecto alegre somente muda quando começa a falar de seus companheiros, dos muitos jovens sequestrados e desaparecidos recentemente no Brasil".

Volta ao Brasil. 1975. O cerco da repressão aperta-se, mais e mais. Seu nome, nas bocas e mentes da luta comunista. Sua prisão. ponto de

... O Maurício continua
passeando em Buenos Aires
e abre a boca para o canto
do Chile.

Enquanto o Magro dança nas
ruas de Berlim,
o Ferreira, ama em Budapest,
frequenta as aulas em Moscou
chora os amigos perdidos.

Em Varna,
vai buscar as cartas da Suécia
a tempo de alcançar
as tarefas de Paris.

Rápido, é preciso atravessar
o mar
que em Cuba, Moçambique

tem liberdade para visitar.
Pela última vez as fronteiras
latinas...

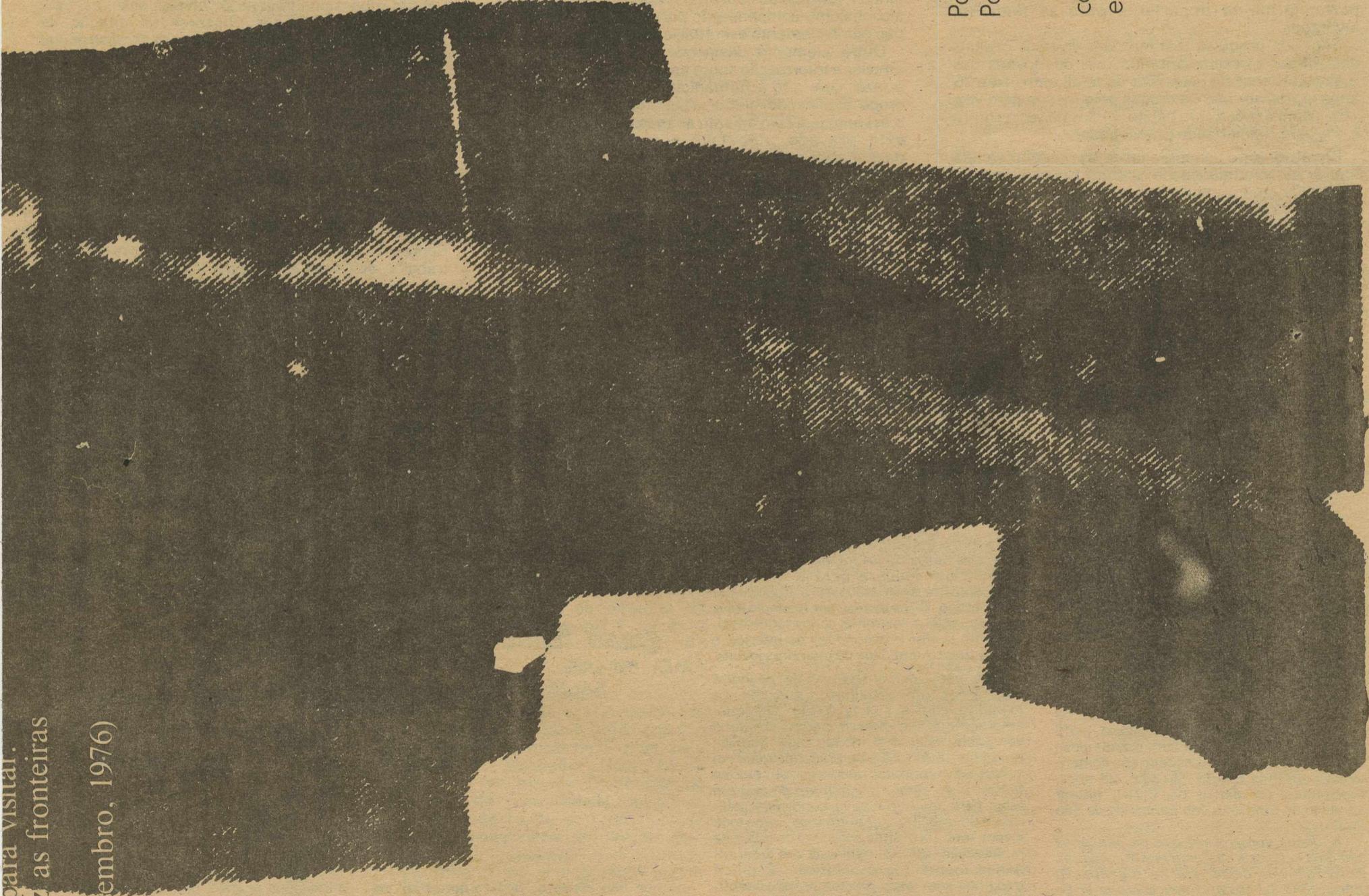
(J. Monte, Novembro, 1976)

honra, para agentes dos diversos órgãos da tortura.
Sua morte, marcada.

30 de setembro de 1975. Magro sai, como todos
os dias, do apartamento onde morava clandesti-
namente. Não voltou mais. Sequestrado, tortur-
ado, assassinado.

Dizia: "Combater a ditadura, fazer política, é um
dos aspectos da vida. Outros também fazem parte
da vida. O regime que pretendemos construir deve
ser mais alegre e feliz que este, alegria e felicidade,
chegaremos lá".

José Montenegro de Lima, Ferreira, Maurício,
Magro, Magrinho, é sempre lembrado com todo o
carinho. Não foi super-herói, não é mito. Sua
maneira simples, firme, tranquila e segura de
quem luta pela vida e pela felicidade não será
esquecida. Jamais.



MAGRINHO

Pássaro azul.
Por entre as nuvens
da terra
colhia pedras
e árvores nervosas

(SÉRGIO KRASELIS)



Drogas, uma discuss

Foi lançado recentemente pela Editora Codecri o livro **Drogas**, de Chico Júnior. Em linguagem simples, o autor aborda o tema em dois planos: o das drogas em geral, e o da maconha — “droga ilegal mais utilizada da atualidade” — em particular. Ao mesmo tempo em que o livro oferece uma variada informação sobre drogas — tipos, evolução do uso através da história, efeitos e consequências do consumo habitual —, levanta o debate em torno da repressão aos tóxicos, do tráfico e sua relação com a evolução do capitalismo, e da forma como a maconha é encarada pelas leis brasileiras e em outros países.

Chico Júnior parte do pressuposto de que o uso das drogas em larga escala é uma realidade inevitável no mundo atual, e que o tráfico da drogas envolve diversos governos e personalidades: “o sistema é tão complexo, envolve tanto dinheiro, que é praticamente impossível acabar com o fabuloso comércio de drogas no mundo ocidental”. Tão ingênuo como supor ser possível acabar com o tráfico sem a existência de profundas transformações políticas, econômicas e sociais, seria esperar que o consumo desenfreado das drogas diminuísse em função da repressão, em um sociedade em que os indivíduos são “apenas partes de engrenagens absurdas, nas quais se estimula a perda de referencial existencial”.

Tratar o consumo das drogas (considerando as drogas proibidas pela legislação, e não abordando o álcool e o tabaco) sem uma visão preconceituosa é particularmente importante para se falar em juventude.

Segundo pesquisa realizada em diversas capitais brasileiras, aproximadamente 25% dos jovens das regiões urbanas do país (70% do total) entre 14 e 25 anos já fizeram uso de drogas pelo menos uma vez; 16% usam a droga com hábito; 11% uma vez ou outra e 5% com regularidade preocupadora.

É natural que o consumo tenda a aumentar, se não houver uma mudança de postura do conjunto da sociedade, que rompa com a marginalização dos jovens e dos adolescentes nas decisões dos temas que afetam suas vidas. Por outro lado, mesmo com uma perspectiva de transformações sociais mais profundas, esta realidade não se alterará por si só, se não for questionada a perda de identidade dos indivíduos nas sociedades contemporâneas, que



ão em aberto

que a maconha não causa dependência física, a menos que seja consumida frequentemente em altas doses (ao contrário de drogas como a heroína) e de que os prejuízos à saúde pelo uso moderado em um indivíduo adulto não são maiores do que álcool, é levantada a necessidade da existência de uma legislação a parte para a maconha. “No Brasil, porém, a Lei de Tóxicos continua não traduzindo com precisão os anseios comunitários, a partir do momento em que considera o usuário da maconha um criminoso ou um doente/viciado. É uma lei, como muitas outras, totalitária, que defende os interesses de quem está no poder ou detém o poder de fazer a lei. A comunidade nunca participa com suas sugestões na elaboração das leis. Não participou também da lei dos tóxicos.”

A Lei de Tóxicos em vigor prevê penas que variam de 6 meses a 2 anos para o usuário da maconha (e outras drogas em geral), e considera livre de pena o indivíduo comprovadamente dependente, que deverá submeter-se a tratamento psiquiátrico. Para Chico Júnior isto dá margem a uma série de distorções: “Uma delas é o trabalho do réu de tentar convencer os peritos do Manicômio Judiciário (no caso do Rio de Janeiro) de que é dependente e não usuário (...)” e desta forma “(...) sair do caminho da cadeia e ir para a clínica (...)”. A lei atual é sob diversos aspectos injusta e ambígua, dá espaço para que o usuário fique entregue à maior ou menor abertura da autoridade policial e para chantagens de ordens diversas. Está ultrapassada. O autor utiliza-se da citação de autoridades policiais e judiciárias para demonstrar que o uso da maconha está deixando de ser um crime no Brasil.

Finalmente é abordada a “Descriminalização pelo Mundo”, onde a experiência de diversos países é exposta como prova de que ela foi fruto de um longo processo de mobilização da opinião pública, que articulou interesses contraditórios, mas que de forma geral sempre partiu daqueles que tendiam a encarar o problema com seriedade e com uma visão democrática. Também está incluído em **Drogas** um estudo canadense sobre a maconha e a Lei da Repressão aos Tóxicos, que forma com o restante do trabalho de Chico Júnior uma importante contribuição para o esclarecimento daqueles que estão dispostos a entrar no debate, sem preconceitos.

tende a levá-los ao consumo exagerado de drogas ou álcool, como compensação para suas frustrações, e não como elemento eventual, esporádico.

Outro elemento destacado é a importância de ampliar a informação sobre as drogas. “O importante é fazer com que a humanidade entenda o que é a droga. Explicando melhor, discutindo com serenidade o assunto (...). Não adianta apenas reprimir, pois isto, está provado, não leva a nada. O consumo desenfreado e a falta de informações leva ao consumo sem conhecimento. Leva ao quadro triste que vemos agora: crianças pré-adolescentes consumindo maconha, muita maconha. E isso é mal, é ruim para o organismo e para a mente das crianças, que na maioria dos casos, não têm a mínima idéia do que isso pode significar”.

Na segunda parte do livro é levantada a questão da descriminalização da maconha. Partindo do fato de

Bancário jovem não pode rir!!!

A categoria bancária, segundo recente pesquisa do Dieese (Departamento Inter-sindical de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas), tem uma idade média de 26 anos, e mais da metade (62%), se considera dependente da família. 66% são solteiros e quase a totalidade da categoria tem como nível mínimo de escolaridade o 2º grau. Na Grande São Paulo 49% dos bancários estão na faixa de 18 a 24 anos de idade, e é também nessa região que se encontra a maior proporção de bancários menores de 18 anos. As consequências desse perfil juvenil de uma categoria com grande peso no mundo do trabalho brasileiro são comentadas por Paulo Sérgio Carvalho, 29 anos, funcionário do Banco do Brasil, diretor afastado do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

Os dados comprovam que os bancários são uma categoria bastante jovem. Quais as consequências deste fato na organização sindical? O ser jovem implica numa visão “não profissional” da ocupação bancário?

A desprofissionalização da categoria bancária é fator fundamental na análise de sua capacidade de luta e resistência aos ataques patronais. Isso se dá graças à mecanização crescente dos serviços bancários, que deixam de exigir um trabalhador especializado. Os banqueiros passam, principalmente a partir da criação do FGTS, a contratar jovens para substituir trabalhadores mais antigos e especializados, com salários mais baixos do que estes.

É a forma tradicional de exploração capitalista, que busca no jovem, na mulher ou no homem que emigra para a cidade, o substituto mais barato para o trabalhador mais antigo. O Bradesco, por exemplo, leva essa situação ao extremo, contratando basicamente jovens provenientes do interior, e uma grande quantidade de mulheres jovens.

Esse perfil demonstrado pela pesquisa mostra-nos um trabalhador que não se identifica com a sua profissão. Qualquer emprego que lhe ofereça alguma pequena vantagem salarial é motivo para que ele mude de trabalho. Ele se preocupa mais em conseguir um outro emprego ou em se formar num curso universitário do que em lutar para melhorar suas condições salariais e de trabalho. Por outro lado, como todo jovem, tem um grande potencial de luta e de mobilização, que se manifesta em determinados momentos específicos. É difícil trabalhar com essa dicotomia, não identificação com a profissão versus alto potencial de revolta.

Existem características específicas das manifestações juvenis na categoria?

As manifestações culturais de nossa juventude aparecem muito claramente na categoria bancária. Entretanto, o ambiente de trabalho extremamente autoritário reprime muito essas manifestações. A categoria protesta contra as normas antigas de vestuário, corte de cabelo, etc, mostran-

MODELO DE BANCÁRIO



do que não aceita o “padrão bancário” de comportamento. Muitas denúncias chegam ao sindicato de que chefias repressoras proíbem o riso no local de trabalho. Essa castração de uma das necessidades mais primárias do ser humano faz parte do esquema de dominação montado nos bancos. Se levamos em conta a característica comunicabilidade existente entre os jovens, vemos que não é uma denúncia pueril, mas a constatação de uma grande violência contra a expressão de sentimentos e emoções. Procura-se, desta forma, moldar

o indivíduo apático, neurótico, egoísta, que os bancos necessitam para manter sua dominação.

O sindicato tem uma política específica para o trabalho com a juventude?

A diretoria cassada tem muita facilidade para se comunicar com o jovem bancário. As dificuldades maiores são com os mais velhos. Por exemplo, as promoções culturais, atingem principalmente essa parcela da categoria, que é majoritária. Mas não definimos uma política específica para o jovem.

“As pessoas buscam em mim como reagir”

Marcelo Rubens Paiva, paulista, 23 anos, autor de *Feliz Ano Velho*, é o primeiro jovem artista entrevistado pelo *Suplemento juvenil da VU*, e isto não é por acaso. Marcelo é um best-seller tupiniquim, por meses seu livro está entre os mais vendidos do país. Ele fala sobre seu trabalho, a questão da juventude, o Brasil...

Nossa geração saca as coisas sem profundidade, vivemos anos e anos debaixo de uma ditadura

Marcelo, eu queria que você falasse um pouco do seu livro, do seu processo de criação.

Dentre as milhares de pessoas que meu pai conhecia, existiam algumas que lidavam com livros. Quando eu pensei em escrever um livro para contar tudo aquilo que eu estava passando, toda aquela agonia de ficar parado e sem fazer nada. Eu pensava: um dos amigos do meu pai vai publicar pra mim, nem que seja por favor. Desde a primeira página não fiquei preocupado com meu espaço literário. Eu escrevi simplesmente um documento, um desabafo. Preocupou-me o tipo de linguagem, porque eu acredito que a gíria que a juventude usa é muito mais que uma alienação. Por exemplo, a palavra sacar, não significa entender, nem compreender... é sacar, perceber intuitivamente. Esta é uma característica da nossa geração, de repente sacar as coisas sem muita profundidade, porque vivemos anos e anos debaixo de uma ditadura, mas que entende as coisas na base da intuição, do entender. Então, o meu livro é isto. Essas duas coisas: o deficiente como uma pessoa normal e feliz e o jovem uma pessoa não alienada pelo jeito de falar. Então eu publiquei na Brasiliense, que é a editora que tem feito um maior trabalho em cima da juventude. Publicado, foi aquele sucesso, uma coisa inexplicável...

Em época de crise é o boom da cultura, as pessoas estão procurando respostas, saídas

Como assim, inexplicável?

Quero dizer que foi uma surpresa, mas explicável. Em época de crise é o boom das editoras, e da cultura em geral, as pessoas ficam procurando resposta para uma série de dúvidas.

E você, em que medida contribui nessa busca de respostas?

De repente tá todo mundo mal, e em todos os sentidos, economicamente, culturalmente, socialmente, as pessoas estão questionando o papel do homem e da mulher, o papel dos partidos, da sociedade, do próprio corpo. De repente, é o livro de um rapaz que teve, de um dia para o outro, mudar sua vida, todos os seus valores. E as pessoas tão mudando o rumo das suas vidas aos poucos, é claro que o meu acidente não se compara com perder o emprego, mas no final é tudo a mesma coisa, o mesmo sentimento de frustração, de seus desejos não estarem sendo atendidos. As pessoas buscam em mim como reagir...

Você acha que isso é próprio desses tempos de crise?

Eu acho. Vi um programa na televisão com uma pesquisa de rua. O que as pessoas pensavam do futuro. As primeiras vinte respostas, olha, foi uma coisa impressionante, eram todas assim: “Bomba atômica, sei não, bicho”. Todo mundo pessimista.

Como a juventude vai pensar no futuro, se a bomba vai explodir e o mundo pode acabar numa guerra?

Essa é a marca da nossa geração, no seu entender?

É, não acreditar nas coisas, na escola, nas instituições...

Juventude

Mas se as pessoas estão nesse pique que você coloca, e ao mesmo tempo não vêem saídas, como é sua postura? Por exemplo, no livro você fala muito de drogas...

Você tá querendo que eu fale que as drogas são uma coisa de fuga. A minha visão da maconha é uma coisa tão superficial, eu não acho uma coisa tão importante para ser discutida. É como beber uísque, é a busca de lazer, do prazer. Por exemplo, uma coisa que eu acho fundamental ser discutida, e que não se discute muito, é a questão do armamentismo. Se você fizer uma pesquisa, 90% das pessoas tem certeza que o mundo vai acabar numa guerra atômica. Porra! Como a juventude vai pensar no futuro se a bomba vai explodir? Então, as pessoas não estão interessadas em criar raízes em nada. As pessoas não se indignam mais com as coisas, estão se acostumando com a tragédia.

Você acha que existe uma questão juvenil no país?

Não. Porque o Brasil são cinco mil brasís. Em São Paulo existe uma questão específica daqui, punks e new waves, uma posição violenta contra o mundo, contra as instituições. Já em Recife você nota uma questão mais ecológica. Então, existem cinco mil coisas. A juventude sempre combate as instituições enraizadas e viciadas. É difícil a juventude participar de um partido político de igual para igual. Eu estou ficando cada vez mais anarquista.

Os jovens sempre combatem as instituições enraizadas e viciadas. Estou cada vez mais anarquista

Mas não é isso que você transmite no livro...

É, mas este livro eu escrevi há dois anos. *O que mudou em você em dois anos?*

Há dois anos atrás a gente achava que era só mudar o ministro do planejamento e as coisas podiam melhorar. Agora eu tenho impressão que não. O capitalismo transformou o terceiro mundo num saco de pancadas. O capitalismo mundial conseguiu afundar com tudo, acabar com tudo. A única coisa que me deixa otimista é o Brasil dar o calote e fechar em torno da América Latina.

Fala um pouco da peça de teatro, baseada no seu livro.

O auto se chama Alcides Nogueira, o diretor é o Paulo Bettio. Marcelo Paiva ficou em casa descansando neste período. Mas eles conseguiram fazer tudo que eu esperava. Não reproduziram aquilo que eu escrevi, fizeram uma coisa nova. Eu ficaria muito frustrado se visse no palco o que escrevi no livro. Quer dizer, é uma interpretação daquilo que eu escrevi e vivi, tá muito bonito.

E o filme?

Já o filme é outra coisa. Fala mais do jovem deficiente que escreve um livro.

68 não vai existir mais, foi o ponto máximo de destruição das instituições, eles fizeram tudo

Falando em livro, você vai lançar outro quando?

Eu estou escrevendo sobre o caos na cidade de São Paulo. É uma surpresa, e essa é a primeira vez que digo pra alguém. Agora, eu não tenho pressa, não vou dar uma de Gabeira e esgotar o assunto com um livro de seis em seis meses.

Como você analisa a produção cultural no Brasil, atualmente?

A oficial é uma bosta, tipo Roberto Carlos. Mas a cultura do dia-a-dia eu acho incrível. Não existe uma cultura nacional. Aqui nós temos índios, pretos, brancos.



Escrevi um documento, um desabafo.

“Não existia nada no Brasil que falasse no deficiente sendo uma coisa mais suave, era tudo muito baixo astral. Meio aquela coisa do menininho bonitinho que fica aleijado, e aí, com muito esforço e com ajuda da família ou fica ótimo ou se mata”.

Marcelo Rubens Paiva, definindo Feliz Ano Velho



Não existe um único jeitinho brasileiro. Por isso, eu preciso falar do que entendo como um jovem urbano, assim como o Jorge Amado fala da Bahia. O traço principal da nossa produção é o regionalismo meio universalizado.

E a juventude, como é o que está produzindo?

A nossa geração está produzindo sim. Nada se compara a 68, claro. 68 não vai existir mais, foi o ponto máximo de destruição das instituições. Mas a juven-

tude está produzindo sim, não tem é espaço. Você vê um Marcelo Paiva, um Caio Fernão de Abreu, na literatura, Arrigo Barnabé, Itamar Assunção, os punks, acho que a coisa agora está efervescendo. Você vê no cinema o Roberto Gerviks, no teatro um Asdrubal Trouxe o Trombone. É claro que não se compara com o nível de destruição de 68, eles fizeram tudo, nós estamos buscando uma nova linguagem, percebendo onde nós perdemos e ganhamos nestes anos.



FMJD : A juventude na luta pela paz

A Federação Mundial da Juventude Democrática foi fundada em 10 de novembro de 1945, sobre as cinzas e os escombros da Segunda Guerra Mundial. As forças aliadas que lutaram contra o nazi-fascismo decidiram criar uma organização juvenil que tivesse como lema fundamental banir guerra da face da terra. Reuniram-se então, em Londres, milhares de jovens e organizações juvenis de todas as correntes políticas, filosóficas e religiosas. Foram convidados à reunião representantes dos governos dos países aliados, que haviam dedicado grande esforço de guerra para derrotar as forças do nazi-fascismo, inclusive o Brasil, que participou ativamente com a presença dos pracinhas da FEB nos campos de guerra da Itália.

Após dias de deliberação, esses jovens redigiram a "Declaração de Londres", que tinha como objetivo fundamental a luta pela paz mundial, por um sistema de governo democrático, pela justiça e a liberdade.

Entretanto, esse desejo estava longe de se realizar. Surgiu a guerra fria, com a divisão dos aliados, e fomentou-se o anti-sovietismo e o anti-comunismo para dividir o mundo em blocos. A sede da FMJD transferiu-se de Londres para Paris, Viena, e posteriormente, para Budapeste, onde até hoje se situa. Mesmo assim, a FMJD não perdeu o caráter amplo que a caracterizou desde o início, permanecendo em seu interior organizações juvenis das mais variadas correntes de pensamento, democráticas e anti-imperialistas.

A FMJD enfrentou as forças militaristas do período da guerra fria, atuando vivamente contra a intervenção das tropas norte-americanas na guerra de Coreia, participando da campanha pela Paz Mundial, organizada a partir de Estocolmo, lutando pelos direitos da juventude estudantil e trabalhadora do campo e da cidade. Promoveu, e até hoje promove, o intercâmbio cultural e artístico entre os jovens de todos os recantos do mundo, através de iniciativas como conferências, seminários, debates, e particularmente, por meio do turismo juvenil, coordenado através de um organismo especial da Federação, o Birô Internacional para o Turismo e os Intercâmbios da Juventude (BITEJ). Participa também da Organização das Nações Unidas, na qualidade de membro observador no Conselho de Organizações Econômicas e Sociais (ECOSOC) além de outros organismos da ONU, como a FAO, UNESCO, UNICEF, UNCTAD, etc.

Outra importante frente de trabalho da FMJD é a da solidariedade internacional com todos os povos oprimidos pelo imperialismo, que sofrem restrições em sua liberdade e que vivem uma situação de injustiça flagrante. Essa solidariedade, desenvolvida através de outro organismo especial, o SIVSAJ, Serviço Internacional Voluntário de Solidariedade e Amizade da Juventude, realiza-se tanto por meio de conferências, e seminários de apoio, como através de brigadas de médicos, engenheiros, arquitetos, operários especializados, professores, para contribuir na reconstrução e desenvolvimento de países como a Nicarágua, Afeganistão, Cambodja, Angola, etc.

Atualmente, a Federação Mundial da Juventude Democrática congrega em seu seio mais de 400 organizações juvenis, da mais ampla gama de correntes políticas, filosóficas e religiosas, na luta pelos direitos da juventude, pelo direito ao trabalho e à educação, contra a corrida armamentista, por uma nova ordem econômica internacional, pela paz mundial, e por erradicar da face da terra a injusta e deplorável situação de exploração do homem pelo homem.

Neste segundo semestre de 83, a atuação prioritária da FMJD está voltada à luta contra a ameaça de guerra, pairando sobre a cabeça de toda a juventude do mundo. Guerra que, se explodir, pode ser a última. A instalação dos mísseis norte-americanos na Europa, os Pershing e Cruise, é o grande perigo do momento. Manifestações balançarão a Europa, até novembro, a data programada por Reagan.

No dia 28 de setembro saiu da Grécia um barco que passou pela Itália, Malta, Espanha, França, Dinamarca, encerrando o giro no dia 15 de outubro em Kiel. Em cada porto estão realizando-se atos pela paz e o desarmamento mundial. No dia 16 de outubro, em Cartagena, na Colômbia, com a participação do presidente da Federação, estará ocorrendo o Festival pela Paz. E de 19 a 23, ainda em outubro, na República Federal Alemã, em Berlim, estão programadas uma série de ações juvenis.

Grande parte da juventude brasileira desconhece a FMJD. Não é à toa. Paz, liberdade, justiça, educação, amizade, foram palavras banidas do nosso vocabulário por anos e anos. Agora, quando o tempo volta a se abrir, o isolamento da "ilha de prosperidade" começa a ser quebrado. A participação e o entrosamento internacionalista dos jovens brasileiros só crescerá, daqui para frente.



todos reunidos

"A juventude do mundo pela paz, a amizade e a solidariedade anti-imperialista". Sob esse lema vinte mil jovens de todo o mundo conviveram dez dias em Havana, Cuba no XIº Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, em 1978.

O Festival nasceu quase que simultaneamente à criação da FMJD, realizando-se, pela primeira vez, em Viena, Austria, logo após o fim da II Guerra Mundial.

É uma das atividades mais conhecidas da FMJD. Realiza-se de cinco em cinco anos, cada vez em um país diferente, reunindo jovens de todos os continentes. Atividades esportivas, culturais, políticas, atos de solidariedade com todos os jovens que vivem sob regimes injustos e opressivos. Fóruns de debates sobre educação, drogas, relacionamento familiar, problemas vocacionais, todas as questões vinculadas à juventude são tratadas. A linguagem é comum: paz no mundo e amizade entre os povos e os jovens do planeta.

O XIIº Festival Mundial realizar-se-ia em 1983. No entanto, as organizações internacionais juvenis, encarregadas de sua realização, decidiram transferi-lo para 1985. Este será o "Ano Internacional da Juventude", promovido pela ONU. 85, encontro marcado.

Festival, jovens do mundo,